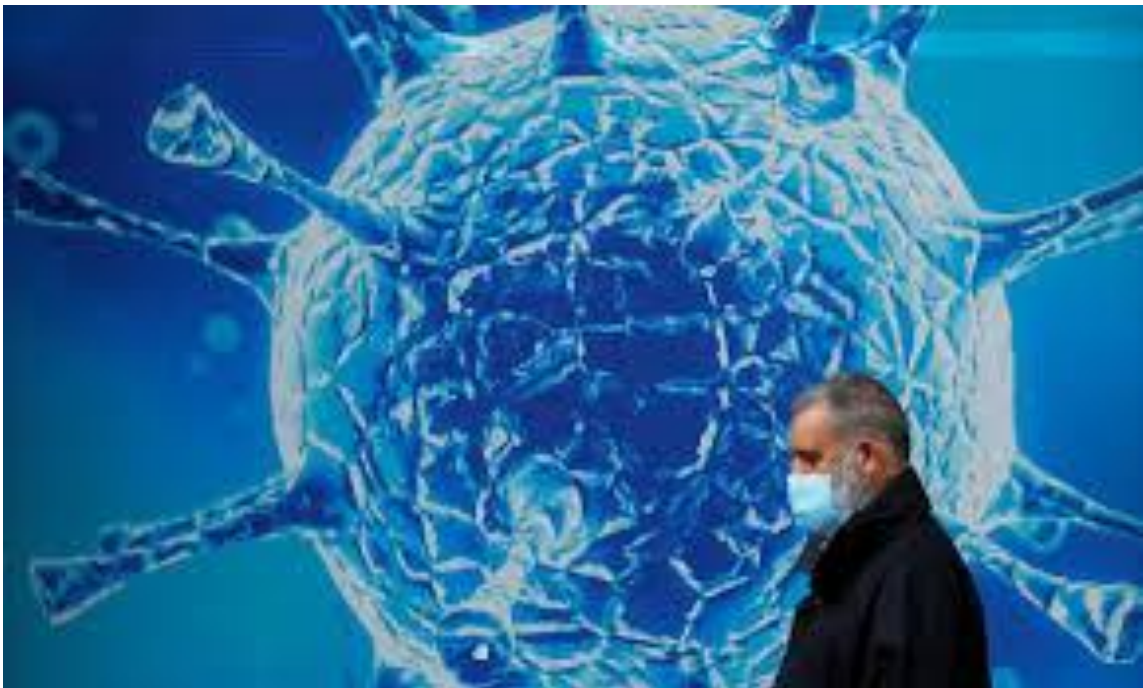


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)
CADERNOS CRIS 05/21

**Informe quinzenal sobre Saúde Global e Diplomacia da
Saúde – 25 de março a 08 de abril de 2021**



Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 09 de abril de 2021



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
03	Apresentação - Paulo Buss e Luiz E. Fonseca	
05	ONU na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Santiago Alcazar	
07	OMS e OPS na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Luiz Augusto Galvão	
11	OEA na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Luana Bermudez	
13	Instituições Financeiras Multilaterais na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Isis Pillar Cazumbá e Miryam Minayo	
20	G77, MNA e cooperação sul-sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Regina Ungerer	
29	G20 e OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Luiz Eduardo Fonseca	
39	BRICS na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Claudia Hoirisch	
41	América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger	
51	Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg	
66	Europa na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Ilka Vilardo e Ana Helena Gigliotti de Luna Freire	
67	Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Lúcia Marques	
81	EUA na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - Luiz Augusto Galvão	
83	China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - André Lobato	
85	Sobre as atividades no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU e Movimentos Sociais que atuam no âmbito da Saúde Global - Armando De Negri Filho	

RESPOSTA DA SAÚDE GLOBAL E DA DIPLOMACIA DA SAÚDE À COVID-19 Uma visão do ponto de vista socioeconômico, diplomático e sanitário

Sumário do CRIS-Fiocruz sobre diplomacia da saúde – 25/março a 08/abril de 2021

Apresentação

Infelizmente, nada de novo no front. Lendo e relendo jornais e revistas de todo o mundo, assistindo os intermináveis e repetitivos telejornais do Brasil e do exterior, visitando sites de países e de atores relevantes da cena da diplomacia, folhando virtualmente centenas de páginas de periódicos especializados, parece que o mundo não muda, ao contrário, teimosamente marca passo num pêndulo ‘piora da pandemia’ – ‘poucos recursos disponíveis’, em todas os fronts.

A COVAX, iniciativa esperançosa da OMS e seus Estados-membros marca passo, adia entregas, e a diferença entre o número de vacinas administradas em países ricos e em países pobres permanece simplesmente obscena. Causou perplexidade e frustração os resultados da missão da OMS à China para investigar as origens da pandemia; aos resultados inconclusivos, o DG Adhanom lançou um chamado pela cooperação para a realização de novos estudos em colaboração com as autoridades chinesas.

Como que para compensar as más notícias, 25 chefes de governo e agências internacionais lançaram chamada conjunta pelo estabelecimento de um “*tratado internacional sobre pandemias*” para proteger o mundo de futuras crises de saúde. Lamentavelmente o Brasil não está entre os signatários. Seriam brotos verdes para uma revisão mais profunda do próprio multilateralismo global? Entretanto, não pode se restringir aos vírus e ao processo *tout court* da doença, mas voltar-se a temas cruciais como os sistemas de saúde universais com base na atenção primária, à questão ambiental, às desigualdades econômico-sociais e à comportamentos sociais depravados, como o racismo, que leva ao aprofundamento das inequidades. Impostergável buscar um tratado cujo foco seja o *direito humano à saúde*. No *seminário do CRIS sobre direitos humanos, saúde e pandemia* do dia 15 de abril, com a Alta Comissária Bachelet e especialistas renomados, este tema será abordado em profundidade.

Por oportuno, anunciamos que este Informe 5 traz um novo capítulo, que se repetirá a cada quinzena, sobre a questão da saúde global e da diplomacia da saúde no âmbito do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e dos movimentos sociais globais mais relevantes (ver pg. 85 e seguintes). À propósito, anunciamos também que começamos a acompanhar a cooperação sul-sul, a partir da análise do escritório das Nações Unidas para esta dimensão importantíssima da diplomacia da saúde (ver pg. 20 e seguintes).

Uma notícia alvissareira é a utilização do conceito de ‘diplomacia da saúde’ no discurso de posse do novo Ministro das Relações Exteriores do Brasil; toda a esperança que não seja uma figura de retórica, mas que se materialize em ações que resgatem o papel do país na liderança da América Latina e no cenário global. Mais necessários, conceito e efeito esperado, que nunca.

O Banco Mundial lançou no início de abril um relatório sobre renovação com crescimento, sobre a ALC, enquanto o BID e a CEPAL – que apresentaram as propostas esperançosas aprovadas na Reunião de Governadores e no Fórum de Países pelo Desenvolvimento Sustentável no Seminário do CRIS sobre Agenda 2030 – formulavam compromissos convergentes. Respostas mais robustas ou mais frustrações pela frente?

Na América do Sul temos nesta próxima semana dois processos que podem impactar a diplomacia da saúde na região, que são as eleições presidenciais do Equador, em segundo turno,

e do Peru, ainda em primeiro turno. As tendências em disputa vão impactar as relações diplomáticas, de forma geral, e na saúde, em particular.

Processos de diplomacia da saúde também se verificaram nas diversas regiões reportadas, com destaques importantes na Europa, na África e no Oriente Médio e Ásia, que podem ser acessados nos capítulos respectivos deste informe.

Queremos aqui prestar uma homenagem ao nosso colega e grande amigo de todos, eminente profissional de saúde pública e da área da saúde global e da diplomacia da saúde, **Luís Eduardo Fonseca**, que decidiu aposentar-se para se dedicar a outros assuntos do seu interesse. Ele ainda assina esta apresentação, mas estas palavras são apenas de um dos signatários (PB). Luís foi um dos pilares mais importantes da cooperação internacional em saúde da Fiocruz nos últimos 30 anos, inicialmente na cooperação da ENSP e, a partir de 2001, na presidência da Fiocruz. Sua falta será sentida por todos nós e este registro serve de reconhecimento ao seu trabalho dedicado, competente e profícuo. Será substituído na vice-coordenação do CRIS pelo colega Pedro Burger, que já a partir do Informe 6 passa a compartilhar da gestão do CRIS, incluindo a organização dos informes.

Nós, do CRIS, que somos ‘viciados’, em esperança, mas mantemos o pé na realidade, conduzidos pelas análises que formulamos todo dia, toda quinzena, convidamos o leitor para que mergulhe neste trabalho sobre a diplomacia da saúde dos atores globais e regionais, que traz a marca do compromisso de procurar mantê-lo o melhor informado possível.

Boa leitura, boa quinzena, até o próximo Informe!

Rio de Janeiro, Mangueiras, 09 de abril de 2021

Paulo Buss e Luiz Eduardo Fonseca
Coordenação do Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Santiago Alcázar

Na sexta-feira Santa, dia 2 de abril, o Presidente Joe Biden revogou o decreto 13928, de 11 de junho, de 2020, pelo qual sancionava membros da Tribunal Penal Internacional. As sanções se referiam à contrariedade do Governo Trump com as investigações levadas a cabo pelo Tribunal sobre crimes de guerra cometidos, por todas as partes envolvidas, no Afeganistão. Oficiais do Tribunal tiveram bloqueadas suas contas pessoais e anulados os vistos de entrada aos EUA.

William Barr, que detinha o cargo de Attorney-General dos EUA, equivalente ao de Ministro da Justiça, justificou as medidas tomadas pelo Governo como um primeiro passo importante para responsabilizar o Tribunal Penal Internacional por extrapolar a sua jurisdição e violar a soberania dos EUA.

O então Secretário de Estado, Mike Pompeo, acusou o Tribunal de ser uma instituição essencialmente corrupta e, nesse contexto, acrescentou que os EUA não iriam tolerar tentativas ilegítimas de sujeitar cidadãos americanos à jurisdição do Tribunal.

Como se recordará, o TPI tem o seu instrumento constitutivo no chamado Estatuto de Roma, que estabelece entre outras coisas, a sua jurisdição para processar indivíduos por crimes de genocídio, crimes contra humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão. O Tribunal é acionado quando as cortes nacionais não podem ou se recusam a processar aqueles crimes cometidos por seus nacionais.

123 países fazem parte do TPI. China, EUA, Rússia e Israel são alguns dos países que preferiram ficar de fora, supostamente sob o argumento de que razões de Estado justificariam os crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão. O outro argumento utilizado, o de que o reconhecimento da competência do TPI violaria o princípio de soberania dos Estados é curioso frente ao compromisso, ao menos implícito, de fazer parte de uma comunidade de nações que reclama uma condizente cessão das soberanias em prol do bem comum.

O TPI é apenas uma consequência dos princípios e valores que servem de norte àquele corpo multilateral. É também consequência da consciência, como se inscreve no Preâmbulo do Estatuto de Roma, de que os povos e as suas culturas configuram um delicado mosaico que se pode romper a qualquer momento por crimes. As violações cometidas contra esse delicado mosaico são, portanto, crimes que constituem uma ameaça, como se lê, naquele preâmbulo, para a paz, a segurança e o bem-estar da humanidade, assuntos de que se deve ocupar o Conselho de Segurança.

O gesto do Presidente norte-americano foi explicado pelo Secretário de Estado Anthony Blinken: “Segundo a nossa avaliação, as medidas adotadas foram inapropriadas e ineficazes”. As palavras de Blinken devem ser interpretadas como sinal de que os EUA querem voltar a todos os foros multilaterais para aglutinar, influir e decidir, não para abrir mão de sequer um átomo de sua soberania. Mais do mesmo, portanto.

O problema é que se precisa justamente o contrário: menos do mesmo. As feridas da sociedade, asquerosas, pustulentas, deixadas à mostra pela pandemia sugerem que a cura, se cura houver, terá de vir pela mão da união de todos, pela solidariedade e pela indiscutível valorização dos direitos humanos, elementos que se alimentam das soberanias cedidas.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, mostra a sua indignação na mensagem para o Dia Mundial da Saúde, que será celebrado na próxima quarta-feira, dia 7 de

abril. Enfatizando as inequidades e injustiças que se tornaram aparentes na pandemia, Guterres lembra que a grande maioria das doses das vacinas administradas até o presente estiveram confinadas em alguns países ricos. A maioria das pessoas em países de renda média ou baixa limitam-se a ver e esperar, diz o Secretário-Geral, que explode em indignação ao qualificar de imoral aquelas inequidades. Imorais e perigosas, continua, para a nossa saúde, nossa economia e nossa sociedade.

Imoral e perigosamente mesquinha é também a falta de financiamento da facilidade Covax, criada para garantir ao menos uma dose para aproximadamente um quarto da população mundial a um preço baixo. Segundo as mais recentes estimativas da OMS seriam necessários ao menos US\$ 3.2 bilhões, em 2021, para cumprir aquela meta. Número inexpressivo se comparado ao movimento de recursos financeiros em um dia de operação das bolsas de valores. Infelizmente, àqueles valores necessários para garantir as doses para a parte mais necessitada da humanidade é preciso adicionar ao menos US\$ 2 bilhões, também em 2021, para compra de geladeiras, treinamento e capacitação de profissionais de saúde, despesas para os vacinadores, gasolina para os veículos de entrega, etc.

Em março passado, o Secretário-Geral lançou o relatório *Liquidity and Debt Solutions to Invest in the SDGs: The Time to Act is Now*¹.

O relatório do SG é sombrio. A resposta da comunidade internacional à pandemia foi até agora significativa, mas insuficiente. Para mitigar os efeitos da pandemia, países conduziram políticas sem precedente de distanciamento social, incluindo *lockdowns*, fechamento de comércio e proibição de viagens. Aquelas medidas de emergência conseguiram achataram a curva de contágios, mas resultaram numa contração do PIB mundial em 4,3%, o primeiro aumento de pobreza extrema desde 1998, a perda de 114 milhões empregos fixos.

Enquanto as economias avançadas conseguiram ampliar as suas despesas fiscais em aproximadamente 13% de seus respectivos PIBs, as economias menores somente foram capazes de responder com alocações fiscais muito menores. Segundo o relatório do SG, entre as 151 economias que tomam emprestado dos mercados de capitais, 42 tiveram reduzidos seus graus de investimentos estimados pelas agências de rating. Daquele total, 27 são economias emergentes, 6 são economias desenvolvidas e 9 são economias menos desenvolvidas.

O relatório sugere investimentos nos ODS, apoio de liquidez para as economias de desenvolvimento médio, bem como para as economias menores; extensão dos prazos pagamento dos juros, ou perdão da dívida; e propõe uma nova arquitetura financeira baseada em princípios condizentes com os valores humanos.

É cedo para saber se o relatório do SG terá acolhida. Mas talvez seja tarde e não importe.

¹https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg_policy_brief_on_liquidity_and_debt_solutions_march_2021.pdf

Resposta da OMS e OPAS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

O Dia Mundial da Saúde em 2021, comemorado dia 7 de abril, segunda comemoração durante a pandemia da COVID19, convoca a comunidade mundial para “Construir um mundo mais justo, equitativo e saudável após a COVID-19”. No site da OMS estão os dizeres essenciais da campanha com palavras corajosas a respeito das injustiças sociais e do racismo sistêmico e reconhece que o impacto da COVID19 foi mais grave nas comunidades vulnerabilizadas. (<https://www.who.int/campaigns/world-health-day/2021>)

Esta semana a OMS se deparou com dois grandes desafios e lançou uma importante iniciativa para melhorar a governança da saúde global.

No campo das vacinas a Covax anunciou aos países membros que as entregas de doses do Instituto Soro da Índia (SII) serão adiadas em março e abril. Os atrasos no suprimento de doses de vacina COVID-19 produzidas pelo Serum Institute of India se devem ao aumento da demanda por vacinas COVID-19 na Índia. Essa medida decore do fato que o governo da Índia enfrenta uma nova onda de infecções pelo COVID-19.

Também a COVAX notificou às economias participantes que doses da rede de fabricação AstraZeneca que tinham entregas previstas para março ocorrerão agora em abril. Esse fato pode afetar 64 economias de baixa renda participantes do COVAX. Até o momento, o COVAX recebeu 28 milhões de doses de COVISHIELD e esperava que mais 40 milhões de doses serão disponibilizadas em março, e até 50 milhões de doses em abril.

O COVAX notificou todas as economias afetadas de possíveis atrasos. O SII prometeu que, ao lado do fornecimento da Índia, priorizará a solução multilateral COVAX para uma distribuição equitativa. As economias participantes também receberam orientações da OMS sobre a otimização das doses nacionais de implantação da vacina AstraZeneca-Oxford em um ambiente de abastecimento restrito.

O COVAX mantém seu objetivo de fornecer doses iniciais de vacinas a todas as economias participantes no primeiro semestre do ano antes de aumentar significativamente no segundo semestre de 2021. Até o momento, a COVAX enviou vacinas para mais de 50 países e economias.

Outro drama que continua chamando a atenção da OMS é a diferença entre o número de vacinas administradas em países ricos e o número de vacinas administradas em países pobres. O mecanismo oficial COVAX está crescendo a cada dia, mas está longe de cumprir com a sua missão consagrada nos altos acordos diplomáticos estabelecidos na sede da ONU, bem distante da realidade prevalente do mundo que criamos para as gerações futuras.

Outro tema que ocupou as manchetes internacionais e a atenção da OMS foi a frustração generalizada sobre a missão da OMS à China para investigar as origens da Pandemia da COVID19. O próprio organizador da missão, o Diretor-Geral fez severas críticas aos resultados inconclusivos e lançou um chamado pela cooperação para a realização de novos estudos em colaboração com as autoridades chinesas.

O relatório apresenta uma revisão abrangente dos dados disponíveis, sugerindo que houve transmissão não reconhecida em dezembro de 2019, e possivelmente anterior. A equipe informa que o primeiro caso detectado teve início com sintomas no dia 8 de dezembro de 2019.

A equipe que produziu o relatório expressou que houveram dificuldades no acesso a dados brutos e sugeriram a realização de estudos colaborativos que incluam um compartilhamento de dados mais oportuno e abrangente.

O papel dos mercados animais ainda não está claro. A equipe confirmou que houve contaminação generalizada com SARS-CoV-2 no mercado em Wuhan, mas não pôde determinar a fonte desta contaminação.

A equipe também abordou a possibilidade de que o vírus tenha sido introduzido em humanos através da cadeia alimentar, mas concluiu que são necessários mais estudos para identificar qual o papel dos animais selvagens cultivados na introdução do vírus aos mercados em Wuhan e além.

A equipe também visitou vários laboratórios em Wuhan e desconsiderou a possibilidade de que o vírus entrou na população humana como resultado de um incidente laboratorial, apesar de indicar que são necessários mais dados e estudos para chegar a conclusões mais robustas.

Para a OMS, todas as hipóteses sobre a origem da Pandemia permanecem sobre a mesa e considerou o relatório como um começo muito importante, mas não o fim. Ainda não foi encontrada a fonte do vírus, o que é importante para recomendar medidas para reduzir o risco de uma nova pandemia.

Uma nota positiva e que marcou a primeira ação concreta para uma melhoria da preparação da comunidade internacional frente a este tipo de ameaças foi o lançamento por 25 chefes de governo e agências internacionais se reúnem em extraordinária chamada conjunta pelo estabelecimento de um "tratado internacional sobre pandemias" para proteger o mundo de futuras crises de saúde. Esse tratado seria a base para construir uma arquitetura global de saúde mais robusta que protegerá as gerações futuras.

Os líderes afirmaram que: "Haverá outras pandemias e outras grandes emergências em saúde. Nenhum governo ou agência multilateral pode lidar com essa ameaça sozinho" e seguem: "A questão não é se, mas quando. Juntos, devemos estar mais preparados para prever, prevenir, detectar, avaliar e responder efetivamente às pandemias de forma altamente coordenada. A pandemia COVID-19 tem sido um lembrete gritante e doloroso de que ninguém está seguro até que todos estejam seguros."

O principal objetivo de um novo tratado internacional de preparação e resposta pandêmica seria promover uma abordagem abrangente e multisetorial para fortalecer as capacidades nacionais, regionais e globais e a resiliência às futuras pandemias.

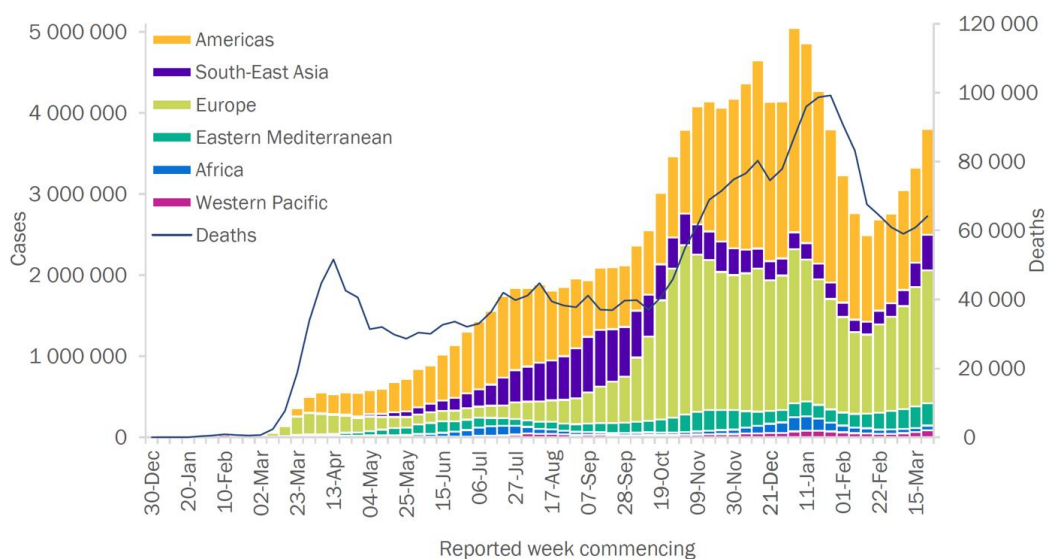
Apesar de ser um passo em direção a uma reforma buscando uma melhor efetividade, por ser muito focado na pandemia pode incorrer no mesmo que aconteceu com o regulamento sanitário internacional que foi elaborado no bojo dos eventos de 11 de Setembro e, portanto, deixou de lado temas relevantes que se demonstraram cruciais como a questão dos sistemas de saúde universais com base na atenção primária, a questão ambiental e o racismo que leva ao surgimento de inequidades. Para fazer frente a estas questões seria necessário um tratado que tenha como foco a questão do direito humano à saúde. O que está proposto pela Aliança por um acordo marco de saúde global (AFCGH) (<https://fcghalliance.org/>)

O chamado pelo tratado foi assinado por J. V. Bainimarama, primeiro-ministro de Fiji; Prayut Chan-o-cha, Primeiro-Ministro da Tailândia; António Luís Santos da Costa, Primeiro-

Ministro de Portugal; Mario Draghi, Primeiro-Ministro da Itália; Klaus Iohannis, Presidente da Romênia; Boris Johnson, primeiro-ministro do Reino Unido; Paul Kagame, presidente do Ruanda; Uhuru Kenyatta, Presidente do Quênia; Emmanuel Macron, presidente da França; Angela Merkel, Chanceler da Alemanha; Charles Michel, Presidente do Conselho Europeu; Kyriakos Mitsotakis, Primeiro-Ministro da Grécia; Moon Jae-in, Presidente da República da Coreia; Sebastián Piñera, presidente do Chile; Carlos Alvarado Quesada, Presidente da Costa Rica; Edi Rama, primeiro-ministro da Albânia; Cyril Ramaphosa, Presidente da África do Sul; Keith Rowley, Primeiro-Ministro de Trinidad e Tobago; Mark Rutte, Primeiro-Ministro dos Países Baixos; Kais Saied, Presidente da Tunísia; Macky Sall, presidente do Senegal; Pedro Sánchez, Primeiro-Ministro da Espanha; Erna Solberg, Prime Minister da Noruega; Aleksandar Vučić, Presidente da Sérvia; Joko Widodo, Presidente da Indonésia; Volodymyr Zelensky, presidente da Ucrânia e pelo Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde.

Em relação à situação epidemiológica global, os novos casos de COVID-19 subiram pela quinta semana consecutiva, com pouco mais de 3,8 milhões de novos casos notificados na última semana (Figura 1). O número de novas mortes aumentou pela segunda semana consecutiva, aumentando 5% em relação à semana passada, com mais de 64 mil novas mortes notificadas. Todas as regiões relataram um aumento no número de casos esta semana, com os maiores aumentos nas regiões do Sudeste Asiático, Pacífico Ocidental e África, todos em trajetória ascendente nas últimas semanas. Todas as regiões, com exceção da Região Africana, relataram um aumento no número de mortes, com o maior aumento de 21% em relação à Região do Sudeste Asiático, que está em sua terceira semana de tendência crescente. A Região Europeia e a Região das Américas continuam a responder por aproximadamente 80% de todos os casos e mortes novos e cumulativos.

Figura 1. OS casos COVID-19 são notificados semanalmente pela Região da OMS e mortes globais, a partir de 28 de março de 2021**



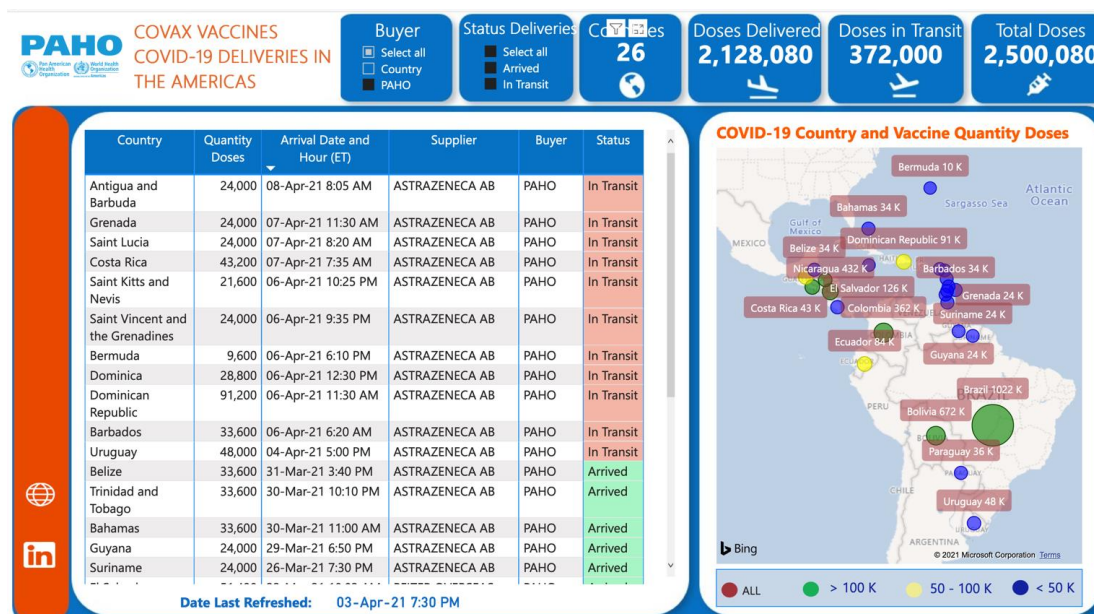
Region	New cases in last 7 days (%)	Change in new cases in last 7 days *	Cumulative cases (%)	New deaths in last 7 days (%)	Change in new deaths in last 7 days *
Americas	1 306 017 (34%)	11%	55 243 776 (44%)	32 176 (50%)	4%
Africa	1 641 672 (43%)	11%	44 191 579 (35%)	23 778 (37%)	7%
South-East Asia	437 060 (11%)	46%	14 619 886 (12%)	2 947 (5%)	21%
Eastern Mediterranean	270 884 (7%)	3%	7 395 085 (6%)	3 428 (5%)	5%
Europe	62 286 (2%)	22%	3 061 438 (2%)	1 340 (2%)	-6%
Western Pacific	84 395 (2%)	32%	1 859 933 (1%)	518 (1%)	7%
Global	3 802 314 (100%)	14%	126 372 442 (100%)	64 187 (100%)	5%

*Percent change in the number of newly confirmed cases/deaths in past seven days, compared to seven days prior. Regic rounded to the nearest whole number; global totals may not equal 100%.

Annex: Data, table and figure notes

Organização Pan-americana da Saúde (OPAS)

A OPAS participa do esforço global da OMS e da COVAX na distribuição de vacinas na Região já tem do contribuído a vários países, inclusive com um milhão de doses da COVAX ao Brasil como mostra o mapa abaixo.



RESPOSTA DA OEA À PANDEMIA DE COVID-19

Luana Bermudez

Na última semana de março, o presidente boliviano, Luís Arce, fez uma visita oficial ao México. Na ocasião Arce e Andrés Manuel López Obrador, presidente do México, assinaram um documento com diversas medidas de cooperação econômica e diplomática. Cabe destacar que um dos 23 pontos do documento é a decisão de criar uma frente para limitar a margem de ação das missões eleitorais da OEA, já que eles consideram algumas dessas ações como intervenções do órgão em questões de política interna.

De acordo com o documento, os dois países membros da OEA “concordam quanto à importância de promover o caráter exclusivamente técnico, objetivo e imparcial das missões de observação eleitoral da Organização dos Estados Americanos” e pedem que as missões “se atenham aos princípios de não intervenção, respeito à autodeterminação, diálogo, negociação, busca por consensos e solução pacífica de controvérsias”. Além disso, os dois chefes de Estado também ressaltam a necessidade da Secretaria Geral da OEA se limitar à atuação dentro do marco institucional do organismo e concordam que não tolerarão intervenções e ingerências em assuntos internos dos países.

O secretário geral da OEA, Luís Almagro, é considerado um dos principais porta-vozes, junto com a oposição, de que houve fraude nas eleições da Bolívia em outubro de 2019. Apesar de ter sido criticado e rebatido por outros organismos internacionais, o relatório da OEA que contém essas acusações levou a uma onda de protestos e à renúncia de Evo Morales. Assim, no encontro com Arce, López Obrador instou a OEA a respeitar a democracia e a vontade do povo boliviano.

As missões eleitorais da OEA fiscalizam as eleições na maioria dos países da região, e na primeira semana de abril o organismo implantou simultaneamente missões de observação no Equador, Peru e Bolívia. Assim, a iniciativa dos presidentes do México e da Bolívia apresenta uma significativa carga política na região.

<https://oglobo.globo.com/mundo/mexico-bolivia-promovem-frente-para-evitar-intervencoes-da-oea-em-politica-interna-24941104>

https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-032/21

O Secretário Geral da OEA foi convocado para uma audiência no Comitê de Relações Exteriores do Senado norte-americano com o objetivo de discutir o estado da democracia na América Latina e no Caribe. Durante a audiência, Almagro pediu maior colaboração do país na entrega de vacina contra a Covid-19 aos países da região, o que a China e a Rússia têm se esforçado para fazer e que gera uma grande preocupação para que os Estados Unidos retomem a liderança na região.

Cabe ressaltar também o pedido de Almagro para que o país tenha um compromisso mais forte com a região e que assuma um papel preponderante na consolidação da democracia nos países membros.

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2021/03/oea-pede-compromisso-mais-forte-dos-eua-com-america-latina-e-caribe-ckmo5ns7e001301f1w36j6yuu.html>

A OEA possui um programa de intercâmbio para a competitividade (ACE em inglês), que consiste em uma importante rede de desenvolvimento econômico, inovação e empreendedorismo e um dos principais eventos de alto nível da organização. O evento ocorre duas vezes ao ano e reúne dezenas de governantes de alto nível, empresas, tomadores de decisão de diversos países para apresentar projetos, investimentos estratégicos, parcerias público-privadas, e melhores práticas do ecossistema econômico, de inovação e empreendedorismo.

No fim de março o Departamento de Comércio dos Estados Unidos fez uma contribuição de US\$ 1,57 milhão para apoiar a reconstrução e reestabelecimento das redes de comércio e investimento nas Américas e acelerar a recuperação pós pandemia.

O ACE possui uma rede com mais de 2000 sócios de 41 países (32 das Américas) e 36 mil beneficiários. O evento já ocorreu em diversos países da região e de fora, e terá suas duas edições de 2021 nos Estados Unidos.

https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-031/21

Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Dando continuidade à série de guias práticos sobre temas relacionados com direitos humanos no contexto a pandemia, a CIDH publicou a terceira edição que é sobre a promoção de acesso universal à internet durante a pandemia de Covid-19.

A guia inclui diretrizes práticas com o objetivo de focar os esforços estatais e privados no acesso universal a uma internet grátis, aberta e inclusiva. O documento serve como uma ferramenta de cooperação e assistência técnica para o fortalecimento de políticas públicas destinadas a garantir o acesso aos serviços de internet a todos durante a pandemia.

<http://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/es/cidh/prensa/comunicados/2021/074.asp>

http://www.oas.org/es/cidh/sacroi_covid19/documentos/03_guias_practicas_internet_esp.pdf

Por fim, a CIDH terminou em março o seu 179º Período de Sessões virtual. Durante esse período a comissão realizou 21 audiências públicas, cinco das quais abordaram temas regionais, como os direitos humanos no contexto da pandemia, povos indígenas em regiões fronteiriças, mulheres privadas de liberdade, pessoas migrantes e refugiadas na pandemia, e direitos sexuais e reprodutivos.

Também foram realizadas reuniões abertas com organizações da sociedade civil da região para obter informações sobre a situação do cumprimento dos direitos humanos na pandemia e teve uma reunião com a Coalizão Internacional de Organizações de Direitos Humanos nas Américas.

Cabe destacar que a CIDH deliberou sobre uma resolução sobre o tema das vacinas contra Covid-19 e as obrigações interamericanas de direitos humanos, que será adotada em breve. O objetivo da resolução será contribuir na orientação dos Estados membros para o desenho e implementação de programas e políticas de imunização com foco nos direitos dos cidadãos.

<http://www.oas.org/pt/CIDH/jsForm/?File=/es/cidh/prensa/comunicados/2021/076.asp>

Banco Mundial

Relatório: *Renewing with Growth*

O BM lançou no início de abril o relatório *Renewing with Growth* sobre a América Latina e Caribe. As regiões sofreram o maior número de mortes causadas pela COVID - 19 nas regiões em desenvolvimento e o declínio mais acentuado na atividade econômica. Com menos dias letivos e taxas de emprego mais baixas, com dívida pública mais alta e mais empresas sob estresse, os efeitos podem ser duradouros. A crise também desencadeou uma reestruturação econômica em larga escala, com produtividade mais alta nos setores em expansão do que nos setores em contração. A digitalização acelerada pode incutir dinamismo nos mercados financeiro, comercial e de trabalho, mas pode ampliar a desigualdade dentro e entre os países da região. A tecnologia também pode transformar o setor de energia.

Por causa da pandemia, o Produto Interno Bruto (PIB) na região da América Latina e Caribe (excluindo a Venezuela) caiu 6,7% em 2020. Um retorno ao crescimento de 4,4% é esperado em 2021. Isso se compara à previsão do Banco no final de 2020 de um Declínio de 7,9% do PIB em 2020 e expansão de 4% em 2021.

A imensa interrupção da pandemia pode estabelecer as bases para maior produtividade por meio da reestruturação econômica e da digitalização. Outras oportunidades de crescimento decorrem de inovações no setor elétrico. A América Latina e o Caribe têm a matriz de geração de eletricidade mais limpa e potencialmente mais barata de todas as regiões em desenvolvimento. Mas sua eletricidade é a mais cara, principalmente por ineficiências. A geração distribuída dentro dos países e o comércio de eletricidade entre os países podem tornar a energia mais verde e mais barata, desde que o preço seja correto.

Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35329>

Iniciativas por país

Tunísia

No dia 26 de março de 2021, o BM aprovou US \$ 100 milhões para apoiar a implantação da vacina COVID-19 na Tunísia. Para apoiar a Estratégia Nacional de Vacinação COVID-19 do governo tunisiano, a meta é vacinar 50 por cento de sua população até o final de 2021. A maior parte do financiamento adicional ajudará a pagar a compra e distribuição de vários milhões de doses de vacinas COVID-19. Por meio da COVAX ou diretamente dos fabricantes — desde que atendam aos critérios de aprovação de vacinas do Banco Mundial. Os fundos do Banco Mundial apoiarão a maior parte do suprimento de vacinas da Tunísia.

O financiamento adicional também fortalecerá aspectos-chave do sistema de implantação de vacinas da Tunísia, incluindo o direcionamento a grupos prioritários; treinar e supervisionar profissionais de saúde para administrar vacinas; modernização de toda a cadeia de frio nacional, incluindo a compra de quase 3.000 freezers e geladeiras; e desenvolver campanhas de comunicação para aumentar a ingestão de vacinas. Finalmente, os fundos do financiamento adicional ajudarão o governo da Tunísia a monitorar e avaliar a distribuição de vacinas.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/03/26/world-bank-approves-us-100-million-to-support-covid-19-vaccine-deployment-in-tunisia>

Bangladesh

No dia 26 de março de 2021, o BM aprovou um crédito de US \$ 250 milhões da *International Development Association* (IDA) para ajudar Bangladesh a criar mais empregos melhores e inclusivos e proteger mais de 5 milhões de empregos como parte da resposta do governo à crise da COVID-19, ao mesmo tempo que estabelece as bases para acelerar a recuperação e criar resiliência.

O Terceiro Crédito Programático para Política de Desenvolvimento de Empregos - o último de uma série de três créditos - está apoiando o governo de Bangladesh no desenvolvimento de uma política e estrutura institucional mais fortes para modernizar o regime de comércio e investimento; melhorar a proteção social para os trabalhadores; e ajudar jovens, mulheres e populações vulneráveis a ter acesso a empregos de qualidade.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/03/26/world-bank-helps-bangladesh-create-inclusive-and-quality-jobs-and-recover-from-the-covid-19-pandemic>

Djibouti

No dia 31 de março de 2021, o BM aprovou US \$ 15 milhões em financiamento adicional da *International Development Association* (IDA) para apoiar um sistema de redes de segurança social ampliado e aprimorado e melhorar o acesso a serviços básicos e segurança alimentar nas comunidades mais pobres e vulneráveis do Djibouti.

O objetivo do financiamento adicional é restaurar os recursos alocados para a resposta de emergência à pandemia COVID-19 no país, que começou em abril de 2020, e ampliar o Projeto de Transferência Integrada de Dinheiro e Capital Humano, nomeadamente através da extensão das transferências de dinheiro para cerca de 2.500 famílias em áreas urbanas e o financiamento de atividades de inclusão relacionadas ao desenvolvimento do capital humano com foco nos primeiros anos. O financiamento restaurado permitirá o apoio contínuo até 2023 para 5.000 famílias. A operação também apoiará o treinamento de microempresários e habilidades sociais para promover o empoderamento econômico das mulheres nas comunidades-alvo.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/03/31/new-world-bank-funding-to-protect-the-lives-of-djibouti-s-poor-and-vulnerable>

Nepal

No dia 2 de abril de 2021, o BM e o governo do Nepal assinaram um acordo de financiamento adicional de US \$ 75 milhões para apoiar o acesso a vacinas COVID-19 seguras e eficazes para as populações priorizadas do Nepal.

O acordo foi assinado pelo Secretário de Finanças, Sishir Kumar Dhungana em nome do Governo do Nepal e pelo Diretor do Banco Mundial para as Maldivas, Nepal e Sri Lanka, Faris Hadad-Zervos.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/04/02/government-of-nepal-and-world-bank-sign-75-million-additional-financing-agreement-for-covid-19-vaccines>

Equador

No dia 5 de abril de 2021, o BM aprovou US \$ 150 milhões em financiamento adicional para o Projeto de Resposta a Emergências COVID-19 no Equador. Esta é a primeira operação financiada pelo Banco Mundial na América Latina e no Caribe para aquisição da vacina COVID-19. Os novos recursos serão usados para comprar e distribuir vacinas e apoiar a gestão da pandemia no país.

O Equador está entre os países mais afetados da região. Embora toda a população tenha sido afetada pela crise, as mulheres jovens e os trabalhadores pouco qualificados são particularmente vulneráveis às consequências econômicas da pandemia, já que muitos deles perderam seus empregos. Em 2020, a taxa de pobreza cresceu cerca de 8 pontos percentuais, representando mais de 1,3 milhão de pessoas, e a desigualdade aumentou.

Com o financiamento aprovado, o governo espera imunizar cerca de 30% da população. As vacinas adquiridas com esses recursos devem atender aos rígidos critérios de aprovação de vacinas do Banco Mundial. Além disso, esses recursos serão usados para fortalecer a gestão das cadeias de abastecimento e logística para armazenamento e manuseio de vacinas; a compra de equipamentos de proteção individual para profissionais de saúde; e campanhas de informação e comunicação para promover o acesso às vacinas. Os fundos também ajudarão o governo equatoriano a rastrear e avaliar a distribuição de vacinas.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/04/05/el-banco-mundial-aprueba-us-150-millones-para-apoyar-la-vacunacion-contra-la-covid-19-en-ecuador>

Fundo Monetário Internacional (FMI)

União Europeia

O FMI recebeu uma contribuição da União Europeia (UE) de DES 141 milhões (equivalente a € 170 milhões ou US \$ 199 milhões) para o *Catastrophe Containment and Relief Trust* (CCRT), que fornece subsídios para alívio do serviço da dívida a países atingidos por eventos catastróficos, incluindo desastres de saúde pública como a COVID-19.

Este desembolso faz parte da contribuição geral da UE de € 183 milhões (DES152 milhões ou US \$ 215 milhões) para o CCRT. Financia subsídios para a terceira parcela do alívio do serviço da dívida do CCRT, aprovada pelo Conselho Executivo do FMI em 1º de abril de 2021.

A UE está pronta para desembolsar a sua contribuição de subvenção restante em apoio ao alívio adicional do serviço da dívida no contexto de potenciais futuras parcelas do CCRT. Com esta contribuição, a UE, juntamente com as instituições da UE e os seus Estados-Membros, comprometeu-se a mais de metade dos atuais compromissos do CCRT.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/04/05/pr21100-global-recovery-eu-disburses-sdr141-million-imf-catastrophe-containment-relief-trust>

O Conselho Executivo do FMI aprova extensões temporárias e modificação dos limites de acesso nas linhas de crédito do Fundo

A Diretoria Executiva do FMI aprovou em março novas extensões de ajustes temporários feitos em suas estruturas de empréstimo nos primeiros meses da pandemia, permitindo acesso adequado ao financiamento do Fundo por meio de instrumentos de emergência, a Conta de Recursos Gerais (GRA) e o Fundo de Redução e Crescimento da Pobreza (PRGT). As extensões

dessas medidas refletem as circunstâncias únicas criadas pela pandemia e garantirão que os países membros continuem tendo acesso ao financiamento do FMI, por meio de programas apoiados pelo FMI e de financiamento de emergência em caso de necessidades urgentes do balanço de pagamentos.

O Conselho Executivo do FMI aprovou uma extensão até o final de 2021 dos aumentos nos limites de acesso anuais e cumulativos que se aplicam aos instrumentos de financiamento de emergência do FMI, introduzidos em abril de 2020 e prorrogados em outubro de 2020. Até agora, durante a pandemia, 74 países membros, dos quais 49 países de baixa renda receberam financiamento de emergência por meio desses instrumentos.

A Diretoria Executiva também aprovou uma extensão do aumento do limite anual de acesso ao GRA do FMI, introduzido em julho de 2020 até o final de 2021, e um aumento nos limites de acesso anual e cumulativo para empréstimos concessionais por meio do PRGT, até o final de Junho de 2021. O aumento no acesso ao financiamento PRGT, como medida provisória para uma avaliação mais ampla da abordagem do Fundo ao financiamento concessional, reconhece que muitos PBR foram atingidos de forma particularmente dura pela pandemia e já tomaram empréstimos significativos do FMI. Limites mais altos proporcionariam, portanto, flexibilidade para os países mais pobres nos próximos meses, para evitar ter que solicitar apoio por meio dos recursos gerais do Fundo em termos não concessionais.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/03/25/pr2184-imf-execboard-approves-temp-exts-and-modification-of-access-limits-lending-facilities>

Iniciativas por país

Madagascar

No dia 29 de março de 2021, o FMI provou um acordo de 40 meses sob o *Extended Credit Facility* (ECF) equivalente a DES 219,96 milhões (cerca de US \$ 312,4 milhões ou 90 por cento da cota) para Madagascar.

O pacote de financiamento de 40 meses apoiará a implementação da ambiciosa agenda de reforma econômica das autoridades para aumentar o crescimento sustentável e inclusivo e reduzir a pobreza.

As reformas se concentrarão no fortalecimento do espaço fiscal para permitir os investimentos e gastos sociais tão necessários, melhorar o ambiente de negócios, fazer avançar a agenda anticorrupção e de governança e fortalecer a estrutura de política monetária e apoiar a estabilidade financeira.

As perspectivas macroeconômicas de Madagascar foram afetadas por uma demanda externa e interna mais fraca devido à pandemia, revertendo o progresso recente na renda per capita e na redução da pobreza.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/03/29/pr2191-madagascar-imf-executive-board-approves-ecf-arrangement>

Sudão do Sul

No dia 30 de março de 2021, o FMI aprovou um desembolso de DES 123 milhões (50% da cota ou cerca de US \$ 174,2 milhões) para o Sudão do Sul sob a Facilidade de Crédito Rápido (RCF). Esta é a segunda assistência financeira do FMI ao Sudão do Sul desde que se juntou ao

FMI em 2012. O desembolso ajudará a financiar as necessidades urgentes da balança de pagamentos do Sudão do Sul e fornecerá espaço fiscal crítico para manter os gastos com redução da pobreza e aumento do crescimento.

A economia foi duramente atingida pela pandemia de COVID-19 e a atividade econômica está projetada para contrair 4,2% no AF20 / 21. O choque do preço do petróleo relacionado à pandemia e as inundações devastadoras levaram a uma desaceleração econômica.

As autoridades começaram a abordar os desequilíbrios macroeconômicos e vulnerabilidades de governança, tomando medidas para fortalecer a disciplina fiscal, remover distorções no mercado de câmbio e melhorar a transparência.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/03/31/pr2194-south-sudan-imf-execboard-approves-us-174-2m-emergency-assistance-address-covid19>

Namíbia

No dia 31 de março de 2021, o FMI aprovou a compra de US \$ 270,83 milhões para a Namíbia no âmbito do Instrumento de Financiamento Rápido (RFI) para atender às necessidades urgentes de balanço de pagamentos e financiamento fiscal decorrentes da pandemia COVID-19.

A Namíbia está sendo severamente afetada pela pandemia COVID-19, com a economia tendo sofrido uma forte contração de 7,2 por cento em 2020 e a recuperação definida para permanecer moderada em 2,1 por cento em 2021.

O desembolso do FMI fornecerá o financiamento necessário para responder à emergência de saúde COVID-19, incluindo a compra de vacinas e implantação da campanha de vacinação, necessária para mitigar o grave impacto socioeconômico da pandemia.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/04/01/pr2195-namibia-imf-executive-board-approves-disbursement-to-address-covid-19-pandemic>

Quênia

No dia 2 de abril de 2021, o FMI aprovou acordos de 38 meses no âmbito do *Extended Credit Facility* (ECF) e do *Extended Fund Facility* (EFF) para o Quênia em um valor equivalente a SDR 1,655 bilhões (305 por cento da cota ou cerca de US \$ 2,34 bilhões). O pacote de financiamento apoiará a próxima fase da resposta das autoridades ao COVID-19 e seu plano para reduzir as vulnerabilidades da dívida e, ao mesmo tempo, proteger os recursos para proteger os grupos vulneráveis.

O programa apoiado pelo Fundo também promoverá a reforma mais ampla e a agenda de governança, abordando as deficiências de algumas empresas estatais (SOEs) e fortalecendo a transparência e a responsabilidade por meio da estrutura anticorrupção.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/04/02/pr2198-kenya-imf-executive-board-approves-us-billion-ecf-and-eff-arrangements>

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

BID - Relatório de Sustentabilidade 2020: Anexo da Iniciativa de Relatórios Globais²

No dia 24 de março, o BID divulgou o seu Relatório de Sustentabilidade 2020 com foco em uma recuperação sustentável e inclusiva para a América Latina e o Caribe após a pandemia. O relatório destaca o trabalho do Banco em questões como digitalização, infraestrutura sustentável e o desenvolvimento de habilidades de próxima geração e empregos para todos. Ele também destaca os principais projetos na perspectiva da descarbonização, avaliação de risco de desastres naturais e sustentabilidade corporativa, ao mesmo tempo que fornece exemplos de implementação de políticas ambientais e sociais em projetos.

O relatório é complementado por um anexo da *Global Reporting Initiative* (GRI), que define padrões globais para relatórios de sustentabilidade e se baseia nas melhores práticas para relatar uma série de impactos econômicos, ambientais e sociais. Este é o quinto anexo GRI do BID, preparado como suplemento do Relatório de Sustentabilidade do BID. O anexo relata tópicos corporativos e operacionais usando indicadores padronizados. Os seguintes tópicos materiais estão incluídos no anexo: propriedade ativa, anticorrupção e ética, biodiversidade, resiliência climática, emprego e relações trabalhistas, energia, engajamento e coordenação, mecanismos de *feedback*, inclusão financeira, igualdade de gênero e diversidade, emissões de gases de efeito estufa (GEE), saúde e segurança, direitos humanos, impactos econômicos indiretos, presença no mercado, uso de materiais, monitoramento e avaliação, portfólio responsável, gestão da cadeia de suprimentos, treinamento e educação, resíduos e água.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-presents-2020-sustainability-report-focused-sustainable-and-inclusive-recovery>

BID e Healthcare Israel

No dia 26 de março de 2021, o BID assinou um acordo com a *Healthcare Israel* para fornecer expertise, treinamento e soluções em Saúde Digital para melhorar a vida na América Latina e no Caribe.

Em parceria com organizações de saúde locais e em acordo com o BID, a *Healthcare Israel* fornecerá:

- Treinamento em saúde digital para organizações e líderes de saúde latino-americanos
- Avaliações de intercâmbio de informações de saúde (HIE) e preparativos para o estabelecimento de sistemas nacionais de HIE na América Latina e no Caribe
- Transferência de conhecimento da experiência israelense na implementação de soluções no compartilhamento de informações nacionais de saúde

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-healthcare-israel-bring-digital-health-solutions-latin-america-and-caribbean>

Iniciativas por país

² Disponível em: <<https://publications.iadb.org/en/inter-american-development-bank-sustainability-report-2020-global-reporting-initiative-annex>>. Acesso em: 05 de abril d 2021.

Paraguai

No dia 31 de março de 2021, o BID aprovou um empréstimo de US \$ 250 milhões ao Paraguai. O empréstimo possui um prazo de 20 anos e ajudará o país a buscar maior transparência para aumentar a eficiência da gestão dos recursos públicos.

O projeto é a segunda de duas operações consecutivas, a primeira das quais foi aprovada em abril de 2020 na modalidade de empréstimo baseado em políticas programáticas (PBP). Esta nova operação visa aumentar a transparência dos gastos públicos, garantindo ao mesmo tempo que os atores econômicos e os cidadãos em geral tenham melhor acesso à informação pública.

O programa incluirá a plataforma digital *Rindiendo Cuentas*³ que fornece informações abertas sobre os gastos públicos do país durante a pandemia COVID-19. A plataforma inclui recursos que o público pode usar para enviar comentários, supervisionar despesas públicas e registrar eventuais reclamações.

Outro elemento relevante é a promulgação de regras para prevenir e monitorar atividades de lavagem de ativos que estejam em linha com as recomendações da Força-Tarefa de Ação Financeira (FATF), como a criação de um registro administrativo de pessoas físicas e jurídicas, bem como um registro de beneficiários finais e a adoção de um manual de análise operacional de atividades suspeitas.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/paraguay-strengthen-transparency-and-efficiency-public-resource-management>

³ Disponível em: <<https://www.rindiendocuentas.gov.py/>>. Acesso em: 05 de abril de 2021.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)⁴

Origem do UNOSSC

Em 1965, as Nações Unidas estabeleceram uma agenda para incentivar o desenvolvimento, resultando na criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma fusão entre o Programa Alargado de Assistência Técnica e Fundo Especial das Nações Unidas. O PNUD tem como objetivo apoiar os países em desenvolvimento, com maior ênfase aos países menos desenvolvidos do mundo (UNGA, 1965). Hoje em dia privilegia-se os termos países de alta, média ou baixa renda.

Em 1974, a resolução 3251 da UNGA aprovou a criação de uma unidade especial dentro do PNUD para promover a cooperação técnica entre países em desenvolvimento (UNOSSC, 2017a), mas foi somente com a adoção do Plano de Ação de Buenos Aires (BAPA), em 18 de setembro de 1978, para promover e implementar a cooperação técnica entre os países em desenvolvimento, que a cooperação Sul-Sul começou a tomar forma no cenário mundial.

O BAPA definiu a cooperação técnica como “um instrumento capaz de promover o intercâmbio de experiências bem-sucedidas entre países que compartilhassem realidades históricas e que enfrentassem desafios semelhantes”. Além disso, incorporou os princípios básicos das relações entre países baseados na soberania, não ingerência nos assuntos internos e igualdade de direitos e definiu uma série de recomendações destinadas ao financiamento nacional, regional, inter-regional e global (UN NEWS, 2019). Com o BAPA foi possível estabelecer a Unidade Especial das Nações Unidas para a cooperação Sul-Sul (UNDP, 1994).

Essa unidade especial foi se fortalecendo e foi legitimada para cumprir o seu mandato de promover, coordenar e apoiar globalmente a cooperação Sul-Sul e triangular dentro do sistema das Nações Unidas (UNDP, 1994). Em 2012, essa unidade foi elevada à categoria de Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), fazendo com que cooperação Sul-Sul fosse definida amplamente como processo de troca de conhecimentos e recursos nas áreas políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais ou técnicas entre os países do Sul Global.

A cooperação Sul-Sul deve considerar o intercâmbio de soluções para problemas semelhantes, a solidariedade entre os povos, o bem-estar comum e o empoderamento de atores envolvidos, ou seja, deve privilegiar uma cooperação centrada nas necessidades dos países (ALMEIDA e col., 2010).

Em 1990, a então “*South Commission*” publicou o relatório “*The Challenges to the South*” que discutia as disparidades entre o Norte e o Sul e questionava que as diferenças não poderiam ser somente atribuídas ao progresso econômico dos países desenvolvidos, mas também a um aumento do poder do Norte em relação ao resto do mundo. Desta forma, a responsabilidade

⁴ Extrato do capítulo “A Cooperação Sul-Sul em Saúde no contexto dos países de língua portuguesa” da tese de Doutorado de Regina Lucia Ungerer intitulada “Cooperação Sul-Sul em Saúde: a experiência do programa ePORTUGUÊSe da OMS” que se encontra disponível no ARCA/FIOCRUZ - <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/45662>

pelo desenvolvimento do Sul estava no Sul e nas mãos dos povos do Sul (THE CHALLENGE TO THE SOUTH, 1990).

Em julho de 1995, a “*South Commission*” se tornou o “*South Centre*” sendo uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, ao mesmo tempo que mantém o status de observador nas Nações Unidas.

O crescimento recente na cooperação Sul-Sul vem contribuindo para o crescimento do comércio Sul-Sul, fluxos Sul-Sul de investimento estrangeiro direto, movimentos para integração regional, transferência de tecnologia, compartilhamento de soluções específicas e participação de especialistas provenientes de países em desenvolvimento e quaisquer outras formas de intercâmbio entre os países considerados do Sul Global (Figura 1).

Figura 1 - Mapa com os países do Sul Global



Fonte:

WICKMEDIA, 2017

Após o colapso da União Soviética em 1991, o termo Sul Global passou a ser mais aceito pela comunidade internacional para designar os países em desenvolvimento, pois não havia mais razão para utilizar os termos “segundo ou terceiro mundo” (MITLIN e SATTERHWAITE, 2013).

O Sul Global é composto de 133 países, enquanto o Norte Global por 64 países (ERIKSEN, 2015). O termo tem sido amplamente utilizado por diversos autores, que aproveitam para acrescentar um pensamento crítico em seu conceito. Por exemplo: Sul Global refere-se aos países economicamente desfavorecidos e tem sido utilizado como uma alternativa para os países que deixaram de ser colônias europeias. Pode ainda referir-se aos países impactados negativamente pela globalização (MAHLER, 2017).

No entanto, essa é uma divisão política, social, econômica e cultural e não uma divisão geográfica, já que muitos, se não a maioria, dos países do Sul Global estão localizados, totalmente ou em parte, no hemisfério Norte.

Considerada um elemento importante para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), durante a Conferência de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul, realizada em Nairóbi, em 2009, a cooperação Sul-Sul foi apontada pelas Nações Unidas como um esforço de cooperação entre os países do Sul Global nascido da necessidade de compartilhar

experiências e iniciativas com base em um objetivo comum, baseado na solidariedade e orientado pelos princípios de respeito à soberania nacional, livres de qualquer condicionalidade.

Acima de tudo, a cooperação Sul-Sul não deve ser vista como um programa de assistência ao desenvolvimento, mas sim como uma parceria entre Estados formalmente iguais (UNGA, 2009).

Por sua vez, a cooperação triangular é a colaboração em que os países doadores tradicionais e organizações multilaterais facilitam a cooperação entre os países do Sul Global através da provisão de recursos financeiros, treinamento, gestão e sistemas tecnológicos, bem como outras formas de apoio (UNOSSC, 2017b). De acordo com o PNUD, a cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no intercâmbio de conhecimentos.

PALAT (2010) já apontava para o crescimento acelerado de alguns países do Sul Global em comparação com a lenta recuperação dos países de alta renda depois da crise econômica mundial de 2008. A inversão do *status quo* chamou a atenção para o Sul emergente como um novo motor de crescimento global e articulação com a agenda Sul-Sul. Essa agenda foi estabelecida de maneira única para construir capacidades produtivas em todo o mundo em desenvolvimento e estabelecer coerência entre os fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos. A cooperação Sul-Sul tem sido cada vez mais reconhecida como uma ampla estrutura de colaboração, promoção e implementação de ações com bases bilaterais, regionais, sub-regionais ou inter-regionais através do compartilhamento de melhores práticas.

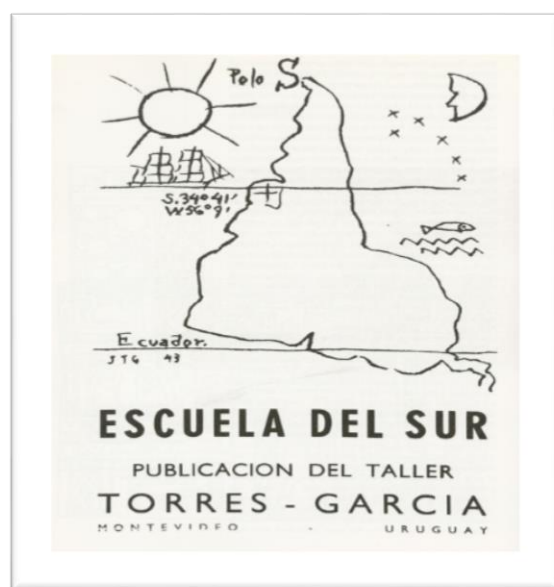
Assim, passou-se a trabalhar com o conceito do mundo invertido, com o Sul no topo. Como normalmente mapas do mundo são orientados com o Norte no topo da página, ver o mundo por este prisma não é o que a maioria das pessoas espera, e, inevitavelmente, perguntam por que o mapa está ao contrário. O mapa colocado desta maneira transmite uma mensagem. Durante os últimos 500 anos, a maioria dos editores de mapas encontravam-se na Europa e na América do Norte. Ao publicar mapas orientados para o norte, eles enfatizavam a geografia e o mapa do céu e estrelas de seus próprios continentes, colocando os outros na periferia. Essa posição cartográfica secundária também sugere que os demais continentes não são tão importantes econômica ou culturalmente. Ao se criar um mapa com um ponto de vista totalmente oposto, ressalta-se que há outras formas de olhar o mundo. De acordo com esse preceito, coloca-se a África no centro ladeada pela Oceania de um lado e América do Sul do outro, sugerindo que estes continentes também são parte integrantes da comunidade mundial e merecem ser vistos dentro de uma perspectiva mais ampla e inclusiva (BOSTON PUBLIC LIBRARY, 2002). Na Figura 2, encontra-se um exemplo do mapa invertido.

Figura 2 - Mapa invertido com destaque para a África, Austrália e América do Sul no topo



Este não é um conceito novo. No início do século XX, Joaquín Torres-García, um artista modernista uruguaio, se propôs a definir a arte da América do Sul em seus próprios termos, e não em relação à do Norte. Em 1935, fundou a “Escola (de arte) do Sul”, uma proposta moderna, na qual ele incentivava os alunos a buscar inspiração local e não globalmente. Ao mostrar-se independente de centros artísticos como Nova York e Paris, Torres-García inspirou-se no passado pré-colombiano. Em 1943, ele desenhou um mapa da América do Sul de uma maneira totalmente nova. Colocou o Polo Sul no topo, sugerindo a importância do continente sul-americano e apresentou uma visão inovadora na forma de ver o mundo. Ao invés de mostrar o equador no centro da Terra, como é geralmente o caso, ele destacou a latitude de Montevideú. Este foi um dos primeiros mapas a fazer uma declaração artística e porque não, política, relacionada às posições já esperadas dos mapas com direcionamento norte-sul. Torres-García chamou o seu mapa de “America Invertida” (JIMÉNEZ, 2015). Na Figura 3, encontra-se a o mapa da América Invertida de Torres Garcia.

Figura 3 - Mapa intitulado América Invertida de 1943 de Joaquim Torres Garcia.



O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul trabalha com o conceito “do Sul para cima” como sua política de trabalho, como visto na página de rosto de seu website⁵ (UNOSSC, 2017b).

Destaques do UNOSSC

Entre os dias 1 e 4 de junho de 2021 será realizada a 20ª Sessão do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul

Esta reunião irá analisar o progresso feito na implementação do Plano de Ação de Buenos Aires (BAPA), a estratégia de novos rumos para a cooperação Sul-Sul, o documento final da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul de Nairobi e o

⁵Website do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul. Disponível em: <https://www.unsouthsouth.org> .

documento final da 2ª Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul realizada em Buenos Aires (BAPA + 40). No dia 11 de maio de 2021, haverá uma reunião preparatória para esta 20ª Sessão do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul.

Os delegados, neste primeiro encontro do Comitê de Alto Nível pós BAPA + 40, também irão considerar as ações de acompanhamento (*follow up*) das sessões anteriores do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, destacando a 19ª sessão, realizada em 2016.

As deliberações também enfocarão as ações decorrentes do Relatório do Secretário-Geral durante 19ª sessão (SSC/19/2), que continha uma proposta abrangente sobre formas concretas de melhorar o papel e o impacto do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, bem como as principais medidas tomadas para melhorar a coordenação de apoio das Nações Unidas à cooperação Sul-Sul.

A pedido do Secretário-Geral, o UNOSSC coordenou a preparação da estratégia Sul-Sul para todo o sistema das Nações Unidas sobre cooperação Sul-Sul e triangular para o desenvolvimento sustentável, com o envolvimento do Mecanismo Interinstitucional das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul e triangular e outras partes interessadas. Conforme solicitado pelo resultado do BAPA + 40 (A/RES/73/291, parágrafo 27 (f)), os Estados Membros serão informados sobre a Estratégia durante a 20ª Sessão do Comitê de Alto Nível.

Para saber mais: <https://www.unsouthsouth.org/our-work/policy-and-intergovernmental-support/high-level-committee-on-south-south-cooperation/high-level-committee-on-south-south-cooperation-20th-session/>

Grupo do G77

O Grupo dos 77 (G77) foi criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento

Atualmente o G77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O Grupo dos 77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas.

Sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e assim aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

A República da Guiné assumiu a presidência do G77 em janeiro de 2021, por um período de um ano.

Atualização do G-77 e China

Entre os dias 03 e 19 de março de 2021, o G-77 e a China participaram e se manifestaram em 5 sessões na primeira parte 75ª sessão do 5º Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas. Este Comitê é também conhecido como Comitê Administrativo e Orçamentário ou C5. É um dos seis principais comitês da Assembleia Geral das Nações Unidas. Trata de assuntos administrativos e orçamentários internos da ONU.

5 de março de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre as condições deterioradas e capacidade limitada do Centro de Conferências do Escritório das Nações Unidas em Nairóbi/Quênia.

O embaixador manifestou a preocupação do G77 e da China com a deterioração das condições do Centro de Conferências de Nairóbi, que, na situação atual, prejudica gravemente a possibilidade de usá-lo, especialmente para as reuniões regulares dos órgãos das Nações Unidas, com sede em Nairóbi, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat).

Foi constatado que mesmo antes da Pandemia do COVID 19, este Centro de Conferências já não suportava a alta demanda por salas. Para suprir as necessidades, o Escritório das Nações Unidas em Nairóbi respondeu usando e convertendo corredores, caminhos e estacionamentos e instalando tendas temporárias em todo o complexo durante as reuniões. No entanto, esta medida se tornou insustentável, apresentando riscos inaceitáveis e custos adicionais, sem mencionar a interrupção dos escritórios e programas das Nações Unidas no complexo.

Além disso, existe a preocupação com a capacidade destes locais e como os Estados-Membros são forçados a conduzir negociações informais em salas na laje do teto, locais abaixo do padrão, praticamente inacessíveis, nas quais o equipamento de interpretação e tradução simultânea estão desatualizados e sujeito a falhas constantes. Esta situação é agravada pelo fato de que Nairóbi não é capaz de atrair especialistas em idiomas da ONU em comparação com outras locais da ONU.

O G77 e a China aguardam os próximos passos propostos para resolver a situação, tendo em mente a necessidade urgente de renovar o Centro de Convenções e desta forma, deixar o posto de trabalho de Nairóbi nas mesmas condições de Nova York, Genebra e Viena como centro de multilateralismo.

11 de março de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G77 e da China sobre o orçamento-programa para 2021 e as normas para viagens aéreas

Observa-se que as restrições de viagens globais devido à pandemia COVID-19 tiveram um tremendo impacto nas viagens aéreas desde o primeiro trimestre de 2020 e é mais provável que continuem a ter um impacto nas futuras viagens, incluindo no programa orçamentário para 2021.

Saúda-se a tendência da redução das exceções às regras de viagens aéreas autorizadas pelo Secretário-Geral. Embora observe-se que a categoria de pessoas eminentes e proeminentes compreenda a maior parcela de exceções registradas nos últimos tempos, o G77 e a China estão cientes da importância e da estatura do trabalho e do cargo das pessoas nesta categoria. Portanto, vemos mérito no argumento de tornar o processo administrativo para a viagem oficial de pessoas eminentes e proeminentes mais eficaz e empenharemos esforços para nos envolver nesta questão.

Em relação à adesão à Política de Compra Antecipada de passagens aéreas, o G77 e a China reiteram sua decepção com o baixo índice de conformidade. Durante a pandemia do

COVID-19, que observou uma redução no volume de viagens, a taxa de conformidade, no entanto, só aumentou ligeiramente de 38% no período anterior, para 40%. Lembra-se que a UNGA, em diversas ocasiões, manifestou preocupação com o baixo índice de cumprimento da política de compras antecipadas de passagens. São necessários maiores esforços, particularmente em áreas onde as viagens podem ser mais bem planejadas, como “home leave” e viagens de treinamentos. Ressalta-se que a maioria das viagens oficiais não são realizadas para situações de emergência ou imprevistos, portanto, o índice de conformidade em todas as categorias de viagens pode ser melhorado.

11 de março de 2021

Declaração feita pela Segunda Secretária da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, Sra Masseni Kaba Saleh, em nome do G77 e da China sobre a gestão de Recursos Humanos: designação de pessoal da ativa, militar e policial

O G77 e a China reconhecem os compromissos do Secretário-Geral com os Estados Membros por meio de seus esforços de divulgação mais recentes realizados em setembro e outubro de 2020 em resposta à Resolução 74/254 B da Assembleia Geral da ONU, que solicitou aos Estados-Membros que se envolvessem mais para resolver os conflitos existentes entre o pessoal militar e policial da ativa destinados a seus países, em particular para solucionar as questões entre a legislação nacional e o Estatuto do Pessoal e Regras das Nações Unidas.

No entanto, existem discrepâncias entre as informações fornecidas pelos Estados-Membros, funcionários deslocados e o Secretariado da ONU, bem como discrepâncias entre as informações fornecidas no contexto do presente relatório e no contexto dos relatórios anteriores do Secretário-Geral, conforme indicado pelo Comitê Consultivo. O Grupo espera receber esclarecimentos sobre essas discrepâncias durante a consideração informal deste item pelo Comitê.

Observam-se três novas opções e duas opções anteriores que foram apresentadas pelo Secretário-Geral para consideração da UNGA, na tentativa de resolver os conflitos pendentes entre algumas legislações nacionais e o estatuto do pessoal e regras das Nações Unidas no que diz respeito ao engajamento de militares e policiais da ativa deslocados. Há necessidade de que o pagamento e os benefícios destes profissionais sejam justos, transparentes e equitativos. O resultado dessa negociação deve refletir a total responsabilidade e imparcialidade do pessoal deslocado. Desta forma, o G77 e a China analisarão criticamente essas opções para garantir que estejam alinhados com esta consideração.

15 de março de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre a revisão da eficiência do funcionamento administrativo e financeiro das Nações Unidas – sistema de responsabilidade (accountability) do secretariado das Nações Unidas bem como o relatório da Unidade de Inspeção Conjunta, o relatório da Unidade sobre a gestão do risco empresarial: abordagens e usos no sistema das Nações Unidas

Em uma sessão limitada pelo tempo em que se tentava considerar, pelo segundo ano consecutivo, a gestão de Recursos Humanos nas Nações Unidas, e ainda sob o peso adicional de uma pandemia global, e considerando que todos os Estados membros estão sofrendo algum tipo de restrição fiscal decorrente da pandemia do COVID 19, se torna mais importante do que

nunca garantir um sistema de responsabilização (*accountability*) robusto, especialmente se espera-se, ao entrar no seu terceiro ano, por uma implementação de gestão atual de RH bem-sucedida.

Os relatórios apresentados, incluindo o relatório da JIU (Unidade de Inspeção Conjunta) sobre gestão de riscos corporativos, são uma base importante para a revisão do sistema de responsabilidade (*accountability*) do secretariado, mas sua importância é diminuta em comparação com aquela esperada para 2022. Considerando esta prerrogativa, o G77 e a China esperam receber no próximo ano, a avaliação do sistema de responsabilidade (*accountability*) atualmente em preparação pelo Escritório de Serviços de Supervisão Interna, que inclui uma avaliação do papel e do funcionamento da Divisão de Transformação de Negócios e Responsabilidade; bem como a avaliação de todo o sistema das estruturas de responsabilidade (*accountability*) das Organizações das Nações Unidas que a JIU realizará.

O G77 e a China reiteram a importância de uma implementação adequada do Quadro Antifraude e Anticorrupção e compreende os atrasos causados pela pandemia COVID-19 no estabelecimento da força-tarefa antifraude e, portanto, da preparação de diretrizes antifraude e anticorrupção.

19 de março de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre as consultas informais sobre o alinhamento da agenda da Assembleia Geral e do ECOSOC e seus órgãos subsidiários à luz da adoção da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável

O G77 e a China gostariam de reiterar seus pontos de vista e posições sobre o processo de alinhamento da agenda da UNGA e do ECOSOC e propor possíveis caminhos a seguir para esse processo. Com a proposta de realizar uma análise piloto do ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), o G77 e a China acreditam que este seria um primeiro passo para escalar os desafios do trabalho que à frente. É também uma proposta concreta que pode produzir resultados tangíveis a curto prazo. Portanto, o G77 e a China gostariam que todas as delegações a considerassem positivamente a proposta de uma análise piloto do ODS 2.

Em segundo lugar, ressaltaram que o processo de alinhamento da agenda da UNGA e do ECOSOC não deveria girar exclusivamente em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que a devida consideração e atenção deve ser dada à Agenda 2030 como um todo, da qual os ODS são apenas uma parte. Isso poderá garantir que questões relevantes da Agenda 2030 que não estão necessariamente refletidas em qualquer um dos ODS ou metas, não sejam deixadas de fora do processo de alinhamento.

Além disso, o G77 e a China salientaram que qualquer decisão a ser tomada sobre o processo de alinhamento deve ser feita tendo em consideração todo o processo de revitalização da UNGA evitando possíveis sobreposições e duplicações de agenda. Isso quer dizer que os critérios para possíveis sobreposições e ou duplicações, precisam ser analisados detalhadamente, completa e abrangente para verificar as interconexões entre os itens da agenda, resoluções e os ODS e para isso é necessário que se conheça as agendas da UNGA e do ECOSOC e seus órgãos subsidiários em relação a Agenda 2030 e os ODS.

MOVIMENTO DOS NÃO ALINHADOS

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Atualmente, também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

Atualização do MNA em março de 2021

A presidência do Azerbaijão organizou o primeiro exercício de simulação online internacional de modelos NAM entre 1 a 5 de março de 2021

Este evento foi organizado para celebrar os 60 anos do Movimento dos Não Alinhados e reuniu mais de 40 jovens participantes que vivenciaram como funciona uma reunião de alto nível dos Estados Membros do MNA.

Nesta reunião de alto nível do MNA, os participantes desempenharam papéis de dignitários de diferentes Estados Membros do NAM e simularam resolver questões do mundo real com as políticas e perspectivas de seu país designado. Foi um exercício em que ajudou os participantes a conhecer melhor a dinâmica e a política que prevalece no MNA e desta forma, fortalecer suas habilidades de negociação e resolução de problemas. Permitiu também que cada participante compreendesse melhor os interesses, preocupações e sensibilidades de cada Estado-Membro do NAM em relação a determinadas questões da agenda global.

Parte da agenda:

Parte 1: Introdução ao Movimento dos Não Alinhados

Parte 2: A base da correspondência diplomática

Parte 3: Negociações Diplomáticas na prática

Parte 4: O trabalho da mídia durante a simulação

G20

Link geral para pesquisa de atualização do G20: <https://www.g20.org/en/notizie.html>

Interessante notar que no dia mundial da saúde, dia 7 de abril, ocorrerá a reunião dos ministros das finanças e governadores dos bancos centrais do g20.

DESTAQUE DA QUINZENA

25 e 26 de março de 2021

2ª reunião do Grupo em Saúde

<https://www.g20.org/second-health-working-group-meeting.html>

Nos dias 25 e 26 de março de 2021, o Salão Monumental do Palazzo Chigi sediou a Segunda Reunião do Grupo de Trabalho em Saúde do G20, sob a presidência italiana.

A reunião de dois dias contou com a presença, em videoconferência, de delegados de todos os membros do G20, bem como de representantes de alguns países convidados, de Agências das Nações Unidas que tratam do tema e de instituições internacionais convidadas como convidados nesta ocasião.

Nesta ocasião, a Presidência propôs, como temas de discussão sobre emergências de saúde: 1) o estabelecimento de planos de preparação e gestão com uma abordagem em **Saúde Única** e 2) uma “coordenação e colaboração internacional na resposta à COVID”.

No primeiro dia, os temas foram apresentados pelos Directores-Gerais do Ministério da Saúde, Prof. Giovanni Rezza (DG Prevenção) e Dr. Pierdavide Lecchini (DG Saúde Animal). Em seguida, A. Buzyn (OMS), JP. Dop (OIE), S. von Dobschuetz (FAO), D. Robinson (UNEP) e M. Pearson (OECD) ilustraram a Nota de Conceito que visa definir o contexto do trabalho.

O Prof. Moreno Di Marco (Universidade La Sapienza de Roma) apresentou a seguir alguns dados sobre a estreita ligação entre o desenvolvimento sustentável e o risco de pandemia, como meio de promover uma abordagem preventiva e transformadora que considere a proteção da biodiversidade, do meio ambiente e da saúde do planeta.

A Dra. Natasha Azzopardi-Muscat da OMS Europa apresentou as atividades da Comissão Pan-Européia sobre Saúde e Desenvolvimento Sustentável, presidida pelo Prof Mario Monti. O último discurso antes da discussão plenária, proferido por S. Edwards em representação do Secretariado do “G20 AMR R&D HUB”, criado em 2017 por ocasião da Presidência alemã do G20, foi dedicado à resistência antimicrobiana, com uma apresentação intitulada “AMR: onde nós estamos”.

No segundo dia, o Prof. Walter Ricciardi, da Università Cattolica Sacro Cuore de Roma, coordenou uma sessão de consulta na qual delegados de grupos de interesse foram ouvidos e apresentaram suas posições e propostas sobre os temas em discussão. Representantes dos Grupos de Engajamento (T20, L20), ONGs (Médicos Sem Fronteiras) e outros atores não governamentais participaram das consultas.

Outros aspectos relacionados à preparação e aos sistemas de saúde também foram abordados, com uma palestra da Diretora-Geral de Planejamento em Saúde do Ministério da Saúde, Dra. Andrea Urbani, seguida do Prof. Reem Al Bunyan, em representação do Global Innovation Hub for Improving Value na Saúde, criada no ano passado com a Presidência Saudita.

Por último, houve um enfoque na 'segurança do paciente' com a intervenção do Dr. N. Dhingra, responsável por este setor dentro da OMS, e do Dr. S. Albolino e Dr. G. Dagliana, do Centro Colaborador da OMS 'Human Factor e Comunicação para a entrega de Cuidados Seguros e de Qualidade' em Florença.

Também no segundo dia da conferência, delegados dos países do G20, países convidados e Organizações Internacionais tiveram a oportunidade de discutir as questões levantadas na Nota Conceitual.

A próxima reunião está marcada para os dias 17 e 18 de junho de 2021.

25 de março de 2021

Primeira reunião do Grupo de Trabalho de Transições de Energia (ETWG) e do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Climática (CSWG)

<https://www.g20.org/first-meeting-of-the-energy-transitions-working-group-etwg-and-the-climate-sustainability-working-group-cswg.html>

Durante a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Transições de Energia e do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Climática sob a presidência italiana do G20, que ocorreu de 22 a 23 de março de 2021, os membros discutiram a necessidade de acelerar a transição de energia limpa para combater as mudanças climáticas, ao mesmo tempo que se comprometeram avançar em direção a cidades resilientes, inteligentes e sustentáveis como um fator-chave para um futuro seguro para o clima e com emissões líquidas zero. Nesse contexto, também foi reiterada a importância de levar em consideração a diversidade e especificidade das circunstâncias nacionais e subnacionais e os diferentes caminhos para metas ambiciosas.

Mais da metade da população mundial vive em cidades hoje, um número que deve aumentar para dois terços até 2050. A Nova Agenda Urbana da ONU enfatiza que a tendência para a urbanização apresenta profundos desafios de sustentabilidade. Do ponto de vista da sustentabilidade climática e das transições de energia, as cidades representam quase dois terços da demanda global de energia e 70% das emissões de carbono. Eles exacerbam os desafios ambientais e socioeconômicos mais sérios do mundo e expõem grandes populações a riscos relacionados ao clima, como altas temperaturas, aumento do nível do mar, escassez de água, inundações e tempestades.

Ao mesmo tempo, as cidades e os vastos conglomerados urbanos são os centros mundiais de inovação e dinamismo econômico e, portanto, essenciais na definição do caminho para um futuro próspero e seguro para o clima. O G20 pode atuar como um fórum para realçar o papel das cidades como laboratórios estratégicos para o crescimento sustentável. Isso será essencial para atingir as metas climáticas do acordo de Paris e alcançar um futuro inclusivo, resiliente ao clima e com zero emissões líquidas.

Neste contexto, uma maior implantação de Soluções Baseadas na Natureza (NbS) pode aproveitar o poder da natureza para transformar os desafios ambientais, sociais e econômicos em oportunidades de inovação e adaptação, impulsionando uma urbanização sustentável. O NbS pode promover e simplificar a implementação de ações de adaptação em paisagens urbanas, potencializando os serviços prestados pela natureza, especialmente para aumentar a resiliência aos impactos climáticos, como inundações e estresse por calor, com o benefício adicional de que a natureza - em contraste com a infraestrutura tradicional - não ferrugem. Os mesmos NbS são cada vez mais reconhecidos como determinantes influentes da saúde e do bem-estar humano, além de proporcionar efeitos tangíveis de mitigação por meio da remoção de carbono pela vegetação, bem como reduzir a temperatura e a economia de energia associada por meio da redução das cargas de resfriamento.

As cidades serão cruciais para o processo de transição energética também por meio de uma ampla gama de opções inovadoras ; como a eletrificação do consumo, principalmente por meio de fontes renováveis, soluções de mobilidade pública e privada sustentáveis, eficiência energética em edifícios e indústrias, tecnologias de energia digital, redes inteligentes, ferramentas que permitem que as comunidades locais de energia estejam no centro de seu sistema de energia urbano e soluções do lado da demanda, garantindo uma distribuição equitativa dos cobenefícios.

Além disso, cidadãos, comunidades locais, povos indígenas e jovens - se apropriadamente engajados e capacitados - desempenharão um papel ativo na condução da transição para um futuro de emissões líquidas zero por meio de processos de mudança participativa e comportamental, ajudando a aumentar a conscientização e aceitação das transições políticas.

Nesta primeira reunião do CSWG-ETWG, os membros avaliaram o uso de todos esses fatores-chave para remodelar nossas cidades para serem mais resilientes, inteligentes, inclusivas e sustentáveis. Neste contexto, os participantes contribuíram para a identificação de recomendações / orientações em apoio a uma aceleração coordenada da transição energética.

Daqui para frente, a Presidência italiana do G20 continuará a envolver os membros em torno desses temas cruciais por meio de uma série de eventos adicionais que trarão maior enfoque em certos componentes específicos da transição sustentável nas cidades.

Depois de ter considerado em profundidade a necessidade de promover cidades resilientes, inteligentes e sustentáveis na primeira reunião, os grupos de trabalho de Energia transições e Sustentabilidade Clima voltará a se reunir nos dias 26 e 27^o de abril para continuar seu trabalho na preparação da reunião de julho Ministerial .

26 de março de 2021

Os membros do G20 IFA se reúnem para discutir o apoio às economias mais vulneráveis

<https://www.g20.org/g20-ifa-members-gathers-to-discuss-support-to-most-vulnerable-economies.html>

Em fevereiro, os ministros das finanças do G20 e os governadores dos bancos centrais se reuniram virtualmente para sua primeira reunião sob a presidência italiana do G20. Os Ministros e Governadores reafirmaram seu apoio aos países mais vulneráveis e identificaram o Quadro Comum para o Tratamento da Dívida e a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) como ferramentas essenciais para esse propósito. Eles também pediram às instituições

financeiras internacionais que explorassem instrumentos adicionais para atender às necessidades de reservas e financiamento globais de longo prazo, pedindo um aumento na alocação de Direitos Especiais de Saque (DES) - um ativo de reserva emitido pelo FMI.

As discussões em nível de trabalho do G20 sobre essas questões são tratadas principalmente pelo Grupo de Trabalho de Arquitetura Financeira Internacional. O Grupo realizou sua terceira reunião oficial ontem e hoje, 24-25 de março de 2021.

O Grupo examinou as necessidades de liquidez e financiamento externo enfrentadas pelos Países de Baixa Renda (PBR) nos próximos anos para determinar se a situação econômica e financeira requer uma nova prorrogação do DSSI - primeiro acordado em abril de 2020 - por mais 6 meses, até dezembro de 2021. Uma primeira prorrogação de seis meses foi concedida pelos líderes do G20 na Cúpula de Riyadh em 21-22 de novembro de 2020, e apoiada pelos membros do Clube de Paris. A discussão teve como objetivo definir os aspectos mais técnicos de tal extensão potencial, preparando o terreno para uma decisão dos Ministros das Finanças do G20 e Governadores dos Bancos Centrais em sua próxima reunião em abril.

Na reunião, o FMI apresentou sua estimativa de que os PBR precisariam de um financiamento de US \$ 200 bilhões para ajudá-los a sair da crise atual, mais US \$ 250 bilhões para investimentos. Os membros da IFA começaram a trabalhar em um pacote de iniciativas para ajudar a fechar essa grande lacuna de financiamento. Em primeiro lugar, os membros da IFA foram informados pelo FMI sobre o contexto e as modalidades de uma possível nova alocação geral de DES. Também começaram as discussões sobre a possível reciclagem de SDRs para direcioná-los de países que não precisam deles para países que mais precisam deles. Finalmente, após as apresentações da Corporação Financeira Internacional (IFC) e do Grupo Banco Mundial (WBG), os membros discutiram soluções para mobilizar financiamento privado para os PBR e incentivaram os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) a maximizar o impacto de seus recursos disponíveis, inclusive por meio de medidas de Otimização de Balanços. O trabalho desta sessão do WG do IFA informará a agenda da próxima reunião de Ministros de Finanças e Governadores de Bancos Centrais do G20, a ser realizada em 7 de abril.

26 de março de 2021

1ª Reunião de Parceria Global do G20 para Inclusão Financeira

<https://www.g20.org/1st-g20-global-partnership-for-financial-inclusion-meeting.html>

Nos dias 24 e 25 de março, a Parceria Global para a Inclusão Financeira se reuniu sob a Presidência italiana do G20. A Parceria foi estabelecida em 2010 para promover a inclusão financeira como meio de aumentar o bem-estar e alcançar um crescimento sustentável e inclusivo a nível global. Durante a reunião, que foi dividida em quatro sessões, os membros do Grupo discutiram o programa de trabalho do GPFI para o próximo ano, com base nas prioridades estabelecidas pela Presidência e nos compromissos do Plano de Ação de Inclusão Financeira (FIAP) do GPFI. Mais especificamente, em 2021, o Grupo analisará o impacto da pandemia na inclusão financeira das camadas mais vulneráveis da população e das microempresas, e identificará as ações necessárias para colmatar as lacunas geradas pela crise para uma construção mais equitativa e sistemas financeiros inclusivos.

O encontro centrou-se nas melhores estratégias para aumentar a sensibilização dos cidadãos e das empresas para as oportunidades de financiamento digital e as salvaguardas destinadas a protegê-los dos riscos de exclusão financeira. As instituições do GPFI também

foram chamadas a monitorar as medidas que os países adotaram para superar a emergência e promover atividades de educação financeira mais eficazes e políticas de proteção ao consumidor mais inclusivas.

A reunião também discutiu as barreiras das pequenas e médias empresas ao acesso ao financiamento. As PMEs constituem a espinha dorsal de muitas economias e representam, incluindo o setor informal, cerca de 90 por cento de todas as empresas do mundo e cerca de metade do emprego mundial, e respondem por 60 a 70 por cento do PIB global. A pandemia atingiu duramente as empresas. Os baixos níveis de alfabetização financeira e as habilidades digitais limitadas podem ter comprometido a resiliência das empresas menores. A presidência italiana do G20 propôs que os membros do GPFI realizassem pesquisas para ter dados atualizados para aumentar seu conhecimento sobre os obstáculos existentes e aprender as melhores práticas para superá-los.

O GPFI também abordou a questão das remessas dos migrantes. Em 2016, os Chefes de Estado e de Governo do G20 encarregaram o GPFI de monitorar o progresso dos países em direção à meta acordada internacionalmente de reduzir o custo médio das transações das remessas dos migrantes para menos de 3 por cento até 2030, em comparação com o custo global médio atual de cerca de 7 por cento. O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), agência da ONU, apresentou suas novas diretrizes que inspirarão também um novo relatório de monitoramento que será enviado aos líderes do G20 em outubro.

27 de março de 2021

Primeira reunião do Grupo de Estudos de Finanças Sustentáveis do G20 (SFSG)

<https://www.g20.org/first-meeting-of-the-g20-sustainable-finance-study-group-sfsg.html>

Enfrentar as mudanças climáticas e os outros desafios necessários para levar o desenvolvimento econômico a um caminho sustentável requer o envolvimento do sistema financeiro e seu alinhamento com os objetivos da Agenda 2030 e do Acordo de Paris. Em linha com a sua visão articulada nos pilares Pessoas, Planeta e Prosperidade, a presidência italiana do G20 decidiu reiniciar o trabalho do Grupo de Estudos de Finanças Sustentáveis (SFSG) no âmbito das Finanças.

A primeira reunião do SFSG foi realizada virtualmente em 26 de março de 2021. Os dois co-presidentes do Grupo de Estudo são a China e os Estados Unidos, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como secretariado.

O Grupo de Estudos iniciou a discussão sobre o desenvolvimento de um Roteiro do G20 para Finanças Sustentáveis de vários anos. O roteiro foi elaborado para apresentar uma visão geral das principais lacunas e barreiras na mobilização de financiamento sustentável e para delinear as principais ações e marcos para a consideração dos membros do G20.

No final da Presidência italiana, o SFSG produzirá um relatório de síntese sobre o progresso feito nos principais resultados para 2021: relatórios de sustentabilidade, abordagens para identificar investimentos sustentáveis ("taxonomias") e o papel das instituições financeiras internacionais no apoio ao Acordo de Paris.

Todos esses tópicos serão tratados também por meio de eventos de alto nível, como a Mesa Redonda do Setor Privado de Finanças Sustentáveis do G20 (maio) e a Conferência do G20 de Veneza sobre o Clima (julho).

2 de abril de 2021

Delegados do G20 Finance Track envolvidos na redação do Comunicado

<https://www.g20.org/g20-finance-track-deputies-engaged-in-the-g20-communicate-drafting.html>

A reunião teve como objetivo finalizar o Comunicado oficial antes da segunda reunião de Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais do G20 na próxima semana.

Em 1o e 2 de abril de 2021, funcionários de alto escalão do G20 Finanças se dedicaram às negociações do Comunicado do Sistema de Finanças do G20, antes da segunda reunião de Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais do G20 (FMCBG) na próxima semana, dia 7 de abril. O Comunicado é composto por **um conjunto de compromissos** assumidos pelos FMCBGs do G20.

Enquanto na primeira reunião do G20 FMCBG em fevereiro de 2021, os ministros e governadores avaliaram as condições econômicas e de saúde e se comprometeram a intensificar a coordenação internacional para enfrentar os desafios globais, nesta segunda rodada de reuniões oficiais, os membros do G20 continuaram suas discussões sobre **como orientar a resposta política global à crise induzida pelo COVID-19**, especialmente no que diz respeito às iniciativas relacionadas com a saúde. O trabalho do G20 avançou com outras iniciativas destinadas a apoiar as economias mais vulneráveis, avanços na agenda tributária internacional e medidas para impulsionar a transição para economias mais sustentáveis. O Comunicado também incluirá o endosso de uma atualização do Plano de Ação do G20.

Os ministros das finanças do G20 e os governadores dos bancos centrais se reúnem pela segunda vez na quarta-feira, 7 de abril de 2021

Os Ministros e Governadores do G20 continuarão seu trabalho, construindo um multilateralismo renovado, liderando as questões mais urgentes da agenda global. Na verdade, espera-se que eles orientem a comunidade internacional fornecendo orientação sobre a forma da resposta política, especialmente em iniciativas relacionadas à saúde, o apoio às economias mais vulneráveis, o avanço na agenda tributária internacional, a transição para economias mais sustentáveis e regulamentação financeira.

29 de março a 1º de abril de 2021

Primeira reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (ACWG)

<https://www.g20.org/first-meeting-of-the-g20-anti-corruption-working-group-acwg.html>

O Grupo de Trabalho chegou a um consenso sobre o projeto de Princípios de Alto Nível sobre Corrupção relacionados ao Crime Organizado, um marco para o Estado de Direito global. O ACWG é considerado o principal fórum para moldar políticas anticorrupção em nível global e um dos fluxos de trabalho mais dinâmicos do G20. Desde o seu estabelecimento em Toronto em 2010, o Grupo permitiu a adoção de 21 conjuntos de Altos Princípios e padrões, diretrizes e compêndios na forma de documentos de política.

As prioridades da Presidência italiana nesta via são ambiciosas e inovadoras: obter um melhor conhecimento da corrupção através de metodologias de medição mais precisas, uma **compreensão clara das novas formas de corrupção**, como as relacionadas com o crime organizado, e uma prevenção reforçada em novas áreas de risco como o esporte.

O Grupo de Trabalho chegou a um consenso sobre o projeto de Princípios de Alto Nível sobre Corrupção relacionados ao Crime Organizado, um marco para o Estado de Direito global e a diplomacia jurídica italiana. A **ameaça de corrupção explorada por grupos criminosos para se infiltrar no setor público e na economia legal** é uma questão transversal entre os dois principais instrumentos jurídicos internacionais neste campo: a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) e a Convenção das Nações Unidas contra as Transnacionais Crime Organizado (UNTOC).

O encontro acolheu o **lançamento de um site** dedicado a recolher todos os recursos adotados pelo G20 em matéria de combate à corrupção ao longo dos anos, de forma a dar visibilidade aos resultados e torná-los mais acessíveis ao público e à sociedade civil.

Igualmente importante, em um espírito de inclusão e coerência, foi a sessão de diálogo com os grupos de Engajamento Business20, Civil20, Think20 e Labour20.

O ACWG conta com o contributo técnico das Organizações Internacionais, nomeadamente UNODC, OCDE, FMI, Banco Mundial e FATF.

No último dia, a Presidência promoveu uma reunião conjunta do G20 ACWG-Força-Tarefa de Ação Financeira para discutir novas maneiras de fortalecer a transparência dos beneficiários efetivos no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, incluindo a **transparência das aquisições na era da transformação digital**. A Comissão Europeia, Grupo Egmont, Europol, Moneyval, Open Government Partnership (OGP) e Open Contract Partnership (OCP) foram os oradores principais. A última reunião deste tipo foi em outubro de 2016.

Entre os acompanhamentos, a Presidência planeja iniciar a discussão sobre o Plano de Ação Anticorrupção 2022-2024, que levará em consideração os resultados da próxima Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Corrupção (UNGASS).

OCDE

23/03/2021

Relatórios da OCDE ao G7 sobre a necessidade de fortalecer a resiliência econômica contra crises

<https://www.oecd.org/newsroom/oecd-reports-to-g7-on-need-to-strengthen-economic-resilience-against-crises.htm>

A criação de um Fórum de Resposta Rápida de Emergência para garantir que os suprimentos globais de bens essenciais continuem a fluir durante as principais crises internacionais é uma de uma ampla gama de recomendações contidas em um novo relatório da OCDE para o G7 sobre construção de resiliência econômica.

Promover a resiliência econômica em um mundo de mercados abertos e integrados afirma que os impactos devastadores da crise financeira global e agora a pandemia COVID-19 continuarão a deixar cicatrizes duradouras em nossas economias e sociedades. Com o risco de outras ameaças sistêmicas no horizonte - começando com as mudanças climáticas, mas também abrangendo ameaças à segurança, incluindo ataques cibernéticos - é fundamental aprender as lições dessas e anteriores crises a fim de enfrentar as vulnerabilidades de nosso sistema econômico, absorver choques e projetar uma recuperação rápida.

Garantir a resiliência das cadeias de abastecimento globais de bens essenciais é crucial, diz o relatório. Um Fórum de Resposta Rápida de emergência proporcionaria ao G7 e a outros governos um meio de coordenação de políticas a montante e, particularmente, consulta antes da imposição de quaisquer restrições ao comércio. Tal iniciativa também poderia preparar uma cooperação oportuna em logística, transporte, compras, planejamento e comunicação.

Encomendado pelo governo do Reino Unido, que atualmente detém a presidência do G7, o relatório da OCDE destaca a necessidade de os governos cooperarem tanto com o setor privado por meio de, por exemplo, testes de estresse da cadeia de abastecimento e planejamento de emergência, quanto com outros países para impulsionar transparência, disciplinar as restrições à exportação e cumprir os regulamentos e padrões internacionais.

O relatório afirma que a crise do COVID-19 causou um grande aumento na demanda por certos bens, principalmente nos setores de saúde e tecnologia da informação, mas argumenta que as cadeias de abastecimento globais têm sido parte da solução. Após a escassez de máscaras e equipamentos de proteção individual, em particular no início da pandemia, a produção global e o comércio de máscaras aumentaram dez vezes mais para atender à demanda.

As estratégias baseadas na dependência da produção doméstica não devem garantir o fornecimento de bens essenciais e podem remover opções de gerenciamento de risco importantes, como a diversificação da compra, diz o relatório. Embora o aumento temporário da produção doméstica de bens essenciais possa ser explorado como uma estratégia de gestão de risco, a dependência da produção doméstica não é econômica nem viável para orçamentos de saúde tensos, especialmente para países de baixa renda, que são quase inteiramente dependentes dos mercados globais para obter produtos médicos relacionados ao COVID-19. O fornecimento global pode permitir que os produtos sejam adquiridos do fornecedor mais eficiente e econômico e permitir o acesso a mais e diferentes variedades de produtos médicos, garantindo que os aumentos futuros na demanda global sejam totalmente atendidos.

Apresentando o relatório ao lado de Lord Sedwill, presidente do Painel do G7 sobre Resiliência Econômica, o Secretário-Geral da OCDE, Angel Gurría, disse: “Como vimos apenas na última década, no mundo interconectado de hoje, eventos de choque podem rapidamente se espalhar através de fronteiras e setores econômicos, e têm efeitos devastadores na vida das pessoas, empregos e oportunidades, e em sua confiança nos governos, instituições e mercados.”

“Construir resiliência econômica em face de choques futuros é um desafio global para o mundo pós-COVID. Para que os mercados globais e as cadeias de abastecimento sirvam como fonte de resiliência, os governos e o público precisam ter a confiança de que os mercados são e permanecerão abertos e justos, inclusive em épocas de estresse”.

Lord Sedwill disse: “O impacto sem precedentes da cobijada pandemia na economia global destacou questões de resiliência, decorrentes do crescimento de monopólios, tensões comerciais geopolíticas, governança econômica global ficando para trás de inovação e tecnologia, e o fornecimento de elementos essenciais para a economia futura. Em resposta, devemos renovar nosso propósito comum e compromisso com mercados globais abertos e bem regulamentados que promovam a transição verde, o crescimento inclusivo e a resiliência econômica à medida que reconstruímos melhor.”

O relatório analisa como construir resiliência nos mercados globais, inclusive reduzindo distorções e promovendo igualdade de condições para concorrência, comércio e investimento.

Garantir que os mercados globais sejam confiáveis e previsíveis inclui garantir o acesso a matérias-primas críticas. Isto exige uma cooperação reforçada para desenvolver acordos internacionais para um monitoramento, notificação e disciplinas mais fortes sobre as restrições à exportação de matérias-primas críticas, promovendo o abastecimento responsável e aumentando a circularidade neste setor. Combater práticas prejudiciais que minam a confiança, como o suborno estrangeiro, também é fundamental.

A OCDE propõe que os governos revisem suas políticas e estruturas de gestão de risco para garantir uma abordagem sistêmica de todos os perigos e ameaças à resiliência, com a cooperação internacional desempenhando um papel central. Isso poderia ser apoiado por uma avaliação abrangente das lições aprendidas com a crise do COVID-19, incluindo benchmarking e comparação das respostas de preparação nacionais.

A OCDE afirma que as tecnologias emergentes, especialmente a digitalização, podem contribuir para aumentar a resiliência por meio de capacidades de prevenção, absorção e recuperação, mas também podem representar ameaças. Entre suas recomendações, o relatório afirma que os governos poderiam fortalecer a capacidade de resposta dos sistemas de inovação aos desafios da política global, reconsiderando a forma como são organizados, estruturados e financiados. Também propõe vincular o apoio à inovação com objetivos mais amplos de políticas públicas e melhorar a colaboração internacional na governança de tecnologias emergentes, inclusive avançando em direção a uma regulamentação mais inteligente e ágil.

26 de março de 2021

Plano de resgate americano: um primeiro pacote de reformas transformadoras do presidente Biden

Por Patrick Lenain, Carl Romer e Ben Westmore



O American Rescue Plan (ARP) apresentado pelo presidente Biden e aprovado pelo Congresso dos EUA em meados de março fornece US \$ 1,84 trilhão (8,4% do PIB) de apoio fiscal à economia - um estímulo muito grande para os padrões internacionais. Logo após a aprovação do plano, o [Perspectivas Econômicas Provisórias](#) da [OCDE](#) apresentou uma revisão em alta significativa da previsão de crescimento econômico dos EUA, dobrando-a para 2021 de 3,2% para 6,5%. O pacote fiscal impulsionará a demanda doméstica e ajudará a atividade a retornar mais rapidamente aos níveis anteriores à pandemia (Figura 1), com muitos trabalhadores desempregados recuperando seus empregos. Além disso, a modelagem da OCDE destaca que o pacote pode ter repercussões de demanda notáveis para os principais parceiros comerciais dos EUA (para obter mais detalhes, consulte [O Plano de Resgate Americano está definido para](#)

[impulsionar o crescimento global](https://oecdecoscope.blog/2021/03/17/the-american-rescue-plan-is-set-to-boost-global-growth/)) Ver: <https://oecdecoscope.blog/2021/03/17/the-american-rescue-plan-is-set-to-boost-global-growth/>

Março de 2021 foi o Mês do Gênero na OCDE

“Empoderando a recuperação por meio da liderança das mulheres” é o tema da iniciativa Marcha sobre Gênero de 2021 da OCDE. Veja o programa do Dia Internacional da Mulher 8 de março e outros eventos, bem como nosso site e Podcast da OCDE. <http://www.oecd.org/gender/>

Farmacêutica chinesa produzirá 60 milhões de vacinas Sputnik V

O Fundo Russo de Investimento Direto (RDIF) que financiou o desenvolvimento do imunizante Sputnik, fechou acordo para produzir 60 milhões de doses de sua vacina Sputnik V com a chinesa Shenzhen Yuanxing Gene-tech Co. A Rússia pretende aumentar a capacidade de fornecer doses adicionais da Sputnik à medida que existe um aumento na demanda de sua vacina.

Na Índia, a Virchow se tornou o quarto fabricante a aderir ao movimento de produção e fabricará até 200 milhões de doses de Sputnik V por ano. Antes da Virchow, a Hetero Biopharma (100 milhões de doses), a Gland Pharma (252 milhões de doses) e a Stelis Biopharma (200 milhões de doses) já haviam fechado acordos, que agora somam 750 milhões de doses na Índia⁶. A Índia, maior fabricante mundial de vacinas, agora se tornou um dos maiores produtores da vacina Sputnik fora da Rússia.

A Sputnik V já foi registrada em 57 países, com uma população total de mais de 1,5 bilhão de pessoas. Foi aprovada para uso em mais de 50 países, com o Fundo assinando acordos de fornecimento com mais de 13 países⁷.

NBD aprova empréstimo de US\$1 bilhão para trabalhadores da linha de frente da saúde na Rússia

O NBD aprovou um empréstimo de até US\$1 bilhão para dar suporte a profissionais de saúde que prestam assistência a pacientes com Covid-19 na Rússia⁸. Esse empréstimo vai atender a uma das necessidades mais críticas de resposta de saúde da Rússia ao surto de Covid-19 e melhorar a capacidade e resiliência do setor de saúde pública do país.

O Banco estabeleceu o Mecanismo de Assistência de Emergência em abril de 2020 para garantir até US\$10 bilhões em assistência relacionada à crise para seus países membros e a Rússia aumentou os empréstimos - que são concedidos em termos favoráveis, - para tapar buracos no orçamento em meio à pandemia de Covid-19 e aos baixos preços do petróleo, principal produto de exportação.

NBD levanta 1º título ODS-Panda em mercados emergentes

O Deutsche Bank trabalhou em conjunto com o NDB/Xangai para levantar o 1º título para atingir metas dos ODS em mercados emergentes.

O título ODS-Panda arrecadou € 648 milhões no mercado de títulos *onshore* da China para financiar atividades sustentáveis e fornecer soluções de apoio aos 17 ODS em países membros do NDB.

⁶ <https://www.fortuneindia.com/covid-19-vaccine-in-india/russia-to-mass-produce-covid-19-vaccine-in-india/105356>

⁷ <https://noticias.r7.com/internacional/farmacautica-chinesa-produzira-60-milhoes-de-vacinas-sputnik-v-29032021>

⁸ <https://www.reuters.com/article/russia-brics-emprestimo-idBRKBN2BL1JE-OBRBS>

O Banco BRICS (2015) que tem como objetivo financiar projetos de desenvolvimento sustentável e infraestrutura nos BRICS, em outros países emergentes e em desenvolvimento, se tornou o 1º emissor a usar o padrão de referência ODS do PNUD.

Os recursos do título serão utilizados para financiar o Empréstimo do Programa de Emergência de 7 bilhões de RMB para Apoiar a Recuperação Econômica da China ligada à Covid-19, alinhado principalmente com o ODS 8: “Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável”⁹.

⁹ https://www.ndb.int/press_release/ndb-issues-rmb-5-billion-sustainable-development-goals-bond/

América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger

Até o dia 4 de abril de 2021, foram registrados 54,1 milhões de casos positivos e 1,3 milhões de óbitos nas Américas, que continua sendo o epicentro da pandemia.

Desde 1º de janeiro de 2021, mais de 19,7 milhões de casos foram notificados na Região das Américas e mais de 475.000 pessoas morreram de COVID-19.

Durante as últimas quatro semanas, uma média de cerca de 1 milhão de novos casos foram relatados a cada semana. Isso significa que a transmissão ainda é muito ativa em muitos lugares de nossa Região.

O número de mortos também continua alto: mais de 34.000 foram registrados na semana passada (22 a 29 de março). As taxas mais altas estão sendo relatadas no Brasil, Peru, Chile e Paraguai e os países começam a intensificar as medidas sanitárias como o fechamento das fronteiras as medidas de isolamento

Na região do Caribe,¹⁰ de 29 de março de 2021 até o dia 4 de abril, foram registrados 7.703 casos adicionais de COVID-19 foram confirmados em 23 países, elevando o total de casos confirmados da região para 614.921 em 35 países/territórios (incluindo os 26 Estados Membros da CARPHA). O novo total representa um aumento de 1% no número de casos confirmados. Houve 8.453 mortes registradas na Região do Caribe em 1º de abril de 2021. O risco de ocorrência de novos casos no Caribe continua muito alto. Os países devem continuar a se concentrar na interrupção da transmissão viral e na redução da mortalidade associada ao COVID-19.

O recente influxo de casos nas Américas tem sobrecarregado hospitais em vários países. Por exemplo, as taxas de ocupação da UTI ultrapassam 80% em todos os estados brasileiros, exceto dois, e os hospitais na Jamaica estão operando bem acima da capacidade.

Nessa situação, a mortalidade aumenta porque os pacientes têm dificuldade em obter os cuidados de que precisam e os profissionais de saúde têm uma carga de pacientes muito alta.

Hoje, a pandemia está mais ativa do que nunca e não temos escolha senão combatê-la.

De fato, em alguns países de nossa Região, entre os quais Paraguai, Uruguai e Cuba, ocorrem surtos de maior magnitude do que os ocorridos em 2020.

A escassa vigilância do vírus na América Latina pode converter-se em um problema global. O Brasil, por exemplo, vive um dos piores momentos da pandemia, com um número crescente de infecções e mortes devido ao covid-19. O aumento de casos nos últimos dias foi atribuído em parte à disseminação de uma variante altamente contagiosa do vírus, chamada P.1, que se acredita ter se originado na cidade amazônica de Manaus.¹¹

Especialistas alertam que o que está acontecendo no Brasil é apenas um exemplo da importância de rastrear o surgimento de variantes do vírus SARS-CoV-2 na América Latina. Esse

¹⁰<https://www.carpha.org/Portals/0/Documents/COVID%20Situation%20Reports/Situation%20Report%20145%20-%20April%201,%202021.pdf>

¹¹ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-56580755>

rastreamento é conhecido como vigilância genômica e, segundo especialistas, é uma tarefa em que a América Latina está ficando para trás.

Especialistas concordam que, embora tenha havido avanços na região é necessário fortalecer a vigilância genômica e alertar para o risco de não o fazer em larga escala. A vigilância genômica do SARS-CoV-2 na América Latina “está em um estágio embrionário”, nas palavras de López Correa.²

O especialista comenta que o Reino Unido, por exemplo, registrou cerca de 300 mil genomas do vírus no GISAID. O Canadá registrou mais de 22.000. Até 22 de março, a América Latina e o Caribe, como um todo, haviam registrado menos de 14.000, segundo a Rede Regional de Vigilância Genômica de covid-19, que tem o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Em 31 de março, GISAID registrou mais de 940.000 sequências SARS-CoV-2 em sua plataforma globalmente.²

Na América Latina existe a possibilidade de haver variantes que não foram relatadas e que são responsáveis por uma fração significativa dos casos, diz Villabona. Se um país não monitora adequadamente as possíveis variantes, pode se tornar um problema de saúde pública em nível global.²

Tabela Nº 1: América Latina: Casos Confirmados e Falecimentos á 22 de marco de 2021

País		Casos Confirmados	Falecimentos	Recuperados	Pessoas Vacinadas	População em Miles
Norte América	Canadá	1.000.545	23.050	921.459	5.690.380	37.742
	Estados Unidos	30.372.016	551.391	11.977.707	155.326.676	328.000
	México	2.249.195	204.011	1.785.643	7.214.746	128.933
Total Norte América		33.621.756	778.452	14.684.809	168.231.802	494.675
Sul América	Argentina	2.383.537	56.106	2.130.640	4.023.017	45.196
	Bolívia	274.467	12.316	224.548	314.828	11.501
	Brasil	12.953.597	330.193	11.305.746	19.474.264	212.559
	Chile	1.026.785	23.644	958.400	10.461.783	19.116
	Colômbia	2.437.197	63.932	2.309.356	2.243.392	50.883

	Equador	335.681	16.956	290.314	244.866	17.643
	Paraguai	219.393	4.344	180.369	43.511	7.183
	Peru	1.573.961	52.625	1.492.052	875.833	32.972
	Uruguai	113.904	1.071	89.035	705.353	3.474
	Venezuela	164.337	1.647	150.374		28.436
Total Sul América		21.482.859	562.834	19.130.834	38.386.847	691.644
Centro América	Belize	12.456	317	12.090	22.922	398
	Costa Rica	216.764	2.957	192.699	384.355	5.094
	El Salvador	64.431	2.025	61.640	99.855	6.486
	Guatemala	195.239	6.884	179.398	104.919	17.916
	Honduras	190.478	4.640	73.308	58.314	9.905
	Nicarágua	5.326	178	5.102	-	6625
	Panamá	356.073	6.131	345.120	357.431	4.315
Total Centro América		1.039.767	23.132	869.357	1.027.796	37.742
Caribe e Islãs do Oceano Atlântico	Cuba	79.544	436	74.246		11.327
	Haiti	12.788	252	11.126		11.403
	República Dominicana	254.295	3.346	215.177	1.000.000	11.630
	Resto dos Países do Caribe Islãs y Territórios	267.433	4.193	195.275	1.545.816	10.901
Total Caribe e Islãs do Oceano Atlântico		614.060	8.227	495.824	2.545.816	45.261

TOTAL DE LA REGION DAS AMERICAS	54.127.454	1.303.690	51.803.899	210.192.263	
---------------------------------	------------	-----------	------------	-------------	--

Fuente: <https://ais.paho.org/phis/viz/COVID19Table.asp> e https://ais.paho.org/imm/IM_DosisAdmin-Vacunacion.asp Acceso 5 de abril de 2021

Como pode ser visto na tabela N^o1, 210.192.263 pessoas foram vacinadas nas Américas. Embora possa parecer muito, representa apenas 2% da população da região. Algumas sub-regiões, como a América do Norte, têm maior acesso, enquanto alguns países da região, como Cuba, Haiti e a República Bolivariana da Venezuela, não tiveram acesso nem mesmo a uma dose da vacina contra Covid-19.

Na América do Sul, o Chile se apresenta como o país que conseguiu maior cobertura vacinal, com 10,46 milhões de doses aplicadas (6,7 milhões com a primeira dose e 3,6 milhões com as duas doses) para um país com pouco mais de 19 milhões de habitantes.

Pelo mecanismo COVAX, 2,95 milhões de doses de vacinas COVID19 foram entregues ou estão em vias de serem entregues a 29 países da região, sendo que a América do Sul recebeu cerca de 70% e a América Central 14,8% e o Caribe 14,2% das doses¹² correspondentes sobre todo a vacinas de Astra Zeneca (Só Peru e Colômbia receberam Pfizer e Bolívia da Serum Life Science).

Vale destacar o baixo número de doses recebidas pelo mecanismo COVAX em relação ao total de doses aplicadas, o que mostra que a maioria dos países optou por fazer negociações bilaterais com empresas farmacêuticas.

Neste sentido, é interessante observar a negociação que a Argentina começou com os Estados Unidos na tentativa de ter acesso a um lote de vacina de AstraZeneca e incorporando a este país em suas negociações diplomáticas que até agora vinham sendo promovidas principalmente com a China e a Rússia.

Embora Cuba¹³ não tenha aplicado nenhuma dose da vacina contra a Covid19, o projeto de seu "Soberana 02" está bem desenvolvido, a vacina é produzida pelo Finlay Vaccine Institute e pelo Centro de Imunologia Molecular da ilha. Nesse sentido, aguardam os resultados da fase 3. Os estudos estão em pleno andamento e 90.000 voluntários de Havana e de vários distritos participam do maior ensaio científico da história da ilha. É bem possível que essa negociação seja avançada e as doses estejam disponíveis em cerca de seis a sete semanas. Tudo depende de como a fase III evoluirá.

¹²<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjA5ZDAxMmEtYTIjNC00M2I0LWE5MjUtYmVhZGQxNDc4OThhIiwidCI6ImU2MTBjZjIjLTJlYzAtNGUwZi04YTE0LTFINGlxMDE1MTImNy>

¹³https://www.pagina12.com.ar/318881-soberana-02-cuba-prepara-cien-millones-de-dosis-de-la-vacuna?gclid=CjwKCAjw6qqDBhB-EiwACBs6x6lxPHhKyNLG7hbHnkTyUOSgOVDks0YpkRaoLootV2zPWKSgqPZehoCd2YQAvD_BwE

DIPLOMACIA REGIONAL DA SAÚDE

ORAS COHNU

Declaração da V Reunião de Representantes de Órgãos e Instituições do Sistema Andino de Integração¹⁴

No dia 25 de março, foi realizada a *V Reunião dos órgãos e instituições do Sistema Andino de Integração*, nas dependências da Chancelaria da Colômbia, em Bogotá.

O evento contou com a presença do Presidente da República da Colômbia, Iván Duque Márquez, da Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, Claudia Blum, e dos representantes dos Órgãos e Instituições do Sistema de Integração Andino. A agenda de trabalho esteve centrada nas ações desenvolvidas por cada instituição para cumprir os objetivos do Acordo de Cartagena.

Em seu discurso, o Presidente da República da Colômbia, Iván Duque Márquez, destacou que “o Parlamento Andino é um instrumento vital de coordenação, como órgão político e com representação de todos os países, é garantido que os debates sobre a atualidade e o futuro do Sistema Andino de Integração transcende do Executivo ao Legislativo e atinge a realização dos anseios da região. Para ele, as normas de integração do mercado de capitais, as normas de integração comercial e mesmo a necessidade de abordar a discussão sobre a crise migratória que nos afeta, porque afeta gravemente os países andinos, requerem o acompanhamento constante dos níveis parlamentares.

O presidente do Parlamento Andino, Adolfo Mendoza Leigue, destacou em seu discurso que a cúpula de parlamentos que estamos propondo do Parlamento Andino em que participarão de mãos dadas os Parlamentos do Mercosul, Indígena, Amazônia, Centro-americana e Latino-americana com ações específicas em cada um dos organismos. A única possibilidade de avançar nesta integração renovada é a partir da liderança do Sistema Andino de Integração.

Por fim, as autoridades dos órgãos e instituições do Sistema Andino de Integração aprovaram uma Declaração na qual reafirmam sua intenção de cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Acordo de Cartagena e as diretrizes do XIX e XX Conselho Presidencial Andino, como órgão máximo do Sistema Andino de Integración -SAI do CAN. Da mesma forma, expressam seu compromisso de fortalecer a EFS por meio do trabalho articulado e transversal dos Órgãos e Instituições que a integram e lhe dão vida, proporcionando segurança, prosperidade e esperança aos povos da Comunidade Andina, no âmbito dos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais.

ALBA

ALBA-TCP constrói um modelo alternativo ao “salve-se quem puder”, em meio à pandemia da COVID-19

Diante da desigualdade existente na distribuição de vacinas contra COVID-19 no mundo, o Secretário Executivo da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), Sacha Llorenti, destacou que o mecanismo de integração

¹⁴ <https://orasconhu.org/portal/blog/719>

regional promove um modelo alternativo ao neoliberal que prevalece nas grandes potências, em meio à crise global de saúde.

Nesse sentido, o Secretário Executivo lembrou que a ALBA-TCP tem dois grandes momentos em sua constituição como bloco regional: o primeiro, em 2004, quando nasceu para construir uma alternativa continental ao neoliberalismo. E o segundo, agora, quando está construindo uma resposta inédita às crises da COVID-19 e do multilateralismo.

0,1% das vacinas COVID-19 administradas em todo o mundo foram destinadas a países de baixa renda, enquanto 86% das doses foram distribuídas a países de alta e média renda, denunciou o secretário. O diplomata destacou que “a pandemia deixa dramaticamente evidente como o mundo está organizado sob a lógica de colocar o capital antes das pessoas e não das pessoas”.

Nesse sentido, reiterou que a ALBA-TCP está construindo um modelo diferente, como alternativa ao “*salve-se quem puder*”, baseado na solidariedade e complementaridade, para o qual lembrou a criação de um fundo humanitário para aquisição de vacinas, por parte do organismo, além de um banco de vacinas que servirá posteriormente para que ninguém fique para trás”.

Depois de mais de um ano de pandemia e cerca de quatro meses após a Europa começar a aprovar as primeiras vacinas contra a doença, a maior dificuldade para acabar com a emergência sanitária em todo o planeta está centrada na desigualdade na obtenção das vacinas.

Cúpula de Presidentes em Comemoração dos 30 anos do MERCOSUL

Realizo-se virtualmente¹⁵ o dia 26 de março de 2021 devido a pandemia da Covid-19. O Presidente de Uruguai Luis Lacalle Pou tem sido o mais duro com as críticas ao funcionamento da aliança entre países. O presidente uruguaio, Luis Lacalle Pou, foi o mais duro na crítica ao funcionamento da aliança entre os países: é preciso “*avançar nas negociações com outros blocos; não estamos satisfeitos, acreditamos que é muito bom iniciar diálogos, sentar à mesa, mas o somatório de situações em que esses acordos não se catalisam geram frustrações*”, disse.

Durante seu discurso na cúpula, que foi realizada virtualmente em função da pandemia do coronavírus que atinge todos os países da região, Lacalle Pou chamou a atenção para a falta de avanço nas negociações com blocos de países europeus e asiáticos. Em particular no que se refere ao europeu, afirmou: “*temos uma dificuldade, trabalhamos muitos anos e ainda há um longo caminho a percorrer, um caminho que hoje gera algum ceticismo, temos de abrir este processo para ver se estamos vai se concretizar.*”

Ele também comentou que o Mercosul “*não avançou o suficiente*” com o bloco asiático, “*onde há muitos de nossos produtos que não competem em igualdade de condições com outros blocos que têm acordos com países asiáticos*”.

Lacalle Pou alertou que “*é hora de avançarmos juntos, obviamente que o Mercosul pesa muito no cenário internacional, o que não pode ser um fardo. Não queremos fazer dele um espartilho no qual nosso país não possa se mover e por isso falamos com todos os presidentes*

¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=e0tbn8SrPeU&t=28s>

sobre afrouxamento, ou velocidades diferentes, vamos ver o conceito, mas o Uruguai precisa avançar, nosso povo exige que nós avançar no concerto internacional”.

Nesse sentido, anunciou que apresentará formalmente uma proposta para discutir a flexibilização do bloco: *“O Uruguai precisa que técnica, e sobretudo politicamente, o Mercosul tome uma decisão a esse respeito”.* Ele encerrou sua palestra destacando que no atual contexto mundial *“não há tempo para grandes diálogos e grandes comissões, é preciso agir”.*

Ele se juntou a palavras de outras lideranças que trouxeram o termo *“pragmatismo”* e apontou: *“libertos de ideologias, pensando na liberdade de desenvolvimento dos povos, cuidando do bloco e tendo como centro mais uma vez o indivíduo de cada um dos nossos países temos que trabalhar pela prosperidade das nossas pátrias, é com o Mercosul, mas é também com a liberdade que o nosso país precisa e merece”.*

No fechamento de Alberto Fernández em resposta ao Presidente Uruguai apontou: *“Quero ficar com a expressão da maioria, que é continuar encontrando mecanismos para avançar, de consenso e que todos possamos nos sentir irmãos”.*

“Se nos tornamos um fardo, me desculpe, não queríamos ser um fardo para ninguém, porque também fardo é algo que te faz se jogar de um barco e o mais fácil é sair do barco se carregar é pesado. Vamos terminar com aquelas ideias que ajudam tão pouco a união em um momento em que a união é tão importante para nós, ok?”, Disse.

Ele finalizou seu discurso dizendo: *“Não queremos ser lastro de ninguém, se somos um fardo, que levem outro navio, mas nós não somos lastro de ninguém. Para mim é uma honra fazer parte do Mercosul, é uma honra trabalhar junto com vocês, tenho a mesma esperança que os fundadores do Mercosul tiveram de poder seguir em frente e trabalhar juntos, e acho que podemos fazer isto. Em circunstâncias difíceis, obviamente, em condições que não são exatamente iguais, mas que nos respeitam, nos respeitando muito”.*

Anteriormente, Fernández havia opinado que *“seria muito difícil ter um olhar idêntico sobre os prazos e as prioridades de nossa agenda externa”*, por isso considerou pertinente ter *“uma visão pragmática que nos permita pactuar uma agenda comum, não em semestres, mas a médio prazo, que estabelece prioridades, transcende urgências políticas e está profundamente ancorado em uma visão de desenvolvimento e setores produtivos. A inserção do Mercosul na economia global deve ser a favor de nossos setores produtivos e não contra eles”.*

O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, fez um discurso mais alinhado ao de Lacalle Pou, e pediu ao bloco "melhores resultados"

É digno de nota e surpreendente que, no contexto da pandemia Covid19, os Presidentes do MERCOSUL não tenham feito propostas nenhuma ou documentos relacionados com a situação de saúde ou com o acesso à vacina dos Estados parte do bloco.

Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana - COMISCA

A Secretaria Executiva do COMISCA¹⁶ realizou um Projeto de Apoio à Reinserção Escolar e a Recuperação de Resultados de Aprendizagem para Jovens Vulneráveis na Mesoamérica

¹⁶ https://www.sica.int/noticias/la-negociacion-conjunta-comisca-maximiza-beneficios-de-la-donacion-de-termometros-del-bid-y-fondo-especial-japones-al-mined_1_126795.html

devido à pandemia COVID-19”, que visa fortalecer a reinserção escolar e a recuperação de resultados de aprendizagem.

Nesse sentido, articulou-se com a Ministra da Educação de El Salvador, Carla Hananía, o representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), César Falconi, e a representante do Fundo Especial Japonês, senhora deputada. UEHARA Kotoko, responsável pela cooperação da Embaixada do Japão, a doação de 3.275 termômetros, em apoio ao esforço feito pela carteira do Estado para reabrir escolas públicas na modalidade presencial.

O Programa Regional está apoiando os esforços de El Salvador para reabrir escolas, garantindo um ambiente seguro para a aprendizagem e para reduzir o impacto da pandemia COVID-19 no retorno presencial às salas de aula do sistema escolar, ao mesmo tempo que apoia os jovens mais vulneráveis em ordem para minimizar a perda de aprendizagem experimentada durante a crise.

ATUALIZAÇÕES DE CONTEXTOS POLÍTICOS NACIONAIS RELEVANTES

Chile: A OMS afirma que a situação no Chile mostra que a vacinação não é um substituto da prevenção no combate ao covid-19¹⁷

O paradoxo de que o Chile é um dos países do mundo que mais avançou nas vacinações contra a Covid-19 e, ao mesmo tempo, está registrando números recordes de infecções foi usado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para chamar a atenção para o fato de que as imunizações não são um substituto para as medidas de prevenção do contágio.

“Depois da distribuição das vacinas há quem deixe de cumprir medidas como distanciamento físico, higienização das mãos, ventilação ou evitar locais lotados, e tudo isso tem que continuar junto com a vacinação”,

A responsável pela Unidade Técnica Anticovid da OMS, Maria Van Kerkhove alertou que, embora se possa esperar que o número de casos diminua com as vacinações na realidade “são apenas uma das ferramentas para travar as infecções e não podemos apenas confiar neles, por isso continuem a tomar as restantes medidas.” Bruce Aylward, conselheiro da OMS para covid-19, explicou que as vacinas estão funcionando muito bem, mas que ainda não há o suficiente “para mudar o curso da epidemia”.

O Chile é um dos países que avança mais rapidamente na administração dessas imunizações e quase 40% de seus cidadãos já receberam pelo menos uma dose. Apenas Israel e os Emirados Árabes Unidos alcançaram números maiores. Ao mesmo tempo, os números de contágios no Chile vêm atingindo novos recordes diários e a ocupação em unidades de terapia intensiva chega a 95%.

Diante desta situação, as autoridades decretaram o confinamento total em Santiago do Chile e outras regiões do país para tentar conter a pandemia.

Pandemia e adiamento das eleições no Chile

¹⁷ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-56546405>

O Senado Chileno tem aprovado adiar as eleições de Prefeitos, Governadores Regionais e Constituintes para os dias 15 e 16 de maio. A situação dos fortes surtos da Covid-19 gera taxas de contágio mais altas que as registradas nos meses de julho e agosto de 2020¹⁸.

Chile, assim como o Uruguai, está avançado na imunidade de rebanho, mas os dois países estão à beira do colapso¹⁹.

México

O México começará a distribuir vacinas AstraZeneca na América Latina em abril²⁰

A partir da terceira semana de abril, as vacinas contra o coronavírus AstraZeneca fabricadas na Argentina e embaladas no México começarão a ser distribuídas na América Latina, conforme anunciado hoje pelo chanceler mexicano Marcelo Ebrard.

São cerca de 22 milhões de doses que o governo de Alberto Fernández comprou e que, segundo constatou, o processo regulatório mexicano atrasou o start-up da fábrica do laboratório Liomont, encarregada de embalar o princípio ativo que produzia no laboratório de Hugo Sigman, mAbxience, na província de Buenos Aires.

A iniciativa se delineou no marco da cooperação binacional entre México e Argentina - segundo Ebrard - para “construir capacidades que garantam a autossuficiência” em vacinas contra o coronavírus na região da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

O acordo de entrega de vacinas para a América Latina com a AstraZeneca teve o apoio do magnata das telecomunicações Carlos Slim, cujo império abrange vários países da região. No dia 18 de janeiro, a Argentina enviou a primeira remessa de princípio ativo da empresa anglo-sueca para o México, que nos últimos dias esteve no centro das atenções públicas após ter sido suspensa por várias potências europeias e acusada de incluir dados desatualizados nos Estados Unidos.

No entanto, as autoridades de saúde na Europa, Grã-Bretanha e Estados Unidos, bem como a OMS, deram “sinal verde” a esta vacina, garantindo que é segura e eficaz e que seus efeitos colaterais são mínimos em comparação com o grande benefício que eles podem ter sobre os humanos. A farmacêutica concordou em produzir um total de 77,4 milhões de doses que serão distribuídas no México, e outras 200 milhões solicitadas por vários países latino-americanos.

Governo mexicano admite que mortes por covid podem ultrapassar 300 mil e seria o segundo país com mais mortes à frente do Brasil²¹

As mortes por covid-19 no México podem já ter ultrapassado 300.000, tornando o país o segundo no mundo com o maior número de mortes depois dos Estados Unidos.

Apesar de o Ministério da Saúde do México relatar 201.429 mortes até o momento, o relatório “Excesso de Mortalidade” divulgado neste final de semana pelo governo afirma que

¹⁸ <https://www.infobae.com/america/america-latina/2021/04/05/ante-el-rebote-de-la-pandemia-chile-posterga-sus-elecciones-de-constituyentes-y-municipales/>

¹⁹ <https://www.lapoliticaonline.com/nota/133137-la-paradoja-de-chile-y-uruguay-cerca-de-la-inmunidad-rebano-y-al-borde-del-colapso/>

²⁰ <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/mexico-comenzara-a-distribuir-las-vacunas-astrazeneca-en-latinoamerica-en-abril-nid24032021/>

²¹ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-56559646>

até a sexta semana de 2021, que terminou no sábado, 13 de fevereiro, o país registrou 294.287 mortes associado a covid-19. Esse número é 120.576 (61,4%) superior aos 173.711 oficiais falecidos notificados pelo Ministério da Saúde em seu relatório técnico diário de 13 de fevereiro.

Desde então, o Ministério da Saúde relatou um acumulado de 27.538 mortes por covid-19 em suas comunicações diárias, o que totalizaria pelo menos 322.365 pessoas que morreram com o novo coronavírus. Embora o México seja reconhecido como o terceiro país com mais mortes por covid-19, esse número ultrapassaria os 310.550 registrados no Brasil, de acordo com a Universidade Johns Hopkins.

Segundo turno das eleições no Equador

No dia 11 de abril será realizado o segundo turno das eleições presidenciais no Equador²². O economista esquerdista Andrés Arauz²³ enfrentará o conservador Guillermo Lasso em uma eleição em que os cidadãos vão definir se o país mantém a virada para a direita dos últimos quatro anos ou se volta para a esquerda na década anterior.

O Equador prepara se para eleger um novo presidente em meio a uma crise econômica agravada pela Covid-19 e a necessidade de acelerar a vacinação para mitigar a pandemia.

Alguns jornais consideram que Andrés Arauz parece liderar as pesquisas para as eleições no Equador com o apoio de 34,1% dos entrevistados²⁴, por um outro lado, outros acham que Guillermo Lasso encabeza as pesquisas²⁵.

As eleições em Equador vão se desenvolver num cenário donde começa a se saturar o sistema de saúde²⁶, donde os votantes tem que respeitar os protocolos de segurança.

Fechamento das Fronteiras pela variante da Covid-19 de Manaus

O crescimento dos casos e a nova variante da covid-19 de Manaus tem gerado o fechamento das fronteiras de muitos dos países da região. Este é o caso de Argentina, Bolívia, Chile e Colômbia

²² <https://www.france24.com/es/américa-latina/20210317-ecuador-inicio-campana-elecciones-presidenciales>

²³ <https://www.infobae.com/america/opinion/2021/04/05/elecciones-en-ecuador-el-caballo-de-troya-y-el-futuro-de-los-lideres-democraticos/>

²⁴ <https://www.telesurtv.net/news/andres-arauz-lidera-encuestas-para-elecciones-ecuador-20210402-0025.html>

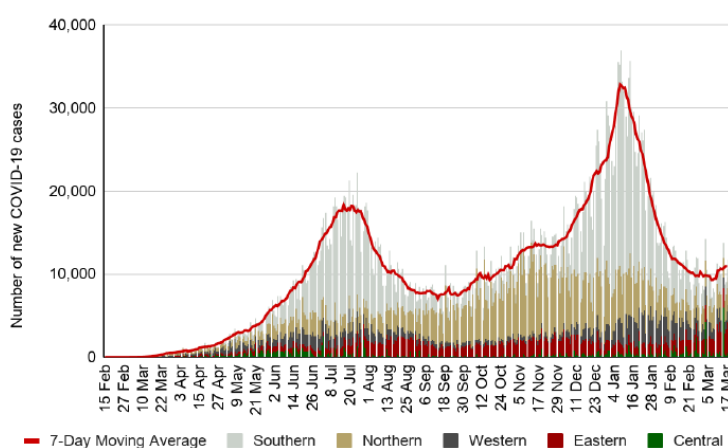
²⁵ <https://elpais.com/internacional/2021-03-30/los-sondeos-electorales-apuntan-a-un-desempate-ajustado-entre-guillermo-lasso-y-andres-arauz-en-ecuador.html>

²⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=a8pCekzG5DY>

CDC ÁFRICA

A situação da pandemia no continente²⁷

O gráfico abaixo mostra a tendência de novos casos notificados por dia, de 15 de fevereiro de 2020 a 23 de março de 2021. Entre as semanas 8 - 10 da curva, a tendência baixou para o nível notificado em outubro de 2020. Contudo, na semana passada, a curva começou a ter uma tendência ascendente.

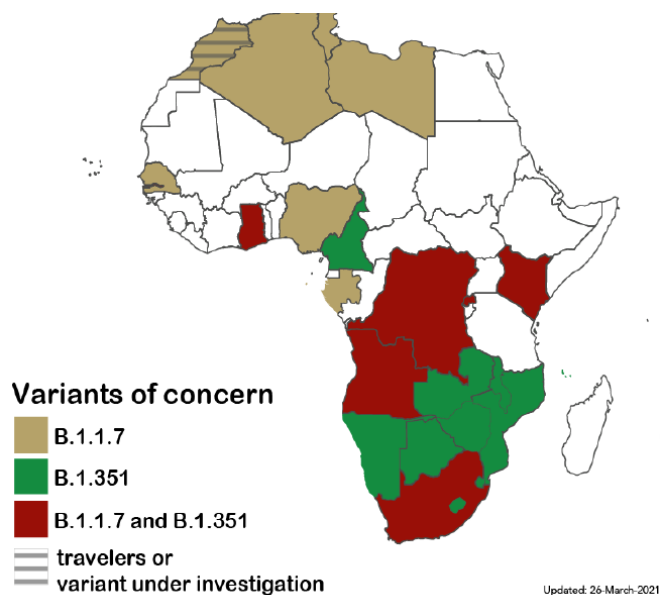


Para a semana epidemiológica 11 (15 - 21 de março de 2021), foram notificados **70.803 novos casos**, o que representa um **aumento de 6%** no número de novos casos notificados em comparação com a semana epidemiológica 10. A maioria dos novos casos notificados para esta semana são provenientes da **África Oriental (33%)**, seguida da **África do Norte (26%)**, **do Sul (23%)**, **Ocidental (13%)** e **Central (3%)**. Esta semana, 7 países são responsáveis por cerca de 64% dos novos casos notificados: **Etiópia (17%)**, **África do Sul (12%)**, **Quênia (11%)**, **Líbia (9%)**, **Egito (6%)**, **Tunísia (5%)** e **Marrocos (4%)**. Os países que relataram a **maior incidência** (novos casos por 100.000 habitantes) incluem **Seicheles (455)**, **Botswana (107)**, **Líbia (93)**, e **Cabo Verde (65)**.

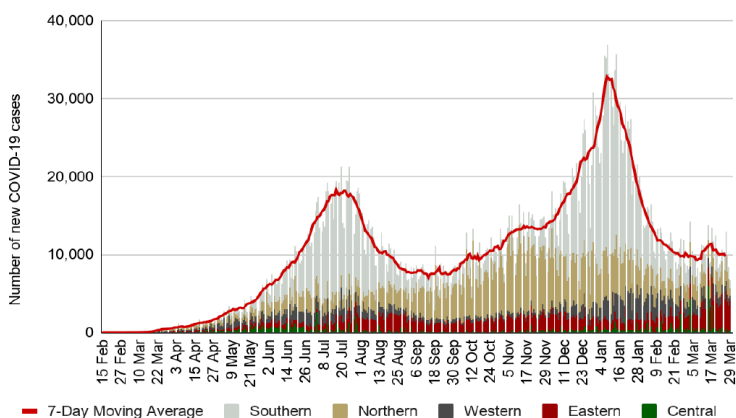
E para a semana epidemiológica 12 (22 - 28 de março de 2021), foram notificados **70.541 novos casos** COVID-19, o que representa **uma diminuição de 7%** no número de novos casos notificados em comparação com a semana epidemiológica 11. A maioria dos novos casos COVID-19 notificados para esta semana são da **região oriental (38%)**, seguida das **regiões norte (27%)**, **sul (20%)**, **ocidental (12%)** e **central (3%)**. Esta semana, 6 países são responsáveis por cerca de 64% dos novos casos COVID-19 notificados: **Etiópia (19%)**, **Quênia (13%)**, **África do Sul (11%)**, **Tunísia (7%)**, **Líbia (7%)** e **Egito (7%)**. Os países que notificaram a maior incidência (COVID-19

²⁷ https://africacdc.org/download/outbreak-brief-62-coronavirus-disease-2019-covid-19-pandemic/?ind=1616662865404&filename=AfricaCDC_COVIDBrief_23%20Mar%2021_EN.pdf&wpdmdl=7877&refresh=60634a4216d031617119810

novos casos por 100.000 habitantes) esta semana incluem as **Seicheles (323), Cabo Verde (151) Botswana (136) e Djibouti (110)**. O gráfico abaixo mostra a tendência de novos casos COVID-19



comunicados por dia até 30 de março do corrente ano. O número de novos casos diários notificados está a diminuir em comparação com a amplitude verificada em outubro de 2020.



Novos casos de Covid-19 notificados nas 5 regiões (Norte, Sul, Central, Oriental e Ocidental) de

Variantes de preocupação notificados pelos Estados Membros da União Africana em 26 de março de 2021.

Atualmente, 16 Estados-Membros estão a comunicar a presença da **variante B.1.1.73**: Argélia, Angola, República Democrática do Congo, Gabão, Gâmbia, Gana, Quênia, Líbia, Maurícias, Marrocos, Nigéria, Ruanda, Senegal, África do Sul, Togo e Tunísia.

18 Estados-Membros estão a comunicar a presença da **variante B.1.351**: Angola, Botswana, Camarões, Comores, República Democrática do Congo, Eswatini, Gâmbia, Gana, Quênia, Malawi, Maurícias, **Moçambique**, Namíbia, Ruanda, África do Sul, Zâmbia, Zimbabué e Namíbia. Ver figura abaixo de repartição dos tipos de variantes comunicados por Estado Membro.

RESUMO DE ATIVIDADES DE RESPOSTA DO CDC ÁFRICA

Pode-se afirmar que as atividades de resposta do CDC continuam sendo aquelas de monitorização de **laboratórios de saúde pública**, de **cuidados assistenciais** (manejo de casos, controle e prevenção de infecções), de **medidas sanitárias**, de assuntos referentes à **ciência**, a **padronizações e regulações e recomendações** específicas aos 55 Estados-Membros como vem resumido no quadro seguinte:

Atividades gerais
<p>Briefings semanais com a imprensa do Diretor do CDC África. A gravação está disponível na página do Facebook do CDC África CDC (5) Facebook Live Facebook.</p> <p>Nestes briefings semanais, repercutiu muito o de 27 de março a respeito do alerta do Diretor sobre a retenção temporária da Índia nas exportações de vacina da AstraZeneca o que, segundo ele, irá minar os planos de vacinação do continente e poderá ter um impacto "catastrófico" se for prolongada. O Serum Institute da Índia (SII) anunciou recentemente que 90 milhões de doses da vacina destinada à iniciativa COVAX a nível mundial serão adiadas até ao final de Abril, à medida que o governo indiano enfrenta um pico de infecções entre os 1,4 bilhões milhões de pessoas do país. Os relatórios desta semana afirmam que a iniciativa da Índia visa garantir que este país possa satisfazer a procura local. A retenção "terá definitivamente impacto na nossa capacidade de vacinar continuamente as pessoas", disse o Diretor do CDC</p> <p>"Se o atraso continuar, e espero que seja um atraso e não uma proibição, isso seria catastrófico para cumprir o nosso calendário de vacinação", disse John Nkengasong.</p> <p>A União Africana tinha planeado vacinar 30-35% da população do continente até ao final do ano. A União Africana depende principalmente de fornecimentos da COVAX, através dos quais 64 países, incluindo muitos em África, deverão receber doses do SII. Por exemplo, o Gana recebeu até ao momento 600.000 dos 2,4 milhões de doses de AstraZeneca que deveriam ser fornecidas pela COVAX até ao final de maio. E foi dito que mais vacinas só chegarão em junho. O John Nkengasong, contudo, expressou o optimismo de que um acordo anunciado para os países africanos adquirirem a vacina de dose única da Johnson & Johnson continua a ser "um momento histórico e uma mudança de jogo". O acordo com o consórcio African Vaccine Acquisition Trust da União African exige a entrega de 220 milhões de doses até ao terceiro trimestre deste ano, com a opção de adquirir 180 milhões de doses adicionais até 2022²⁸.</p> <p>Um outro acontecimento de 31 de março digno de nota: lançamento oficial do Centro Colaborador Regional do CDC África para a África Austral que será detalhado nas próximas páginas.</p>
Vigilância e apoio aos Laboratórios dos Estados-Membros
<p>Até à data, mais de 39,7 milhões de testes para a COVID-19 foram realizados em todo o continente com uma taxa de positividade de 10,6% e uma relação de teste por caso de 9,7. Na semana epidemiológica 11 foram realizados 846.284 novos testes, o que representa uma diminuição de 11% quando comparado com a semana anterior (945.890 testes) e na semana epidemiológica 12, foram 802,412 testes o que representa uma diminuição de 4% em comparação com a semana anterior. Moçambique e Eswatini (antiga Suazilândia) receberam 3.600 cartuchos <i>GeneXpert</i> para testes COVID-19. Enquanto um total de 90.800 cartuchos <i>GeneXpert</i> estão a ser enviados para 5 Estados-Membros (Zimbabwe, Zâmbia, Quênia, Sudão do Sul e Serra Leoa).</p> <p>Foi realizado um seminário de formação de formadores sobre testes de antígenos em coordenação com o Instituto Nacional de Saúde Pública em Juba, Sudão do Sul, entre 24 e 26 de março. Este seminário contou com um total de 25 participantes representando 5 zonas e 10 estabelecimentos de saúde. Até à data, um total de 7.600 pessoas receberam formação em testes de antígenos em 17 países.</p> <p>Para um continente, parece-nos muito pouco. O CDC deveria apresentar estes dados (testes realizados e taxas de positividade) por país e não desta forma avulsa.</p> <p>O CDC África continua a apoiar 17 Estados-Membros com a implementação de inquéritos sorológicos (<i>sero-surveys</i>). A recolha de dados foi concluída no Uganda e na Nigéria.</p> <p>A parceria público-privada PERC (<i>Partnership for Evidence-Based Covid-19 Response</i>) que apoia medidas baseadas em evidências para reduzir o impacto da Covid-19 nos Estados-Membros da União Africana, anunciou o lançamento do seu relatório "19-indepth situational analysis for African Union Member States." As novas sínteses combinam resultados de inquéritos telefónicos sobre o impacto da saúde pública e medidas sociais</p>

²⁸ ['Catastrophic': Africa CDC issues warning over India shot delays | Coronavirus pandemic News | Al Jazeera](#)

(PHSM) com informação sobre tendências epidemiológicas, monitorização dos meios de comunicação e dados sobre a mobilidade da população. O relatório PERC pode ser lido aqui²⁹.

Monitorização e apoio a Cuidados Assistenciais

Manejo de casos: Entre 18-19 de março de 2021, o grupo de trabalho de Gestão de Casos (TWG) conduziu uma sessão online de formação de formadores sobre vacina da Covid-19 destinada a 85 trabalhadores de saúde do Botswana, Malawi, Uganda e Zâmbia e realizada em colaboração com o **Projecto HOPE** (EUA) e a **Universidade do Novo México** (EUA)

Controle e prevenção de infeções: o grupo de trabalho de controle e prevenção de infeções (IPC TWG) e parceiros realizaram a 2ª sessão do 6º seminário virtual intitulado "**Medidas para a implementação da vacinação COVID-19**", tendo participado 565 participantes (inglês e francês).

A 3ª sessão do 6º seminário virtual foi sobre **Optimização do Ambiente para IPC: rastreio e triagem para COVID-19 e Ebola**". A sessão em língua inglesa decorreu no dia 24 de março com 546 participantes e, em língua francesa, no dia 26, com 102 participantes

Atualização e difusão de informações científicas, normalização e regulação³⁰

Para além do resumo semanal "**Weekly Outbreak Brief**" (Nºs 62³¹ e 63³²), outros documentos sobre a divulgação da COVID-19 e as ações que o CDC África e a OMS/AFRO estão a levar a cabo para ajudar os Estados-Membros da União Africana, é também apresentado semanalmente "**Covid-19 Scientific and Public Health Policy Update**", um resumo em que se detalham os últimos desenvolvimentos sobre conhecimentos científico e de políticas de saúde pública a nível global, bem como atualizações regulares das últimas orientações do CDC África, da OMS e de outras agências de saúde global para assegurar que os Estados-Membros são informados sobre os desenvolvimentos mais críticos nestas áreas. Sobre a situação das vacinas e de campanhas de vacinação no continente, ver os dois mapas apresentado a seguir.

Em colaboração com o Ministério da Saúde do Uganda e outros parceiros realizou-se a formação nacional de formadores sobre a 3ª edição da Estratégia Integrada de Vigilância e Resposta às Doenças.

Recomendações aos 55 Estados membros

1. Os Estados-Membros devem continuar a intensificar os seus esforços de vigilância para incluir:
 - Vigilância sindrômica de gripe (ILI – *Influenza Like Illness*) e infeções respiratórias agudas graves (SARI – *Severe Acute Respiratory Illness*);
 - Vigilância rápida da mortalidade que inclui a recolha, análise e utilização de dados de mortalidade por todas as causas através da vigilância baseada nos estabelecimentos ou nas comunidades;
 - Vigilância genômica para monitorizar a presença e propagação de variantes, bem como a evolução contínua do vírus.
2. Os Estados-Membros devem continuar a efetuar o rastreio de contatos de casos confirmados com base no tipo de transmissão e na capacidade do país aumentar diagnóstico com a utilização de testes rápidos de antígeno;
3. Todos os Estados-Membros devem notificar e partilhar regularmente dados relativos a casos confirmados de COVID-19, mortes, recuperações, testes realizados e profissionais de saúde infectados com a OMS e o CDC de África para informar continuamente;
4. Os Estados-Membros devem continuar a orientar o público em geral na procura de cuidados médicos imediatos para aqueles que desenvolvem sintomas graves (como dificuldade em respirar);
5. Os Estados-Membros devem implementar ou reforçar as medidas sociais e de saúde pública existentes à medida que os casos comecem a aumentar

Comunicação de risco

O CDC acolheu a reunião mensal da Comunidade de Prática para a Comunicação dos Riscos de Saúde Pública & Envolvimento da Comunidade (RCCE - *Risk Communication & Community Engagement*). A reunião incluiu também a comunicação dos riscos da COVID-19 em comunidades frágeis e da resposta ao Ebola na República Democrática do Congo e na Guiné Conacri.

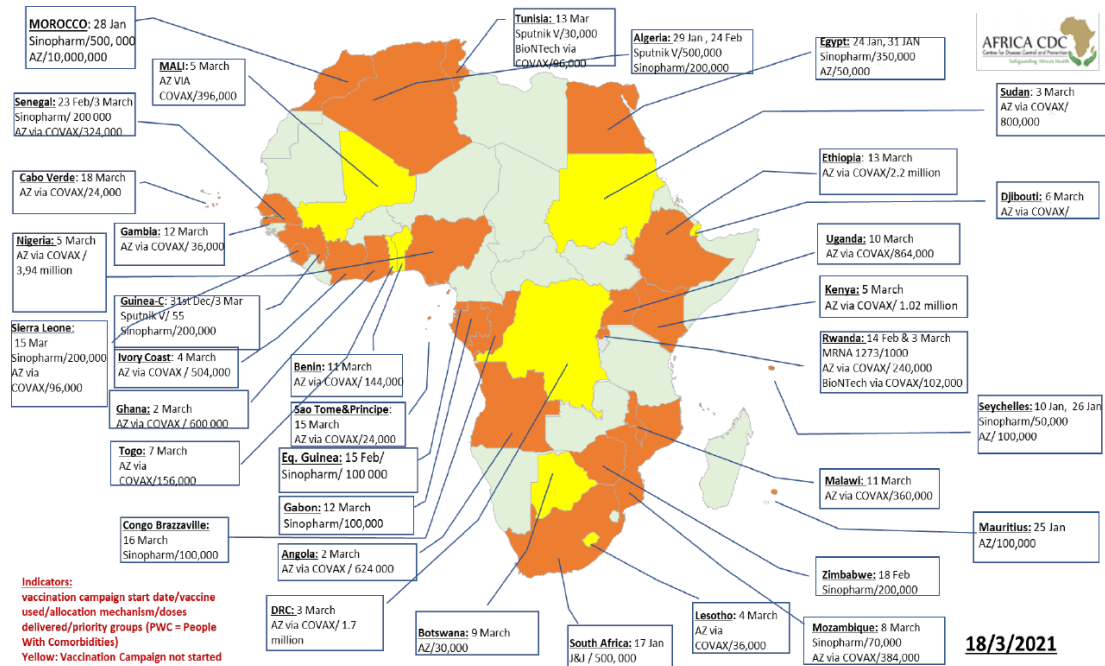
²⁹ https://preventepidemics.org/wp-content/uploads/2021/02/7_PERC-Weekly-Update.pdf

³⁰ <https://africacdc.org/resources/>

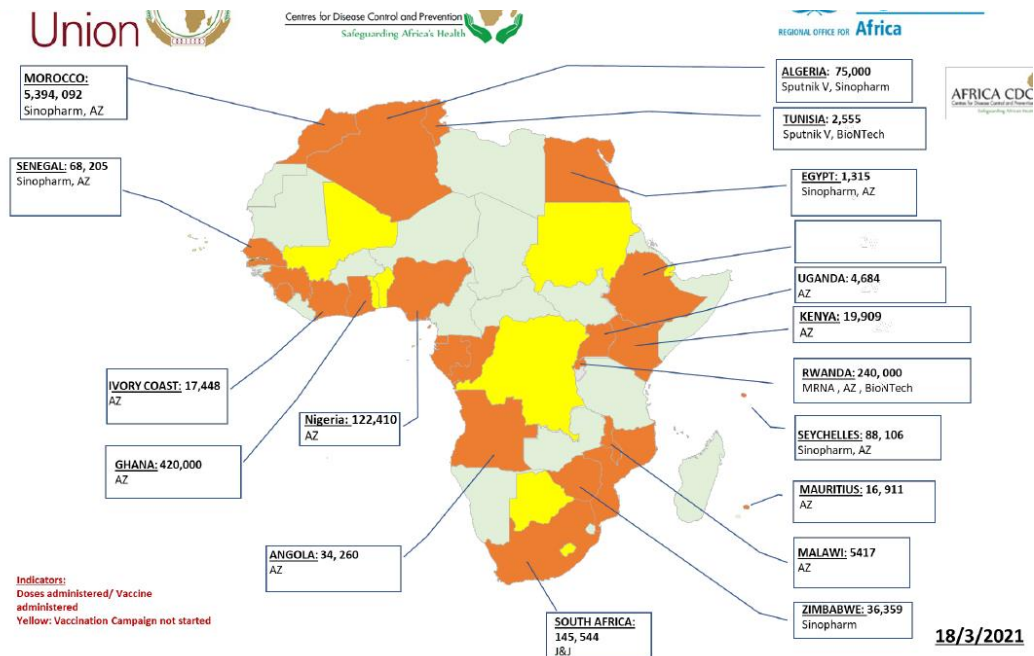
³¹ [Outbreak Brief 62: Coronavirus Disease 2019 \(COVID-19\) Pandemic – Africa CDC](#)

³² [Outbreak Brief 63: Coronavirus Disease 2019 \(COVID-19\) Pandemic – Africa CDC](#)

Status of Vaccines in Africa



A amarelo: países que ainda não começaram a campanha de vacinação até 18/03/2021



Reunião de Consulta Virtual para Desenvolver Estratégias de Saúde Mental do CDC África, 27-28 de abril de 2021.



As doenças não transmissíveis, também conhecidas como doenças crónicas, não são transmitidas de pessoa para pessoa, mas são uma das principais causas de mortes prematuras a nível mundial e representam uma proporção crescente do peso da doença em quase todos os países africanos, de acordo com o último estudo *Global Burden of Disease*. Estima-se que 71% de todas as mortes a nível mundial sejam devidas a doenças não transmissíveis, sendo que 85% das mortes prematuras nos indivíduos entre 30 -70 anos em 2016 ocorreram em países de rendimentos baixo e médio.

Para apoiar os países africanos na redução do fardo a longo prazo dos DCN e das doenças mentais, o CDC África acaba de criar uma Divisão de Controlo e Prevenção de Doenças com a missão de fortalecer os sistemas de saúde africanos para o controlo e prevenção de Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis com base na Estratégia de Saúde para a África da Agenda 2063 da União Africana.

A nova Divisão de Controlo e Prevenção de Doenças do CDC África vai desenvolver um Plano Estratégico de 5 anos de prevenção e controlo de **Doenças Não Transmissíveis e Saúde Mental** com o apoio técnico da *Public Health England* (PHE).

Essa reunião virtual consultiva vai tentar estabelecer recomendações para o desenvolvimento do Plano Estratégico de cinco anos para a prevenção e controlo de Doenças Não Transmissíveis com foco nos problemas de saúde mental do continente³³.

Renovação do Mandato do Director do CDC África (2021-2025)

O Conselho Diretivo do CDC África realizou uma reunião extraordinária em 20 de fevereiro de 2021 e deliberou sobre a renovação do segundo mandato de quatro anos do Diretor do CDC de África, **Dr. John N. Nkengasong**.

Através do seu Presidente, o Ministro da Saúde do Togo, a Direção felicitou o Dr. John N. Nkengasong pelo tremendo trabalho realizado no seu primeiro mandato para construir uma instituição de saúde pública respeitável que é agora bem reconhecida globalmente.

O Conselho decidiu por esmagadora maioria recomendar à Comissão da União Africana a renovação do mandato do Dr. John N. Nkengasong por um segundo mandato de quatro anos, em conformidade com os Estatutos do CDC África.

O Presidente do Conselho Diretivo apelou ainda aos Estados-Membros da União Africana para que apoiem o Dr. John N. Nkengasong no cumprimento dos deveres do seu novo mandato a fim de permitir que o CDC África cumpra a sua missão crítica.

E dado o impacto da COVID-19 na vida e nos meios de subsistência, é chegado o momento de assegurar que os compromissos existentes se traduzam em ações concretas para uma **“Nova Ordem de Saúde Pública para África”**³⁴.

Lançamento Oficial do Centro Colaborador Regional do CDC África para a África Austral

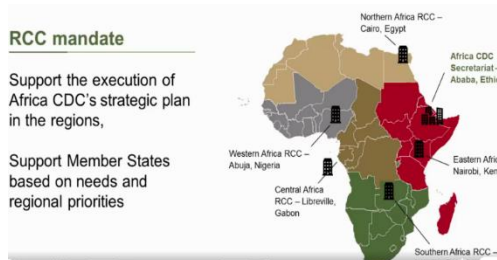
Foi uma cerimónia com muitos convidados, nomeadamente o Vice-Presidente da Zâmbia, autoridades do Ministério da Saúde daquele país cujo Instituto Nacional de Saúde

³³ [Expert and stakeholder virtual consultation meeting to develop the Africa CDC NCD and Mental health strategy, 27-28 April 2021 – Africa CDC](#)

³⁴ [Statement.pdf \(africacdc.org\)](#)

Pública, será o Centro Colaborador Regional do CDC África para a África Austral, constituído de 10 países seguintes:

- Angola
- Botswana
- eSwatini (antiga Suazilândia)
- Reino de Lesotho
- Malawi
- Moçambique
- Namíbia
- África do Sul
- Zâmbia (Instituto Nacional de Saúde Pública – Centro Colaborador Regional do CDC África)
- Zimbabwe



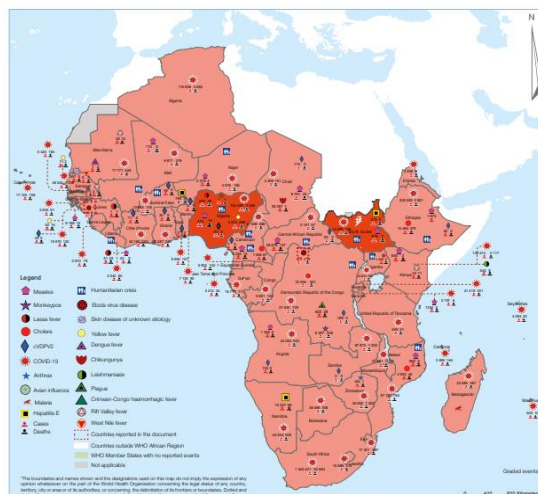
Mandato dos 5 Centros Colaboradores Regionais do CDC África:

- ✚ Apoiar a execução do Plano Estratégico do CDC África nas suas 5 regiões
- ✚ Assistir os Estados-Membros com base em necessidades e prioridades regionais

Os detalhes da cerimónia podem ser vistos neste vídeo: [\(2\) Facebook Live | Facebook](#)

ATIVIDADES DA OMS/AFRO

O Programa de Emergências de Saúde da OMS na Região Africana está atualmente a monitorizar 118 eventos na região, entre eles, a Covid-19 e Ébola na Guiné-Conacri e na República Democrática do Congo³⁵.



50 Grade 3 events	20 Grade 2 events	4 Grade 1 events	36 Ungraded events
2 Protracted 3 events	3 Protracted 2 events	3 Protracted 1 events	

A Guiné-Conacri continua a responder ativamente ao **surto do Ébola** e não se registaram novos casos durante 24 dias consecutivos. No entanto, subsistem desafios em torno da procura ativa de casos, recolha de dados, gestão de alertas e rastreio de contactos.

Possíveis cadeias de transmissão ocultas precisam de ser procuradas ativamente e as operações de resposta devem continuar com o total apoio das autoridades nacionais e parceiros.

Relativamente à República Democrática do Congo, não se registaram novos casos de doença do Ebola durante 26 dias. No entanto, existem desafios com o seguimento dos contactos, dificuldades com *feed-back* das zonas de saúde e financiamento inadequado para todos os pilares de resposta.

Estas questões necessitam de atenção urgente e de financiamento adequado para assegurar uma resposta robusta a fim de evitar o ressurgimento do surto.

Iniciativa "*Viral Facts Africa*" para combater a perigosa desinformação sanitária

Viral Facts Africa, uma primeira iniciativa africana do seu género para combater a desinformação sanitária *online*, foi lançada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), por uma rede de organizações de verificação de factos e organismos de saúde pública importantes.

A *Viral Facts Africa* vai aproveitar os conhecimentos e o alcance de uma rede única de 14 organizações para combater a desinformação sanitária à medida que esta se espalha e para "inocular" as pessoas contra falsidades. A iniciativa está a começar com verificações de factos de saúde envolventes, explicadores, mitos e mensagens de literacia de desinformação que são optimizadas para serem partilhadas no **Facebook, Twitter e Instagram**.

Aproveitando esta ocasião, a Diretora Regional da OMS para a África disse que "as falsas alegações podem espalhar-se mais rapidamente do que a própria COVID-19, muitas vezes porque são simples, visuais e exploram as nossas emoções e que a ***Viral Facts Africa*** visa desmascarar rapidamente os mitos onde eles se espalham e ajudar as pessoas a separar os factos que salvam vidas do ruído, sendo necessárias ações conjuntas para frear os rumores virais partilhando os factos.

A informação sobre a Covid-19 foi partilhada e vista mais de 16 biliões de vezes e mencionada mais de 6 milhões de vezes no Twitter e em sites de notícias na Internet entre novembro de 2020 e março de 2021 nos 47 países da Região Africana da OMS, segundo o ***UN Global Pulse***, a iniciativa global do Secretário-Geral da ONU sobre *big data* e inteligência artificial.

Do mesmo modo, na Região Africana da OMS, as menções de vacinas aumentaram mais de 300%, para mais de 675 000 entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, em comparação com os dois meses anteriores. O lançamento da *Viral Facts Africa* acontece quando estão para chegar mais de 90 milhões de doses de vacina nos próximos meses.

É difícil seguir o foco da desinformação que circula nos meios de comunicação social, mas as organizações africanas de verificação dos factos dizem ter desmascarado mais de 1300 relatórios enganosos desde o início da pandemia. A desinformação amplamente partilhada inclui teorias de conspiração em torno de tratamentos não comprovados, falsas curas e mensagens antivacinas.

Durante a fase experimental da iniciativa, as informações produzidas pela *Viral Facts Africa* foram vistas mais de 20 milhões de vezes nos meios de comunicação social e todas são de acesso livre disponíveis em *inglês* e *francês*, com mais línguas planeadas (**a língua portuguesa é relegada para depois!!!**). A iniciativa é gerida pelo **Fathm**, um laboratório de notícias independente e consultoria com experiência global em colaborações sobre informação errada.

A *Viral Facts Africa* faz parte da *Africa Infodemic Response Alliance* (AIRA), uma rede hospedada pela OMS que coordena ações e reúne recursos para combater a desinformação e preencher lacunas de informação em torno da pandemia da Covid-19 e outras emergências sanitárias em África. Para mais detalhes, consultar **aqui**³⁶.

A *Viral Facts Africa* faz parte da *Africa Infodemic Response Alliance* (AIRA), uma rede hospedada pela OMS que coordena ações e reúne recursos para combater a desinformação e preencher lacunas de informação em torno da pandemia da COVID-19 e outras emergências de saúde em África.

A CPLP aprova proposta de livre circulação de pessoas no espaço desta comunidade³⁷

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) aprovou no dia 26 de março, em reunião extraordinária presidida por Cabo Verde, a proposta de livre circulação de pessoas no espaço lusófono, para ser levada à cimeira de Luanda.

“Chegámos a uma solução de geometria variável, que permite a todos os Estados-membros as melhores soluções no quadro da mobilidade”, anunciou o ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades de Cabo Verde, país que detém a presidência rotativa da comunidade, Rui Figueiredo Soares.

O governante presidiu, a partir da Praia, a esta 15.ª reunião extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP (que junta os Ministros dos Negócios Estrangeiros ou das Relações Exteriores dos Estados-membros), realizada em formato de videoconferência, devido à pandemia de covid-19.

Com a aprovação deste projeto de acordo sobre a mobilidade na CPLP, disse, será possível *“transformar uma comunidade de países numa comunidade de pessoas na qual os cidadãos se possam sentir integrados”*.

O chefe da diplomacia cabo-verdiano admitiu que este *“não foi um consenso fácil”* e que *“não era possível “fazer um acordo que fosse único para todos os países”, pelo que a solução passa por entendimento com “vários níveis de mobilidade” e com “diferentes velocidades”*.

Trata-se de uma convenção geral que depois de ratificada na próxima cimeira ainda carecerá de regulamentação própria de cada país, em função dos quadros legais dos vários Estados, das suas *“disposições constitucionais”* e das exigências ou limitações dos espaços territoriais em que cada um está integrado.

“Nós não podemos fazer aqui um prognóstico geral quanto à data em que cada um dos Estados-membros sejam cumpridas as formalidades e o acordo possa entrar em vigor”,

³⁶ [Viral Facts Africa initiative to combat dangerous health misinformation | WHO | Regional Office for Africa](#)

³⁷ [CPLP aprova proposta de livre circulação de pessoas na lusofonia \(lusa.pt\)](#)

acrescentou o ministro cabo-verdiano, recordando que os parlamentos de cada país ainda terão se chamados a ratificar o acordo, após aprovado pelos chefes de Estado e do Governo da CPLP.

No entanto, admitiu que no caso de Cabo Verde será possível aprovar o acordo em definitivo em outubro, logo após as férias parlamentares de agosto e setembro.

Na sessão pública de abertura desta reunião, o secretário-executivo da organização, o embaixador português Francisco Ribeiro Telles, sublinhou que a esperada aprovação do acordo representa “*um virar de página na CPLP*”.

“É o ponto em que nos encontramos neste processo negocial, que culminará em Luanda, é uma garantia de que aprovaremos um texto ambicioso, inovador, exequível, que permitirá concretizar o desígnio da mobilidade que já vem desde os acordos de Brasília, de 2002”, destacou.

A aprovação do acordo representa também o ponto alto da liderança da CPLP por Cabo Verde – que foi prolongada por um ano devido às limitações em 2020 com a pandemia de covid-19 -, e o documento terá ainda de ser ratificado na 13.ª Conferência de Chefes de Estado e do Governo, prevista para julho, em Luanda, que vai marcar a transição da presidência da organização para Angola.

“Este acordo penso que é o mais valioso legado que a excelente presidência cabo-verdiana deixará à CPLP”, assumiu Francisco Ribeiro Telles, Secretário Executivo da CPLP.

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)

Declaração do Presidente do órgão responsável pelas Políticas, Defesa e Segurança da SADC sobre os ataques terroristas contra a cidade de Palma, no norte de Moçambique:

“A Comunidade tomou conhecimento, com consternação, dos desumanos ataques terroristas contra a cidade de Palma, em Moçambique, a 24 de março do corrente ano.

É absolutamente desanimador que estes ataques indiscriminados à população civil tenham resultado na perda de vidas de dezenas de pessoas, deixando centenas de outras feridas e muitas mais deslocadas, particularmente mulheres e crianças. Isto aumentou a insegurança na área, levando a uma grave crise humanitária, especialmente a necessidade de prestação de serviços básicos, tais como alimentação, água e abrigo para a população afetada.

A SADC condena com a maior veemência possível este ato hediondo de cobardia. É nossa fervorosa esperança que os perpetradores sejam rapidamente presos e levados à justiça”.

Queremos expressar as nossas sinceras condolências e simpatia ao Governo e ao povo de Moçambique e de outros países afetados, particularmente às famílias enlutadas, pelo desaparecimento prematuro dos seus entes queridos.

A SADC está profundamente preocupada com a continuação dos ataques terroristas em Cabo Delgado, especialmente pelas vidas e bem-estar dos residentes que continuam a sofrer as agressões atroz, brutais e indiscriminadas. Estes ataques são uma afronta à paz e à segurança, não só em Moçambique, mas também na região e na comunidade internacional como um todo.

Queremos expressar a nossa total solidariedade com o Governo e o povo de Moçambique, bem como com as forças armadas no terreno, que estão a trabalhar para restaurar a paz e a segurança nas áreas afetadas. Desejamos igualmente reafirmar o nosso empenho contínuo em contribuir para os esforços de paz e segurança duradouras, bem como de

reconciliação e desenvolvimento em Moçambique” Assinado: Presidente do órgão responsável pelas Políticas, Defesa e Segurança da SADC³⁸.

A SADC avança para a criação de um Centro de Operações de Emergência e de Catástrofes



O Conselho de Ministros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) aprovou a oferta de Moçambique de acolher o Centro de Operações Humanitárias e de Emergência (SHOC) da SADC, que será responsável por facilitar uma maior preparação para os riscos de desastres regionais, resposta e recuperação precoce para apoiar os Estados-Membros afetados por desastres.

O Conselho de Ministros realizou uma reunião virtual em março para discutir políticas, estratégias e programas orientados para a consolidação da integração regional, em cumprimento do mandato do Conselho, tal como estabelecido no artigo 11º do Tratado da SADC. A Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique (**Verónica Nataniel Macamo Dlhovo**), presidiu à reunião na sua qualidade de Presidente do Conselho de Ministros da SADC. O Conselho de Ministros registou que o SHOC irá reforçar a coordenação do apoio aos Estados Membros afetados por catástrofes.

A Região da SADC tem ao longo dos anos sublinhado a necessidade de reforçar a resistência climática bem como a preparação geral contra **catástrofes naturais** tais como **secas, ciclones e inundações**. Estes múltiplos perigos realçaram a **importância da cooperação e resposta coordenada**, bem como a necessidade de criar **mecanismos inovadores para reforçar a resiliência, preparação e capacidade de resposta a desastres**, incluindo **pandemias, epidemias** e perigos relacionados.

Nas últimas décadas, a Região da SADC tem experimentado uma frequência e gravidade crescentes de **secas, inundações, ciclones e gafanhotos** que têm sido atribuídos às alterações climáticas e variabilidade, resultando em **insegurança alimentar** e outros impactos socioeconómicos.

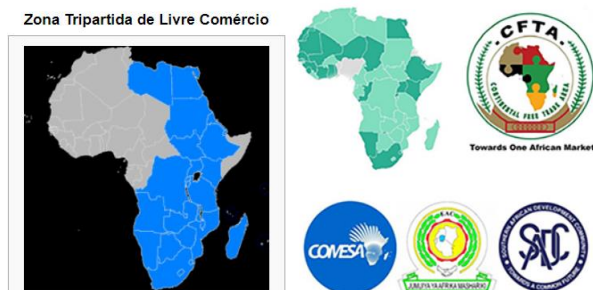
A Região tem enfrentado uma série de fenómenos relacionados com o clima, tais como ciclones tropicais que causaram grandes inundações nos Estados Membros da SADC, tais como as **Comores, Madagáscar, Malawi, Moçambique, África do Sul, Tanzânia e Zimbabué**.

O ciclone **Idai**, que atingiu a Região em 2020, foi registado como uma das piores tempestades tropicais de sempre a afetar África e o hemisfério sul.

³⁸ [Southern African Development Community :: STATEMENT BY THE CHAIRPERSON OF THE SADC ORGAN ON POLITICS, DEFENCE AND SECURITY, HIS EXCELLENCY DR. MOKGWEETSI E. K. MASISI, ON THE TERRORIST ATTACKS ON THE TOWN OF PALMA, IN MOZAMBIQUE](#)

O relatório anual de 2019 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas afirmou que 91% de todas as grandes catástrofes e 77% das perdas económicas causadas por catástrofes naturais durante o ano foram atribuídas a eventos climáticos extremos.

A SADC insta os Estados-Membros a assinar e ratificar a o Acordo de Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA, em inglês) e a Zona Tripartida de Livre Comércio (ZTLC/TFTA)



O Conselho de Ministros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) instou os seus Estados-Membros que ainda não assinaram e ratificaram a Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA, em inglês) e o Mercado Comum das Comunidades da África Oriental e Austral (**COMESA-EAC-SADC**) a fazê-lo para permitir a implementação dos acordos.

A reunião do Conselho de Ministros foi presidida pela Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique na sua qualidade de Presidente do Conselho de Ministros da SADC, tendo registado progressos na assinatura da TFTA constituída pelos blocos económicos: **COMESA-EAC-SADC**.

A assinatura e ratificação do Acordo da TFTA é fundamental, uma vez que abrirá caminho para a implementação bem-sucedida do Acordo mais vasto – o de AfCFTA. O Acordo AfCFTA procura aumentar as oportunidades de emprego e os rendimentos, ajudando a expandir as oportunidades para todos os países africanos. Espera-se que ele tire cerca de 68 milhões de pessoas da pobreza e torne os países africanos mais competitivos.

A AfCFTA procura melhorar o bem-estar económico e social dos cidadãos da região COMESA-EAC-SADC através da promoção do crescimento económico regional, criando um ambiente favorável ao comércio regional. Os três principais pilares do TFTA são a integração do mercado, o desenvolvimento de infraestruturas e o desenvolvimento industrial.

O Conselho registou que 22 Estados Membros/Parceiros do bloco **COMESA-EAC-SADC** assinaram o Acordo TFTA, enquanto 10 Estados-Membros/Parceiros ratificaram o acordo. Dos 10 Estados Membros/Parceiros, 5 são Estados-Membros da SADC (Botswana, Eswatini, Namíbia, África do Sul e Zâmbia). O artigo 39(3) do Acordo TFTA prevê que o acordo entre em vigor após a ratificação por 14 Estados-Membros/Parceiros. Isto significa que são necessárias quatro ratificações adicionais para que o Acordo entre em vigor.

No âmbito da livre circulação de mercadorias no contexto da **AfCFTA**, o Conselho registou que, até 5 de fevereiro de 2021, 36 Estados-Membros da União Africana (UA) tinham depositado os seus instrumentos de ratificação da AfCFTA junto do Presidente da Comissão da UA. Destes países, 9 são Estados-Membros da SADC - **Angola**, Eswatini, Lesoto, Malawi, Maurícias, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué.

O Acordo AfCFTA entrou em vigor a 1 de janeiro deste ano com o objetivo de eliminar mais de 90 por cento dos direitos aduaneiros sobre bens e de liberalizar progressivamente o comércio de serviços a fim de promover a produção de todos os bens. No entanto, o volume de comércio abrangido pelas regras de origem do acordo relatado até à data é inferior ao esperado.

O Conselho de Ministros da SADC registou áreas que requerem ação urgente por parte dos Estados-Membros e que incluem a finalização de negociações sobre regras de origem em algumas linhas pautais sensíveis e o acordo sobre alguns documentos aduaneiros e a adesão à AfCFTA por parte dos Estados-Membros da SADC, incluindo os que participam nas uniões aduaneiras.

O Conselho registou que os sectores de serviços que foram considerados prioritários na Fase 1 das negociações são os serviços de comunicação, serviços de turismo, serviços profissionais, serviços informáticos, serviços financeiros e serviços de transporte; e que houve lentidão na apresentação de ofertas e pedidos de calendário de compromissos que atrasaram a fase de arranque das negociações.

Até à data, apenas 12 Estados-membros da União Africana (incluindo 10 Estados-Membros da SADC -- Comores, RDC, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Maurícias, Namíbia, Seicheles, África do Sul e Zâmbia) apresentaram as suas ofertas iniciais sobre o comércio de serviços. As ofertas estão a ser consideradas pelos Estados-Membros em negociações empenhadas.

O Conselho de Ministros reafirmou a Posição Comum da SADC sobre as negociações do Protocolo ao Tratado que institui a Comunidade Económica Africana relativa à livre circulação de pessoas, direito de residência e direito de estabelecimento. Registou que até à data, um total de 33 países assinaram o Protocolo sendo 8 destes Estados-Membros da SADC, nomeadamente **Angola**, Comores, RDC, Lesoto, Malawi, **Moçambique**, Tanzânia e Zimbabué.

Eventos de interesse para a CPLP

O webinar “*Ética e Comunicação em Ciência: a incerteza e a complexidade*”³⁹, é promovido pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA) do Ministério da Saúde de Portugal e membro da Rede de Institutos Nacionais de Saúde da CPLP (RINSP-CPLP).

“A comunicação em si é um exercício desafiante. Transmitir o conhecimento científico de modo compreensível e apreensível por todos, requer ainda a habilidade de transformar o complexo em simples, mantendo o tom apelativo e o fascínio pela descoberta, mas tem também a responsabilidade do impacte dessa informação nas diversas dimensões da nossa sociedade”, sublinha Nina Sousa Santos, presidente da Comissão de Ética do INSA.

“Porque a Bioética exalta a boa ciência, o objetivo do webinar é refletir sobre a comunicação da ciência num mundo dinâmico, em que a informação circula em cenários de incerteza e de complexidade”, explica ainda Nina Sousa Santos, que realça também a necessidade do emissor *“fazer corresponder a mensagem a critérios de transparência, rigor e credibilidade, e de gerar a confiança na sociedade ou público-alvo a que se destina, respeitando os princípios da Bioética”*.

³⁹ [Webinar “Ética e Comunicação em Ciência – a incerteza e a complexidade”](https://www.insa.min-saude.pt): é já na próxima semana - INSA (min-saude.pt)

O programa⁴⁰ do webinar prevê a apresentação de duas comunicações: “A mensagem técnica em modo simples” e “Comunicar o contributo cívico da ciência”

4º Congresso de Controle da Qualidade Laboratorial para Países de Língua Portuguesa⁴¹

O Instituto Nacional de Saúde Pública de Cabo Verde (INSP) e o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA, Portugal) promovem, nos dias 17 e 18 de junho, na cidade da Praia, em Cabo Verde, a quarta edição do Congresso de Controlo da Qualidade Laboratorial para Países de Língua Portuguesa (CCQL-PLP). A iniciativa, que decorrerá em formato presencial e online, tem como objetivo contribuir para a harmonização de procedimentos e metodologias de controlo da qualidade na área do diagnóstico laboratorial.

Subordinado ao tema “Laboratórios da CPLP na melhoria da qualidade laboratorial”, o evento visa ainda promover a formação e o debate entre os Estados-Membros, assim como ajudar na definição de critérios de desempenho laboratorial, especificações e indicadores da qualidade, tendo em vista a melhoria do diagnóstico laboratorial com benefício direto para as instituições e, conseqüentemente, para a população em geral dos países envolvidos.

O programa do congresso prevê a realização de diversos minicursos pré-congresso por via on-line, nomeadamente sobre:

- ❖ Noções básicas de estatística
- ❖ Noções básicas de validação/verificação de métodos
- ❖ Ferramentas e interpretação do Controlo da Qualidade Interno
- ❖ Avaliação Externa da Qualidade
- ❖ Cálculo do erro total e de incertezas da medição
- ❖ Avaliação do Seis Sigma
- ❖ Legislação aplicada a laboratórios clínicos
- ❖ Normas em implementação no país (referenciais normativos: 9001, 15189, 17025)
- ❖ Gestão de Não Conformidades
- ❖ Indicadores da qualidade e gestão do risco no laboratório.

As inscrições para o 4º CCQL-PLP, no qual intervirão como palestrantes diversas personalidades de prestígio nacional e internacional, podem ser realizadas a partir de 1 de abril, através do site do congresso, disponível brevemente em www.ccql.cv. Para mais informações sobre os temas a abordar no Congresso, consultar o [programa científico preliminar](#).

O INSA possui um histórico de mais de 40 anos no desenvolvimento e implementação de competências na área da qualidade laboratorial, controlo da qualidade interno e avaliação externa da qualidade, através do **Programa Nacional de Avaliação Externa da Qualidade laboratorial (PNAEQ)**. No sentido de dar continuidade a este trabalho, teve início em 2015 o Projeto de Melhoria da Qualidade Laboratorial para Países de Língua Portuguesa (**ProMeQuaLab**).

O **ProMeQuaLab**, que visa a melhoria da qualidade nos laboratórios de medicina laboratorial em países de língua oficial portuguesa, contempla a organização de um congresso bianual com foco na qualidade laboratorial para os países de língua portuguesa. Pretende-se

⁴⁰ <http://www.insa.min-saude.pt/wp-content/uploads/2021/03/WebinarEticaCom.pdf>

⁴¹ [4º Congresso de Controlo da Qualidade Laboratorial para Países de Língua Portuguesa - INSA \(min-saude.pt\)](#)

com esta iniciativa reunir profissionais e peritos na área, no sentido de apresentar e debater o “*estado da arte*”, assim como difundir e promover a implementação das melhorias adequadas.

Europa na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

As mortes e novos casos de Covid seguem aumentando na Europa, que segue lenta em na imunização de sua população. O número semanal de novos casos e mortes já é superior a 1.6 milhões e 24 mil. Os novos casos crescem em todos os grupos etários à exceção dos maiores de 80 e a variante B.1.1.7 está presente em 50, dos 53 países membros da **OMS Europa**. A Organização, classificou como inaceitavelmente lento o ritmo de vacinação⁴². Para o Diretor Regional, Hans Kluge, deve-se acelerar o processo aumentando a fabricação, reduzindo as barreiras à administração de vacinas e utilizando-se todo o estoque disponível. Ele alerta para o fato da vacinação proporcionar uma falsa sensação de segurança.

Assim como no Brasil, a **Região Europeia** da OMS vacinou 10% de sua população com uma dose e 4% com as duas doses. As **assimetrias de acesso** ao imunizante na Região, dão conta de que todos os países de alta renda estão vacinando contra COVID-19, enquanto apenas 80% dos países de renda média alta e 60% dos países de renda média baixa e baixa o estão. Até o momento, **10 economias de renda média** da Região **receberam doses** por meio do Mecanismo **Covax**. Hans Kluge pede aos governos que **compartilhem suas doses excedentes com a Covax ou com países necessitados**, para que sejam vacinados todos os profissionais de saúde e os mais vulneráveis. 27 países na Região estão em bloqueio parcial ou total, com 21 toques de recolher noturnos. Nas últimas 2 semanas, 23 países intensificaram as restrições, enquanto 13 abrandaram. Para a OMS Europa, os bloqueios devem ser evitados por intervenções de saúde pública oportunas e direcionadas, devendo ser usados quando a doença sobrecarrega a capacidade dos serviços de saúde, mas que o momento não inspira o relaxamento das medidas sociais e de saúde pública.

A **União Europeia** está com todas as **metas de vacinação atrasadas**, abrangendo não só a administração, como a distribuição das vacinas⁴³. A **AstraZeneca** segue sendo responsabilizada pelo atraso na vacinação, enquanto tem **sua aplicação novamente suspensa** na Alemanha, que num primeiro momento não recomendava a vacina para maiores de 65 anos e agora não recomenda para menores de 60⁴⁴. A **expectativa** do bloco é de **incremento na capacidade produtiva** de vacinas e que as **entregas aumentem** nos próximos meses. A comissária europeia para a Saúde, Stella Kyriakides, considera “alcançável” a meta de vacinar 70% da população adulta (365 milhões de habitantes) antes do final de setembro, ou seja, 255 milhões de pessoas⁴⁵. A meta inicial da UE era começar o verão com este contingente vacinado.

Este trabalho repercute, em especial, a **Global Health Conference – Strengthening the UE Role on Global Health**⁴⁶, evento que aconteceu em 25 de março, organizado pela presidência portuguesa com transmissão pelo YouTube⁴⁷. Com presença marcante de mulheres, foram

⁴² <https://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/press-releases/2021/slow-vaccine-roll-out-prolonging-pandemic>

⁴³ <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-04-01/uniao-europeia-fracassa-em-todas-as-metas-de-vacinacao-e-corre-para-corriger-atrasos.html?ssm=whatsapp>

⁴⁴ <https://www.bbc.com/portuguese/geral-56588102>

⁴⁵ <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-04-01/uniao-europeia-fracassa-em-todas-as-metas-de-vacinacao-e-corre-para-corriger-atrasos.html?ssm=whatsapp>

⁴⁶ <https://www.2021portugal.eu/en/events/conference-on-strengthening-the-role-of-the-eu-in-the-context-of-global-health/>

⁴⁷ https://www.youtube.com/watch?v=BN_NALwqcYM

abordados temas como a diplomacia da **saúde global, mudanças climáticas, resistência antimicrobiana e a disposição europeia de liderar** movimento em prol da saúde global, em especial, por uma **cobertura de saúde universal**. O **papel da UE** no cenário do enfrentamento à pandemia foi enfatizado, notadamente sua **capacidade de doação e mobilização de recursos para o programa Covax** e sua posição de **maior exportadora mundial** de vacinas contra a Covid-19.

Em seu discurso⁴⁸, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, apresentou a **diplomacia da saúde como fundamental para uma política externa europeia moderna**, comentando que desde o início da pandemia, a Comissão vem trabalhando para definir uma **abordagem europeia da diplomacia da saúde**, baseada em dois pilares: **trabalho em equipe**, como a aliança global que levou ao ACT-Accelerator, da qual a UE se orgulha de ter liderado, juntamente com a OMS e ONGs e **olhar de longo prazo**. No tocante a este último, planeja **aumentar a capacidade mundial de produção de vacinas**, bem como a preparação coletiva contra crises de saúde. Lembra do trabalho que vem sendo feito na Europa em conjunto com empresas farmacêuticas para aumentar a produção de vacinas e que ela é a maior exportadora mundial do fármaco. Anunciou **que estão sendo exploradas soluções para aumentar a capacidade de fabricação de vacinas na África** e que o **próximo orçamento europeu vai investir na capacidade dos sistemas de saúde em todo o mundo**. Falando em soluções sustentáveis, anunciou a **Global Health Summit**, que irá co-sediar com a Itália em 21 de maio, quando se pretende chegar a um acordo sobre os princípios que guiarão as futuras respostas europeias. Destaco a menção à **Saúde em todas as políticas**, como uma das lições aprendidas, significando que todos os departamentos do governo, incluindo finanças, devem ser envolvidos, bem como a sociedade civil e o setor privado.

A Comissária europeia para a saúde, anunciou um **Mecanismo de Compartilhamento de Vacinas da UE** baseado na justiça, desperdício zero e solidariedade. Comentou sobre o papel de liderança e financiamento que vem sendo exercido pela UE e alertou para a **importância de pautar e enfrentar o aumento da resistência antimicrobiana (AMR, na sigla em inglês), uma epidemia silenciosa que também ameaça a saúde global**, aproveitando para pedir um **Plano de Ação Global de Saúde Única mais abrangente, que também trate dos efeitos ambientais da AMR**⁴⁹.

Pierre Delsaux, Diretor-geral de Saúde da CE, **enfatizou a necessidade de maior coordenação de esforços** e situa o programa **EU4Health e a União Europeia da Saúde**, como os pilares financeiros e políticos da ação europeia em saúde. O primeiro, conta com 5 bilhões de euros para construir sistemas de saúde mais resilientes, com especial atenção ao fortalecimento da dimensão digital da saúde. Para o segundo, comenta sobre o aspecto institucional que contará com a criação de uma nova agência europeia de monitoramento de saúde e o fortalecimento do ECDC e da EMA; e situa a estratégia farmacêutica europeia, que visa melhorar as cadeias de suprimento da Europa.

Michelle Bachelet, falando como alta comissária da ONU para os direitos humanos, repercutiu seu Relatório sobre o impacto global da Covid-19, apresentado ao Conselho de Direitos Humanos⁵⁰, que demonstra a importância de sistemas de saúde universais fortes, com

⁴⁸ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/speech_21_1402

⁴⁹ https://ec.europa.eu/commission/commissioners/2019-2024/kyriakides/announcements/global-health-age-pandemics-speech-commissioner-kyriakides-global-health-conference-organised_en

⁵⁰ <https://undocs.org/A/HRC/46/19>

atendimento de qualidade disponível e acessível a todos, independente de capacidade de pagamento e que uma cobertura universal de saúde deve ser uma prioridade fundamental. Ela reconhece que **ainda não há uma definição amplamente aceita de cobertura universal de saúde**, mas salienta que a estrutura do direito à saúde é uma base essencial para seu avanço, devendo abranger tanto os serviços de saúde (incluindo saúde mental, sexual e reprodutiva), quanto os determinantes básicos da saúde. Além disso, lembra que apesar de milhões de pessoas ainda não terem acesso à cobertura de saúde, **os padrões de direitos humanos relativos aos direitos à saúde e à proteção social estão bem estabelecidos, com compromissos e declarações, mas sem vontade política**. Como forte parceira das Nações Unidas e defensora do multilateralismo, **chama a União Europeia a ajudar a liderar e acelerar o processo em direção à cobertura universal de saúde, mobilizando a cooperação técnica** para compartilhar conhecimentos, experiências e **garantindo a disponibilidade de recursos** adequados para fazer avançar o direito à saúde em todos os lugares.

Fruto de uma ideia lançada pelo presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, na cúpula do G-20 ao final do ano passado, líderes de 23 países e a OMS apoiaram a criação de um **tratado internacional para ajudar a lidar com futuras emergências sanitárias**, preparando e protegendo gerações futuras, por meio de compartilhamento de informações e garantia de acesso universal e equitativo de vacinas, remédios e diagnósticos. Em **declaração conjunta** publicada em jornais em todo o mundo, líderes incluindo a chanceler alemã, Ângela Merkel, o presidente francês, Emmanuel Macron, e os primeiros-ministros do Reino Unido, Boris Johnson, e da Itália, Mario Draghi, alertaram que uma futura pandemia global é inevitável e que nenhum governo ou agência multilateral pode lidar sozinho com esta ameaça⁵¹⁵²⁵³.

⁵¹ <https://www.dw.com/pt-br/l%C3%ADderes-mundiais-pedem-tratado-global-contra-pandemias/a-57049037>

⁵² <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/03/oms-e-23-paises-apoiam-tratado-internacional-para-lidar-com-pandemias-futuras.shtml>

⁵³ <https://oglobo.globo.com/mundo/lideres-mundiais-propoem-criar-tratado-global-contra-futuras-pandemias-ninguem-esta-seguro-24947444>

Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Lúcia Marques

O mundo contabilizou 132.104.106 casos e 2.865.478 mortes, em 06/04. O vírus segue ceifando as vidas humanas. A realidade deixou no chinelo todos os futuros possíveis imaginados sobre uma pandemia. Até porque, mais do que identificar o vírus e uma cura para ele, o mundo precisa lidar e encontrar saídas para os desdobramentos não infecciosos do vírus: fragilidades, desigualdades, aumento da pobreza, extremismos, disputas, egoísmos, retorno à estaca zero em vários setores sociais, etc.

E enquanto buscam por mais vacinas, os países voltam a fechar as atividades não essenciais. No último fim de semana, a **Índia** viveu um recorde mundial em número de casos em um só dia: 103.558 novas infecções. Os dados alarmantes levaram ao primeiro-ministro, Narendra Modi, a impor novas regras de restrição, com lockdown e toques de recolher nos finais de semana e fechamento de shoppings, bares, restaurantes de templos. Com eleições acontecendo em vários estados indianos, o risco aumenta com pessoas aglomerando em comícios eleitorais.

O estado de Maharashtra, que abriga o centro financeiro Mumbai e contribui com cerca de 15% da produção nacional, suspendeu todos os serviços não essenciais a partir das 20h de segunda-feira (5/4). O estado, que já foi exemplo de controle da pandemia, é o epicentro deste novo surto. A maioria dos especialistas atribui o ressurgimento de infecções a moradores que desrespeitaram as regras de saúde e segurança após a reabertura; autoridades da Saúde não tem números suficientes para dizer se há ligação entre a nova cepa infecciosa do coronavírus e o aumento do número de casos. Mas já se sabe que há alta incidência da variante do Reino Unido no país.

O que se sabe sobre a nova cepa que recebeu o apelido de “duplo mutante”? O sequenciamento genômico dessa variante identificou duas mutações importantes – daí o nome – na proteína que o vírus usa para fazer contato com as células humanas. Ambas facilitam o contato e aumentam a capacidade do vírus de se ligar às células hospedeiras. É preciso sequenciar mais.

Além da nova cepa e da nova onda, as autoridades estão sendo pressionadas para acelerar a vacinação dos muitos trabalhadores das regiões mais densamente povoadas. Essa intensificação de vacinação doméstica terá reflexos na imunização em todo o mundo, que depende das vacinas fabricadas no país de Gandhi. A Índia é um elo crucial na cadeia de fornecimento de vacinas.

4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL – 1ª CÚPULA DE GOVERNANÇA GLOBAL DE TECNOLOGIA⁵⁴ - COMO EVITAR DESIGUALDADES?

A pandemia da Covid-19 mostrou a capacidade de uso das novas tecnologias para rastreamento e controle de casos, nos serviços médicos, de pagamentos, no comércio on-line, entre outros. Os esforços para se recuperar da COVID-19 desencadearam um influxo de inovações no trabalho, colaboração, distribuição e prestação de serviços - e mudaram muitos comportamentos. A Inteligência Artificial (IA) e a análise de dados ajudaram **Taiwan e China**, a prever o risco de infecção. A China usou drones e robôs para minimizar o contato humano. Os

⁵⁴ http://www3.weforum.org/docs/WEF_%20Global%20Technology_Governance_Summit_Overview_2021.pdf

Emirados Árabes Unidos estão usando *blockchain*⁵⁵ para fornecer serviços digitais contínuos aos seus cidadãos, e os Estados Unidos estão usando veículos autônomos para entregar amostras de teste aos laboratórios de processamento.

Ficou claro que, embora essas tecnologias possam ajudar a gerar enormes avanços sociais e valor econômico, também podem ser mal utilizadas. “Nossa capacidade de aproveitar e disseminar as novas tecnologias da Quarta Revolução Industrial (4IR) desempenhará um papel fundamental para garantir nossa recuperação da pandemia e evitar crises futuras. No entanto, se não for direcionado com um propósito, o 4IR tem o potencial de exacerbar a desigualdade”⁵⁶.

O Fórum Econômico Mundial de Davos, que aconteceu em final de janeiro, trouxe esse tema para o debate e foi além: convocou para este início de abril (6 e 7/04) a primeira Cúpula de Governança Global de Tecnologia⁵⁷. Acontecendo virtualmente, com hospedagem pelo Japão, a reunião discutiu a maneira como os governos e outras partes interessadas abordam a governança de tecnologias, que terão papel importante na forma como reconfiguraremos a sociedade, a economia e o ambiente de negócios. Para os debatedores, devemos tomar medidas proativas para garantir que a adoção da tecnologia não aumente o abuso de poder, preconceito, disparidades de riqueza, exclusão e perda de meios de subsistência. A cúpula foi precedida pelo [Relatório de Governança Global de Tecnologia 2021](#).

Economia digital na Ásia Pacífico

O Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB)⁵⁸, com sede em Manila, Filipinas, tem sido muito atuante desde o início da pandemia, não apenas com financiamentos para socorrer países, mas para ações contra a Covid-19. O surto pandêmico interrompeu os dois lados da oferta e da demanda de uma economia mundial interconectada. A Ásia e o Pacífico não ficaram imunes, pois os bloqueios e as restrições de viagens e comércio afetaram quase todos os aspectos da atividade econômica internacional da região. Através do seu Instituto (ABDI)⁵⁹ e do blog⁶⁰ do banco, vem discutindo ideias para a recuperação da economia, com participação de especialistas de várias áreas de empresas, *Think Tank* e universidades. Tecnologias digitais, tecnologias verdes e [desenvolvimento sustentável](#) estão no topo das discussões, publicações e fóruns organizados pelo ADB.

O [Asian Economic Integration Report 2021](#) examina como as economias regionais, individual ou coletivamente, respondem à crise, por exemplo, alavancando o rápido progresso

⁵⁵ O termo Blockchain surgiu do encontro do universo da tecnologia com o das finanças e ganhou a atenção do mundo há poucos anos. De forma resumida, blockchain é um sistema que permite rastrear o envio e recebimento de alguns tipos de informação pela internet. São pedaços de código gerados online que carregam informações conectadas – como blocos de dados que formam uma corrente – daí o nome. É esse sistema que permite o funcionamento e transação das chamadas criptomoedas, ou moedas digitais.

⁵⁶ <https://www.weforum.org/events/global-technology-governance-summit-2021/about>

⁵⁷ <https://www.weforum.org/events/global-technology-governance-summit-2021/programme>

⁵⁸ Com 68 membros — dos quais 49 são da Ásia (Sudeste, Central, Pacífico) e do Oriente Médio, é uma instituição financeira que visa uma Ásia próspera, inclusiva, resiliente e sustentável e o Pacífico, enquanto sustenta seus esforços para erradicar a pobreza extrema. Auxilia seus membros e parceiros fornecendo empréstimos, assistência técnica, subvenções e investimentos em ações para promover o desenvolvimento social e econômico [Who We Are | Asian Development Bank \(adb.org\)](#)

⁵⁹ [ADB Institute \(ABDI\) | Asian Development Bank](#)

⁶⁰ [Homepage | Asian Development Blog \(adb.org\)](#) - O *Asian Development Blog* é um fórum para comentários e insights de alta qualidade da equipe da ADB e outros especialistas em desenvolvimento sobre questões e desafios enfrentados pela Ásia e pelo Pacífico

tecnológico e a digitalização, bem como aumentando o comércio de serviços para se reconectar e se recuperar. O capítulo temático enfoca as **plataformas digitais** e como elas podem acelerar a transformação digital em toda a região.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS – Tipping point

A década 2020 – 2030 está sendo considerada a década da ação para reverter as mudanças climáticas. É chegado o momento crítico do “ponto sem retorno” ou “*tipping point*”.

É também a “Década dos Oceanos”. O oceano tem um grande impacto no clima global e ancora a economia e a segurança alimentar em todo o mundo. O Dia Mundial da Meteorologia, celebrado em 23 de março, foi dedicado ao tema “**O oceano, nosso clima e tempo**” para destacar o início da **Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável**, que visa garantir que a ciência dos oceanos apoie ações nacionais e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Em mensagem sobre a data, o secretário-geral da ONU, António Guterres⁶¹, destacou a relação entre o ar e o mar que teve o equilíbrio perturbado pela mudança climática. As mudanças prejudicam os ecossistemas marinhos, reduzindo a capacidade do oceano de sustentar as centenas de milhões de pessoas que dependem dele. Assim como colocam em risco cidades costeiras e nações insulares, ameaçadas pelo aumento do nível do mar, por conta do acelerado derretimento das geleiras e calotas polares.

A pandemia da Covid-19 e o aumento dos desastres climáticos dispararam o alerta da urgência. O tema tem sido discutido em múltiplos fóruns e aparece em programas de recuperação e financiamento para pós-pandemia. Foi tema no Fórum Econômico Mundial⁶².

E vários encontros estão sendo organizados como preparação para cúpula do clima da Organização das Nações Unidas (ONU), COP 26, em Glasgow, Reino Unido, prevista para novembro. A mais importante – ou pelo menos a mais esperada - acontecerá este mês, em 22 de abril, Dia da Terra, organizada pelos Estados Unidos: a Cúpula Global do Clima. O evento reunirá 40 convidados – entre eles estão os 17 países responsáveis por 80% das emissões globais e do PIB global - num encontro virtual de dois dias, com transmissão ao vivo, e deve marcar o retorno dos Estados Unidos à linha de frente da luta contra a crise climática. O governo americano deve anunciar sua meta ambiciosa para reduzir as emissões durante a Cúpula. A China prometeu se tornar neutra em carbono até 2060.

Em preparação para a cúpula, o Encarregado Especial para Clima dos EUA, John Kerry, viajou para os Emirados Árabes, Índia e Bangladesh para fortalecer o diálogo para redução da dependência do carvão e retardamento do aquecimento global. Os líderes dos três países estão entre os convidados da Cúpula da Terra que, além de China e Rússia, também inclui Canadá e México, aliados na Europa e na Ásia, além de Israel, Arábia Saudita, Nigéria e África do Sul.

Em Abu Dhabi a conversa envolveu projetos para o Oriente Médio e o norte da África. Os dois países divulgaram a declaração conjunta, na qual falam em cooperar “estritamente para fazer novos investimentos no financiamento da descarbonização na região do Oriente Médio e do Norte da África (MENA) e na comunidade internacional em geral e ajudar os mais

⁶¹ <https://news.un.org/pt/story/2021/03/1745262>

⁶² [How to Save the Planet > The Davos Agenda | World Economic Forum \(weforum.org\)](#)

vulneráveis a se adaptarem aos efeitos inevitáveis das mudanças climáticas⁶³. Movimento que se soma a outras iniciativas regionais, como a iniciativa *Green Middle East*⁶⁴ da Arábia Saudita.

A COP 26 será precedida pela COP 15 - A 15ª Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica – que será realizada na China, prevista para segunda quinzena de maio, e tem como objetivo estabelecer novas metas globais para a conservação da biodiversidade. O novo acordo de metas deve substituir as 20 Metas de Aichi⁶⁵, estabelecidas em 2010, por quase 200 países, durante a COP 10, em Aichi, província de Nagoya, no Japão, cujo prazo de validade expirou em 2020. Organizadas em cinco objetivos estratégicos, nenhuma meta foi cumprida – apenas 6 foram cumpridas parcialmente, segundo relatório da ONU⁶⁶.

Mudanças Climáticas – Ásia Pacífico e economia verde

A pandemia COVID-19 foi um alerta para reforçar que estamos todos interligados: humanos, animais e natureza. A preservação da natureza e da biodiversidade emergiu como um caminho crítico na transição para o crescimento da economia de forma mais resiliente e sustentável. A Ásia-Pacífico está no centro dessa batalha pelas mudanças climáticas, não apenas em termos de impactos, mas também por trazer soluções para preservar a biodiversidade e enfrentar as mudanças climáticas.

Os países da Ásia Pacífico são altamente dependentes de recursos naturais, como água, pesca, florestas, terras cultiváveis e solos saudáveis, para sustentar seu desenvolvimento socioeconômico. O emprego e a geração de receita do capital natural também são significativos, apoiando milhões de empregos e meios de subsistência. A região corre um risco extremo de anular seus ganhos de desenvolvimento econômico e social devido a desastres naturais e mudanças climáticas ininterruptas e já vinha discutindo o assunto já há alguns anos.⁶⁷

As lideranças sabem que para lidar com as mudanças climáticas é preciso ampla ação política, de finanças, de conhecimento, de tecnologia e, principalmente, de colaboração. A **ASEAN** e o **Banco Asiático de Desenvolvimento** vêm promovendo discussões e articulando iniciativas e parcerias, por exemplo, como o Fundo Nórdico para o Desenvolvimento e o Fundo Verde para o Clima. O acesso às finanças climáticas é fundamental para colocar ações ambiciosas no centro de desenvolvimento e recuperação verde e resiliente

Especial Singapura – Plano Verde 2030

Com metas ambiciosas, mas concretas, Singapura⁶⁸ divulgou o Plano Verde 2030 para avançar na para avançar na agenda nacional sobre o desenvolvimento sustentável. O plano, liderado pelo Ministério da Educação (MOE), Ministério do Desenvolvimento Nacional (MND), Ministério da Sustentabilidade e Meio Ambiente (MSE), Ministério do Comércio e Indústria (MTI) e Ministério dos Transportes (MOT), traça as metas verdes de Singapura para os próximos

⁶³ <https://www.state.gov/joint-statement-the-united-states-and-the-united-arab-emirates-working-together-on-climate-challenge/>

⁶⁴ <https://www.arabnews.com/node/1832861/saudi-arabia>

⁶⁵ https://pt.wikipedia.org/wiki/Metas_de_Aichi

⁶⁶ <https://www.cbd.int/gbo5>

⁶⁷ <https://www.adb.org/documents/climate-change-operational-framework-2017-2030>

⁶⁸ Singapura é um dos Quatro Tigres Asiáticos (Hong Kong, Coreia do Sul e Taiwan); é membro fundador da ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático; abriga a secretaria da APEC (Cooperação Econômica Ásia Pacífico); é membro da [Cúpula do Leste Asiático](#) e do [Movimento dos Países Não Alinhados](#).

10 anos. Envolve incentivos fiscais, investimentos em soluções sustentáveis e tecnologias verdes e mudança de mentalidade através da educação.

Desde o início da pandemia, esse país insular – na verdade uma cidade-estado – optou por encarar as fragilidades e a ausência (gaps) de políticas públicas reveladas pela COVID-19, principalmente no que se refere às centenas trabalhadores migrantes que, abrigados em grandes dormitórios coletivos, foram a parte da população mais atingida pelo SARS-Cov-2. Singapura optou pela mão de obra barata dos trabalhadores migrantes (a maioria informal) para o seu crescimento econômico e deixou à cargo dos empregadores os cuidados (que se revelou ausência) de bem-estar social desses trabalhadores. O país se deparou também com a falta de capacitação de seus cidadãos singapurenses para substituir a mão-de-obra estrangeira; com a interdependência econômica; com as consequências do agravamento das mudanças climáticas e a necessidade de uma Singapura mais sustentável.

O Primeiro Ministro, Lee Hsien Loong, foi reeleito mais uma vez no ano passado, em plena pandemia. Loong é PM desde 2004 e tem valorizado as ações Inter gerenciais e interministeriais.

O Plano Verde 2030⁶⁹ mapeia as metas verdes de Cingapura na próxima década e é fruto desse conjunto de reflexões que o país fez no último ano.



⁶⁹ [Climate Change - CNA \(channelnewsasia.com\)](https://www.channelnewsasia.com/climate-change)



54ª Reunião Anual do ADB com foco na colaboração para uma recuperação resiliente e verde

O Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) realizará sua [54ª Reunião Anual](#) da Assembleia de Governadores em formato virtual de 3 a 5 de maio de 2021, com foco no aprofundamento da colaboração para uma recuperação resiliente e verde da pandemia da doença coronavírus (COVID-19).

“A pandemia teve um impacto significativo na vida das pessoas em todo o mundo e em nossa região. Trabalhamos em estreita colaboração com nossos membros em desenvolvimento para apoiar sua resposta ao COVID-19. À medida que o foco muda para a complexa tarefa de moldar a recuperação da região, a Reunião Anual vai oferecer diferentes abordagens para equilibrar os esforços de resposta, incluindo o acesso à vacina e o apoio para uma recuperação ecológica, resiliente e inclusiva”, disse o secretário do ADB, Muhammad Ehsan Khan.

A programação conta com a participação de líderes do governo, indústria, acadêmicos e outros especialistas que irão explorar uma variedade de tópicos, incluindo moldar a reinicialização econômica da Ásia; cooperação regional para um futuro resiliente; o caminho para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 26); capital de risco e recuperação; uma recuperação focada na mulher para um futuro mais inclusivo. A agenda também inclui um conjunto de sessões com organizações da sociedade civil.

MYANMAR – Mortes de crianças

ONGs internacionais como *Save the Children* e *Human Rights Watch (HRW)* denunciaram a morte de 47 crianças e os "desaparecimentos forçados" de centenas de pessoas, principalmente de jovens, na repressão às manifestações contra o golpe de Estado. O Tatmadaw, como é conhecido localmente, invade as casas em busca de opositores e levam presos quem não quer dar informações sobre os manifestantes – muitos deles são levados sem direitos a informações. Já são mais de 3.500 pessoas presas ou desaparecidas. Os números aumentam diariamente.



O jornal Asean Today transmitido em 31 de março mostrou imagens dos protestos contra o golpe militar que aconteceu em 1º de fevereiro.

O ASEAN Today é uma produção conjunta do Secretariado da ASEAN e o *The Indonesia Channel* e vai ao ar uma vez por mês. Alguns materiais são fornecidos por emissoras dos países membros

Algumas imagens dos protestos podem ser vistas no canal do Youtube <https://www.youtube.com/watch?v=9YP2shNGxwo>

O Conselho de Segurança da ONU manifestou em uma declaração unânime na qual condenou veementemente a morte de mais de 570 civis, incluindo mulheres e crianças, em Mianmar, nos últimos dois meses.⁷⁰ O Reino Unido impôs novas sanções contra os interesses financeiros da Junta, especificamente contra o conglomerado Myanmar Economic Corporation (MEC). Mas, até o momento, nem as sanções nem as condenações afetaram a determinação da junta militar, que continua sua repressão brutal contra os manifestantes anti-golpe, que inclui ataques aéreos.



Índia e Tailândia evitaram criticar os generais e tiveram que se opor às manifestações com acusações de que estão ignorando a situação do povo de Myanmar. Em paralelo, esses dois vizinhos se preparam para impedir um grande fluxo de refugiados ao longo das

fronteiras que compartilham com o país birmanês, por conta dessa violência e pelo temor de mais uma guerra civil.

Myanmar é um país com mais de 100 etnias diferentes e já houve muita disputa violenta - como a expulsão da etnia minoritária islâmica Rohingya, já amplamente descrita nesses informes - no entanto, agora, todos parecem ter um único inimigo em comum: os militares Tatmadaw que tomaram o poder. Algumas etnias formaram grupos armados contra o golpe.

Tais ações têm contribuído para os apelos por um "exército federal" que reuniria grupos étnicos armados de todo o país. Mas analistas dizem que tal visão seria difícil de alcançar devido

⁷⁰ <https://www.rfi.fr/br/mundo/20210402-ongs-internacionais-condenam-viol%C3%A2ncia-contra-ciran%C3%A7as-em-mianmar>

a desafios logísticos – dificilmente agiriam longe de suas próprias regiões - e desacordos políticos entre os grupos. Mas, apesar da incerteza do que está por vir, alguns ativistas minoritários se dizem animados com essa perspectiva - e se pode haver algo de bom na situação é isso: o aumento do foco no papel que os grupos étnicos podem assumir no futuro de Myanmar. Parece haver uma maior compreensão - pelo menos entre os manifestantes anti-golpe - da luta que as minorias enfrentam há tanto tempo.

Em sua maioria, o movimento de oposição incluiu marchas de rua, uma campanha de desobediência civil de greves e atos peculiares de rebelião organizados nas redes sociais

Cúpula da ASEAN para discutir crise em Myanmar

O presidente da ASEAN, Brunei, apoiou a realização de uma reunião de líderes regionais para discutir os desenvolvimentos em Myanmar. A Indonésia tem liderado esforços de membros da ASEAN, da qual Myanmar é membro, para encorajar uma solução negociada, apesar de uma política de longa data de não comentar os problemas internos uns dos outros a organização opera por consenso.

As opiniões divergentes de seus 10 membros sobre como responder ao uso da força letal pelo exército contra civis e a política de não interferência do grupo limitou sua capacidade de agir. Malásia, Indonésia, Filipinas e Singapura expressaram alarme sobre a violência e apoiam uma reunião urgente de alto nível. A Asean e a ONU certamente tentarão ajudar de forma construtiva e não-interferência, mas de uma forma que permita que o diálogo ocorra.

CENÁRIO DA COVID-19 e os efeitos diretos e indiretos da pandemia no Sul da Ásia

Cortes drásticos na disponibilidade e uso de serviços essenciais de saúde pública em todo o Sul da Ásia devido ao COVID-19 podem ter contribuído para cerca de 228.000 mortes infantis adicionais em 2020, de acordo com o recente [Relatório](#)⁷¹ da Organização das Nações Unidas/UNICEF. Cerca de 11.000 mortes maternas adicionais também são esperadas⁷². Clínicas e outras unidades de saúde foram fechadas e muitos programas vitais de saúde e nutrição interrompidos enquanto a região lutava para conter os casos de COVID-19, que chegavam a 11 milhões no final de 2020.

O relatório, encomendado pela UNICEF e apoiado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), cita exemplos de interrupções de serviço mais graves. Eles incluem uma queda de 80 por cento no número de crianças tratadas para desnutrição aguda grave (SAM) no Nepal e em Bangladesh, e uma queda acentuada nas imunizações infantis no Paquistão e na Índia. “A queda desses serviços essenciais teve um impacto devastador na saúde e nutrição das famílias mais pobres”, disse o Diretor Regional do UNICEF para o Sul da Ásia, George Laryea-Adjei.

O relatório apela para que os serviços de saúde essenciais para mulheres grávidas, adolescentes e crianças sejam a prioridade máxima. O fortalecimento das cadeias de abastecimento para a entrega de vacinas e outros medicamentos infantis essenciais também é vital.

⁷¹ <https://www.unicef.org/rosa/reports/direct-and-indirect-effects-covid-19-pandemic-and-response-south-asia>

⁷² <https://www.who.int/southeastasia/news/detail/17-03-2021-disruptions-in-health-services-due-to-covid-19-may-have-contributed-to-an-additional-239-000-child-and-maternal-deaths-in-south-asia---un-report>

Cerca de 420 milhões de crianças no sul da Ásia permanecem fora da escola devido às medidas de controle da pandemia. O relatório alerta que 4,5 milhões de meninas provavelmente nunca mais voltarão à escola e correm um risco especial devido à deterioração do acesso à saúde sexual e reprodutiva e aos serviços de informação. E aumenta o risco do retorno do casamento infantil e de gestações indesejadas.

Concentrando-se nos seis países mais populosos do Sul da Ásia (Afeganistão, Bangladesh, Nepal, Índia, Paquistão e Sri Lanka), o relatório observa que os níveis crescentes de desemprego, pobreza e insegurança alimentar causados pela pandemia prejudicaram ainda mais a saúde pública. O relatório pede programas de transferência de renda para as famílias mais pobres.

Desigualdade e desilusão: um passo para a radicalização

A pandemia exacerbou problemas estruturais das desigualdades e da pobreza. Também exacerbou as manifestações dos grupos de ódio e abriu espaço para grupos extremistas capitalizarem a pandemia para ampliar seu poder, explorando o medo, o ódio e a divisão.

Os recentes ataques na Indonésia, Malásia e Moçambique por militantes ligados aos grupos extremistas do ISIS (Estado Islâmico) e Al Qaeda ultrapassam a dimensão religiosa e revelam uma parcela da população jovem indignada com a desigualdade⁷³.

Esse assunto será mais aprofundado no próximo informe. Enquanto isso, na página 60 do [Informe 33 dos Cadernos CRIS-Fiocruz](#), Panorama da Resposta à COVID-19 pela Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio - Abril/Dezembro- 2020, o leitor poderá adiantar algumas informações.

Diplomacia da vacina – certificado de vacinação

Com as campanhas de vacinação COVID-19 acontecendo em todo o mundo, a ideia de passaportes ou certificados de vacinas tornou-se uma solução muito debatida para reabrir com segurança as fronteiras internacionais para viagens e impulsionar setores turísticos que sofreram imensamente sob bloqueios de coronavírus.

Os países da região do sul da Ásia e do Pacífico precisam da economia do turismo voltado para a natureza. No Oriente Médio, é o turismo religioso.

A ideia de um certificado de vacina tem causado polêmica em alguns países, mas para países tropicais como o Brasil, a Carteira de Vacinação Internacional já faz parte dos documentos de viagem: ninguém embarca para a Colômbia, por exemplo, sem o certificado internacional com a comprovação da vacina contra febre amarela.

No mês passado, a China lançou um programa de certificado de saúde para cidadãos chineses que viajam internacionalmente.

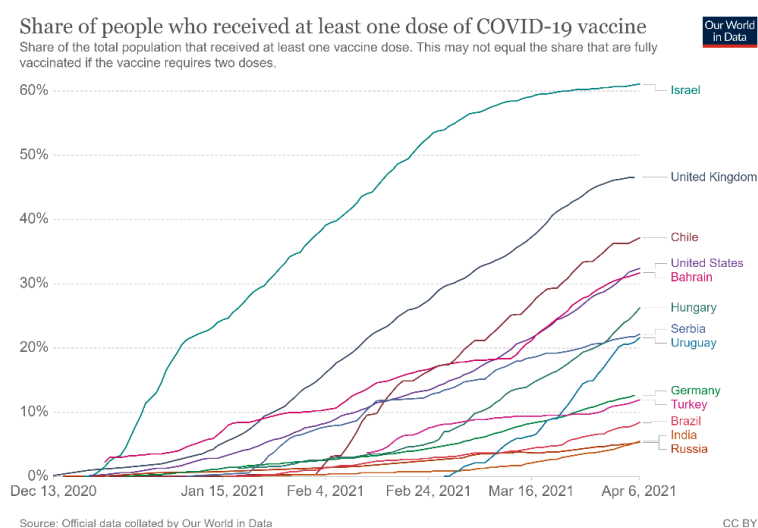
Arábia Saudita permitirá apenas peregrinos 'imunizados' para Meca. Autoridades sauditas disseram na segunda-feira que apenas as pessoas imunizadas contra o COVID-19 poderão realizar a peregrinação de Umrah durante todo o ano, a partir do mês sagrado do Ramadã, bem como orações na Grande Mesquita na cidade sagrada de Meca.

⁷³ <https://www.straitstimes.com/asia/my-isis-fighter-brothers-death-turned-me-into-an-advocate-against-terror>

Vacinação – população invisível: migrantes ilegais, refugiados, apátridas, deslocados

“Ninguém disse que era fácil. Ninguém nunca disse que seria tão difícil”.⁷⁴ As campanhas de vacinação estão em andamento, mas o avanço segue em um ritmo desesperador. Como em outras regiões do mundo, a Ásia está enfrentando inúmeros desafios no caminho oneroso para a imunidade Covid-19.

E começamos a nos deparar com uma questão importante que deverá ser levada em conta: além de ser a região mais populosa da Terra, a Ásia é também a região onde vivem milhares de refugiados e de migrantes sem documentos. Essas pessoas também precisarão ser vacinadas. Os governos precisarão estar atentos e garantir que os migrantes irregulares tenham acesso à vacina e que não sejam presos ao se apresentarem para vacinação. Essa situação acontece também no Oriente Médio, com muitos trabalhadores migrantes e muitos refugiados e deslocados pelos conflitos.



Fonte: [Coronavirus \(COVID-19\) Vaccinations - Statistics and Research - Our World in Data](https://ourworldindata.org/covid-vaccinations), dados de 06 de abril – os dados são atualizados diariamente <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

País	20/02/2021	05/03/21 (óbitos)	22/03 (óbitos)	06/04 (óbitos)
Afganistão	55.557 (2.430)	55.827 (2.449)	56.153 (2.464)	56.779 (2.512)
Arábia Saudita	374.366 (6.454)	379.092 (6.519)	385.424 (6.613)	393.377 (6.704)
Austrália	28.918 (909)	29.020 (909)	29.206 (909)	29.365 (909)
Bangladesh	542.674 (8.337)	549.184 (8.441)	573.687 (8.720)	651.652 (9.384)
Brunei (ASEAN)		188 (3)	206 (3)	214 (3)
Camboja (ASEAN)		932 (0)	932 (0)	2.824 (22)

⁷⁴ [Vaccinating Asia: Grappling with myriad challenges on path towards Covid-19 immunity, SE Asia News & Top Stories - The Straits Times](https://www.straitstimes.com/asia/asia-news/vaccinating-asia-grappling-with-myriad-challenges-on-path-towards-covid-19-immunity)

China	100.697 (4.833)	101.066 (4.837)	101.551 (4.839)	101.908 (4.841)
Coreia do Sul	86.128 (1.550)	91.638 (1.627)	99.075 (1.697)	106.230 (1.752)
Emirados Árabes	365.017 (1.093)	405.277 (1.296)	442.226 (1.445)	474.136 (1.516)
Filipinas (ASEAN)	557.058 (11.829)	587.704 (12.423)	671.792 (12.972)	812.760 (13.817)
Hong Kong	10.833 (197)	11.066 (201)	11.397 (203)	11.531 (205)
Índia	10.963.394 (156.111)	11.173.761 (157.548)	11.646.081 (159.976)	12.686.049 (165.547)
Indonésia (ASEAN)	1.263.299 (34.152)	1.368.069 (37.026)	1.465.928 (39.711)	1.542.516 (41.977)
Irã	1.558.159 (59.341)	1.673.470 (60.512)	1.808.422 (61.877)	1.963.394 (63.506)
Iraque	661.477 (13.232)	719.121 (13.537)	798.547 (14.036)	887.291 (14.535)
Israel	744.513 (5.526)	796.465 (5.834)	828.672 (6.102)	834.920 (6.257)
Japão	422.718 (7.360)	437.222 (8.190)	457.069 (8.855)	489.407 (9.251)
Jordânia	357.611 (4.528)	417.934 (4.862)	544.724 (5.985)	645.449 (7.383)
Kazaquistão	254.712 (3.145)	265.929 (3.175)	283.027 (3.202)	307.676 (3.249)
Kuwait	182.460 (1.034)	198.110 (1.113)	220.455 (1.233)	239.952 (1.373)
Laos (ASEAN)		47 (0)	49 (0)	49 (0)
Líbano	348.810 (4.257)	390.070 (4.971)	441.014 (5.808)	482.798 (6.479)
Malásia (ASEAN)	277.811 (1.043)	310.097 (1.159)	334.156 (1.238)	353.324 (3.036)
Myanmar (ASEAN)		142.000 (3.200)	142.246 (3.204)	142.530 (3.206)
Nepal	273.263 (2.061)	274.488 (3.010)	276.056 (3.019)	278.470 (3.036)
Nova Zelândia	2.348 (26)	2.389 (26)	2.462 (26)	2.524 (26)
Omã	138.494 (1.548)	142.896 (1.583)	151.528 (1.629)	165.480 (1.728)

Palestina e Faixa de Gaza	171.154 (1.956)	193.092 (2.110)	225.976 (2.458)	256.461 (2.735)
Paquistão	568.506 (12.527)	587.014 (13.128)	630.471 (13.863)	696.184 (14.924)
Qatar	159.518 (256)	166.015 (261)	174.228 (274)	185.261 (312)
Rússia	4.092.649 (81.048)	4.252.876 (86.821)	4.416.226 (93.812)	4.546.307 (99.431)
Singapura (ASEAN)	59.846 (29)	60.007 (29)	60.208 (30)	60.519 (30)
Síria	15.045 (990)	15.815 (1.050)	17.411 (1.163)	19.526 (1.323)
Tailândia (ASEAN)	25.241 (83)	26.241 (85)	27.594 (90)	29.571 (95)
Taiwan	941 (9)	960 (9)	1.006 (10)	1.050 (10)
Turquia	2.624.019 (27.903)	2.757.460 (28.901)	3.035.338 (30.178)	3.579.185 (32.667)
Vietnam (ASEAN)	2.362 (35)	2.494 (35)	2.575 (35)	2.648 (35)
Yémen	2.154 (618)	2.411 (648)	3.516 (771)	4.975 (976)

Obs. 1.: Foram incluídos todos os países que compõem a ASEAN. Obs. 2: As regiões somam juntas mais de 65 países, mas, para análise, o recorte foca os países com maior número de casos ou com melhores resultados de ações tomadas pelas autoridades nacionais.

Resposta dos EUA à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

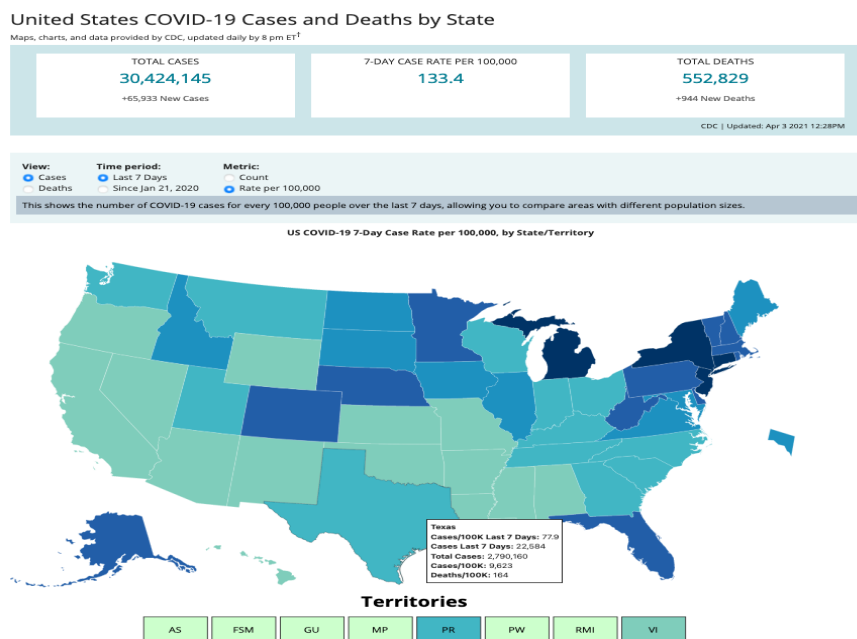
O presidente Biden depois de ter voltado ao Acordo de Paris no seu primeiro dia de governo, convocou uma cimeira de líderes para enfrentar a crise climática. A "Cimeira dos Líderes sobre o Clima" deve enfatizar a urgência da crise climática e os benefícios econômicos de uma ação climática mais enérgica. Será um marco fundamental e deve dar o tom da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26) em novembro, em Glasgow.

Um dos objetivos da Cúpula de Líderes será catalisar esforços que mantenham a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C. Também se espera que a cúpula toque em temas como a criação de empregos bem remunerados e tecnologias inovadoras que ajudem aos países vulnerabilizados a se adaptarem aos impactos climáticos.

Até a data do evento os EUA anunciarão uma meta ambiciosa de corte de emissões para 2030 como sua nova contribuição ao Acordo de Paris. Também o evento contará com a reunião do Fórum das Principais Economias sobre Energia e Clima, liderado pelos EUA e que conta com 17 países responsáveis por aproximadamente 80% das emissões globais e do PIB global. Além dos líderes deve participar um pequeno número de líderes empresariais e da sociedade civil.

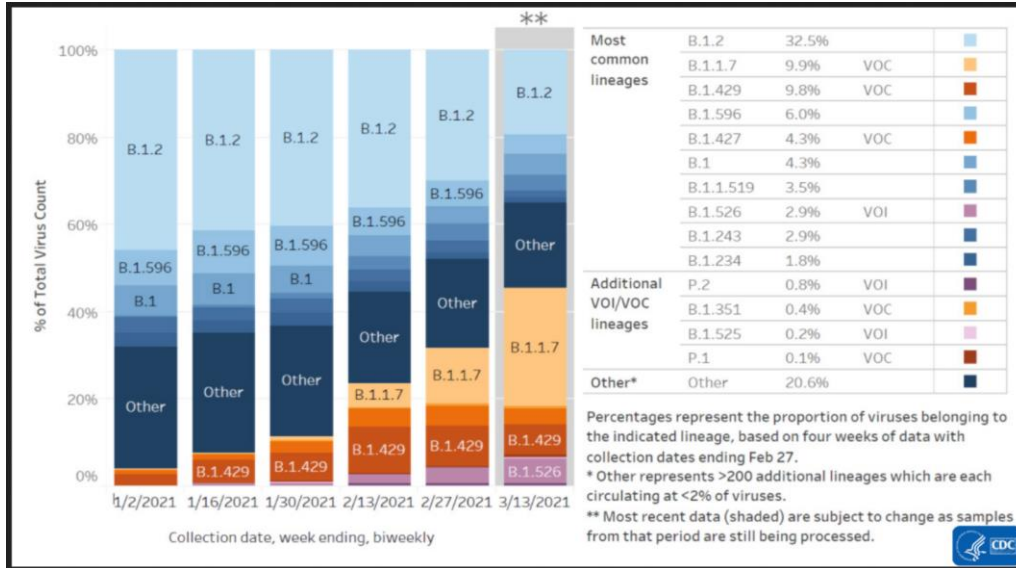
Além do presidente do Brasil, foram convidados os governantes da África do Sul, Alemanha, Antígua e Barbuda, Argentina, Austrália, Bangladesh, Butão, Canadá, Cingapura, Chile, Federação Russa, Colômbia, Dinamarca, Emirados Árabes Unidos, Espanha, França, Gabão, Índia, Indonésia, Israel, Itália, Jamaica, Japão, México, Nova Zelândia, Nigéria, Noruega, Polónia, Quênia, República das Ilhas Marshall Reino da Arábia Saudita ,Reino Unido, República da Coreia, República Democrática do Congo, República Popular da China, Turquia, Vietnã. Comissão Europeia e Conselho Europeu.

A situação epidemiológica da COVID-19 continua a apresentar uma tendência a melhora apesar de algumas variações em alguns estados. Os esforços de vacinação estão sendo intensificados como pode ser observado na figura abaixo.



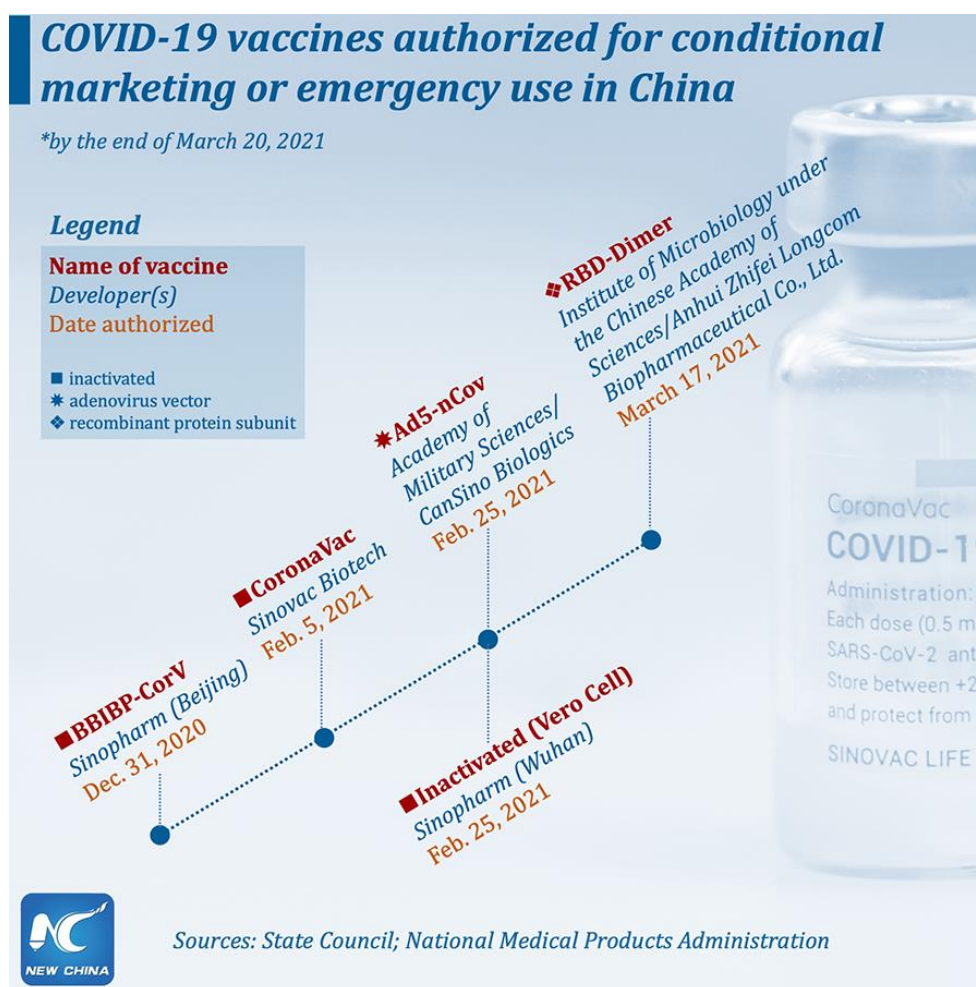
Assim como o resto do mundo existe grande preocupação com as variantes em circulação e um acompanhamento detalhado vem sendo feito, como pode ser observado no quadro abaixo. Existe uma intensificação da vigilância genômica e uma constante revisão dos protocolos de viagem e volta às atividades escolares e de trabalho

Variantes SARS-CoV-2 circulando nos Estados Unidos



Vacinas chinesas, doses dentro e fora do país

A China continua caminhando com uma relativa paridade entre distribuição internacional e nacional de vacinas, mas, com a aceleração da vacinação nacional, a expectativa é que o número de doses internas se torne, em um momento próximo, bem maior do que das doses internacionais.



Terceira linha de produção da Coronovac é montada. País deve atingir capacidade estimada total em 2 bilhões de doses por ano. Mais de 200 milhões foram entregues e 100 milhões administradas fora da china. ⁱ Em fevereiro, a produção total de vacinas chinesas era de 1,5 milhões de doses e em fins de março chegou a 5 milhões. As vacinas são exportadas para 43 países e foram doadas a 69 paísesⁱⁱ.

A vacinação nacional, que começou orientada para pessoas entre 18 e 60 anos foi expandida para incluir maiores de 60 em algumas regiões do país. Representante da Comissão Nacional de Saúde afirmou que a vacinação nacional dos maiores de 60 começa após mais dados comprovarem sua eficácia para a faixa etária.^{iiiiv}

Medicina Tradicional Chinesa

A China planeja dobrar os investimentos em Medicina Tradicional Chinesa durante o período do próximo plano quinquenal (2021-2025). Foram ¥ 30 bilhões investidos nos últimos cinco anos.^v

Brasil-China

O Presidente da Câmara de Deputados do Brasil, Arthur Lira, conversou com seu homólogo chinês Li Zhanshu, presidente do Congresso Nacional do Povo. Os dois afirmaram votos de cooperação longa entre os dois países.^{viii} Ernesto Araújo foi substituído por Carlos Alberto Franco França como ministro das relações exteriores do Brasil. Ernesto chamou o coronavírus de “comunavírus” e desqualificou tanto a resposta sanitária chinesa no início da pandemia quanto dificultou o surgimento de uma no Brasil. França afirmou que o Brasil fará uma “verdadeira diplomacia da saúde”, “sem preferências desta ou daquela natureza”.^{viii}

Xinjiang

Com o avanço da agenda externa do governo Biden, sai a pauta comercial e entra a dos direitos humanos, sendo Xinjiang um dos principais nomes da disputa. Lá é produzido boa parte de todo o algodão mundial (80% do Chinês, que é a segunda maior produtora, atrás da Índia e na frente dos EUA). Uma campanha da Casa Branca, com alguns outros países aliados, decidiu classificar as ações nesta Região Autônoma, que faz fronteira com o Afeganistão, como “genocídio” e abriu possibilidade de sanções. Algumas marcas, como a sueca H&M, que aderiram à linguagem da Casa Branca e anunciaram restrições ao algodão de Xinjiang, estão enfrentando boicotes.

Sobre as atividades no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU e Movimentos Sociais que atuam no âmbito da Saúde Global

Armando De Negri Filho

Elementos incluídos nesta nota, em torno aos trabalhos do Conselho de Direitos Humanos e Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU e alguns movimentos sociais e ONGs referentes à saúde global:

1. Um breve olhar sobre os Procedimentos Especiais do Alto Comissariado dos Direitos Humanos frente à Pandemia da COVID-19.
2. Contribuições do Relator Especial sobre a Extrema Pobreza e os Direitos Humanos Olivier De Schutter, “ Olhando para trás para olhar para frente: Uma aproximação `a proteção social baseada nos direitos humanos na recuperação econômica Pos-COVID19”, 11 de setembro de 2020.
3. Informe do Secretário Geral Guterres apresentado na abertura da 46ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, 22.02.21.
4. Declaração conjunta do Diretor Geral da OMS e 27 Chefes de Estado em favor de um Tratado para o enfrentamento das Pandemias.
5. Documento CEPAL / ILPES sobre Participação Cidadã nos Assuntos Públicos, relevante no marco dos ODS e dos processos em torno ao Trans e Pós – Pandêmico. 2021.
6. Documento da ONG Human Rights Watch sobre as várias dimensões e implicações dos Direitos Humanos no enfrentamento da Pandemia por COVID-19. 31.03.21
7. Artigo publicado pelo South Center – Think Tank criado e mantido pelo Movimento de Países Não-Alinhados, versando sobre a possibilidade de descolonizar o Mundo Digital em favor de superar as desigualdades no âmbito tecnológico, ainda mais evidenciadas no contexto Pandêmico atual. *SouthViews No. 215, 6 April 2021*

1. **Um breve olhar sobre os Procedimentos Especiais do Alto Comissariado dos Direitos Humanos frente à Pandemia da COVID19**

[ACNUDH | Procedimientos Especiales \(ohchr.org\)](https://www.ohchr.org/pt-br/doc/2020/09/24-acnuhd-procedimientos-especiales)

[OHCHR | COVID-19 and Special Procedures](https://www.ohchr.org/pt-br/doc/2020/09/24-ohchr-covid-19-and-special-procedures)

Os procedimentos especiais, que incluem os relatores e relatoras especiais e independentes e os grupos de especialistas, tomaram várias iniciativas que estressaram a importância da adoção do enfoque dos direitos humanos para enfrentar a Pandemia da COVID-19, particularmente aplicando os princípios de não-discriminação, participação, empoderamento e prestação de contas. Atenção especial foi dada às populações aos povos em situações de vulnerabilidade e foi expresso que os princípios universais dos direitos humanos devem prevalecer sobre a disseminação das *fake news*, preconceitos, discriminações, desigualdades e violências.

Uma Chamada Geral enfatizando que “ cada indivíduo tem o direito a intervenções que salvem e protejam suas vidas” foi iniciada pelo Relator Especial do Direito à Saúde e foi construída por mais de 60 indivíduos possuidores de mandatos nos Procedimentos Especiais. Eles destacaram que para enfrentar a COVID-19 não bastam somente as medidas emergenciais e de saúde pública, todos os demais direitos humanos precisam ser considerados.

Até 22 de janeiro de 2021 os portadores de mandatos nos Procedimentos Especiais foram produzidos 136 *press releases*, 14 guias e outros instrumentos e 14 informes oficiais e 1 informe oficioso. Um pagina infográfica com o produzido pelos procedimentos especiais pode ser vista aqui: [SPs and COVID19 flyer.pdf \(ohchr.org\)](#)

Procedimentos Especiais examinaram alegações de preocupações ou violações de direitos humanos relacionados à COVID-19 ou de sobre medidas adotadas no contexto da Pandemia através do procedimento de comunicação e enviaram 287 cartas relativas às preocupações até a data de 22 de janeiro de 2021.

Em 30 de abril de 2020, a então Presidente do CDH Ms. Elisabeth Tichy-Fisslberger, chamou os Procedimentos Especiais de “Olhos e Ouvidos do Conselho de Direitos Humanos”, destacando a criatividade e inovação dos instrumentos e meios desenvolvidos por eles para assistir os Estados e outros atores nas suas respostas à crise.

Os portadores de mandato se dirigiram também ao Conselho de Direitos Humanos e à Assembleia geral da ONU com recomendações cobrindo uma grande diversidade de temas de direitos: saúde, habitação, pobreza, liberdade de expressão, racismo e discriminação, água, situação de pessoas idosas, violência doméstica, consequências do estado de exceção, medidas emergenciais, grupos específicos, comunidades e populações.

O conjunto do produzido pelos Procedimentos Especiais ilustra a complexidade e amplitude das ameaças e violações aos direitos no contexto da Pandemia.

- 2. Destacadas Contribuições do Relator Especial sobre a Extrema Pobreza e os Direitos Humanos Olivier De Schutter, “ Olhando para trás para olhar para frente: Uma aproximação à proteção social baseada nos direitos humanos na recuperação econômica Pos-COVID19”, 11 de setembro de 2020.**

Enlace: [Looking back to look ahead: A rights-based approach to social protection in the post-COVID-19 economic recovery \(ohchr.org\)](#)

[Microsoft Word - Executive summary ES.docx \(ohchr.org\)](#)

O Relator Especial Chamou a atenção para o fato do Mundo enfrentar a mais severa recessão econômica desde a Grande Depressão de 1929, de modo que a proteção social volta a ocupar um lugar destacado na agenda internacional, anos depois da adoção em 2012 da Recomendação número 202 da OIT sobre pisos de proteção social. Na medida em que os países se apressam em aprovar transferências econômicas, prestações por desemprego e apoios em dinheiro para seus cidadãos, o Relator Especial avaliou as respostas proporcionadas pelos governos, examina o estado geral dos serviços públicos e os direitos humanos antes da Pandemia e reflexiona sobre os desafios que estão ainda por vir. Neste informe, apresentado em resposta à Resolução 44/13 do Conselho de Direitos Humanos, o Relator Especial sustenta que o mundo se encontrava mal preparado para fazer frente aos impactos socioeconômicos desta Pandemia já que nunca se recuperou das medidas de austeridade impostas a raiz da crise financeira mundial de 2008-2011. O legado destas medidas de austeridade foram uns sistemas de saúde pública mal financiados, um trabalho no setor de cuidados infravalorizado e precário, uma diminuição generalizada e prolongada da participação da renda do trabalho no ingresso nacional bruto e altas taxas de desigualdade acompanhadas de uma diminuição média dos tipos legais do imposto sobre as empresas. Com os serviços públicos em situação limite, uma transferência monetária de caráter pontual não representa mais que uma nimiedade para as pessoas que vivem na pobreza, seja as que vivem nos países desenvolvidos, em vias de desenvolvimento ou naqueles menos desenvolvidos. Inadaptada, de curto prazo, reativa e insensível às realidades das pessoas em situação de pobreza, esta nova onda de esforços publicitários em matéria de proteção social deve estar sujeita ao exame público enquanto ao seu impacto nos direitos humanos. O informe identifica oito desafios que devem ser abordados para adequar a proteção social aos padrões de direitos humanos. No total, 208 jurisdições adotaram mais de 1.400 medidas de proteção social para amortecer o impacto. Ainda que seja em si mesmo um número notável, os beneficiários destas medidas frequentemente se enfrentam a uma corrida de obstáculos sistêmica para poder aceder a elas. Numerosos programas são somente medidas míopes de caráter temporário, as quais já estão sendo eliminadas gradualmente ou que só podem renovar-se mediante processos parlamentares de resultado incerto. Muitas medidas oferecem prestações que resultam manifestamente insuficientes para garantir um nível de vida adequado. Apesar de que alguns programas foram desenhados para cobrir aos trabalhadores do setor informal e com empregos precários (respectivamente, 1.600 milhões e 400 milhões em todo o mundo, os quais, de forma conjunta, representam o 61,2% da força laboral mundial), um número considerável de programas não presta atenção às realidades dos diferentes grupos que conformam esta categoria de trabalhadores”. Migrantes e povos indígenas são frequentemente ignorados. E muitos programas não contam com enfoque de gênero.

“Em síntese, apesar de que a reação foi admirável considerando o número de medidas adotadas, os Estados estavam desprevenidos para enfrentar esta situação. Agora é o momento de reconstruir. A comunidade internacional deve demonstrar que aprendeu com erros da crise financeira mundial de 2008-2011 para não terminar mais vulnerável que quando começou. O financiamento equitativo, um dos principais temas do Chamado para a Ação da Aliança Global para a Proteção Social Universal (USP2030), deve ocupar o centro da resposta dos Estados a esta crise para evitar que se repitam os erros do passado: isto resulta essencial para garantir a "universalidade da proteção, baseada na solidariedade social", conforme com o compromisso assumido na Recomendação número 202 sobre pisos de proteção social. O apoio financeiro ou fiscal a empresas com altas emissões que contribuam para a mudança climática deve também estar condicionado a propostas claras para uma transição a zero emissões. O desenho e

implementação de políticas de proteção social, e qualquer condicionalidade que se imponha as prestações, devem ser transparentes, devem considerar as vozes das pessoas em situação de pobreza e devem incluir mecanismos de supervisão pública que permitam a população exigir contas aos seus governos. A construção de sistemas de proteção social sobre a base dos direitos humanos pode contribuir de maneira significativa para a sua eficácia para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades, melhorando assim a resiliência das sociedades frente às crises. Isto implica definir a proteção social, não como uma resposta de emergência a uma situação de crise, nem como caridade, senão como um conjunto de direitos permanentes estabelecidos pela legislação nacional, que definam as pessoas como titulares de direitos subjetivos e que lhes garantam o acesso a mecanismos independentes de reclamação caso se lhes neguem acesso às prestações a que têm direito. Tanto a mobilização de recursos internos como a solidariedade internacional devem colocar-se a serviço deste objetivo’.

3. Informe do Secretário Geral Guterres apresentado na abertura da 46ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, 22.02.21.

Enlace: [ACNUDH | El Secretario General Guterres pide un replanteamiento mundial, "para lograr una mejor recuperación, basada en los derechos humanos" \(ohchr.org\)](https://www.ohchr.org/en/press-releases/2021/02/secretary-general-guterres-asks-for-rethink-world-human-rights)

O Secretário Geral destacou o espaço do Conselho de Direitos Humanos como sendo o fórum global onde se tratam de todos os problemas relacionados com os direitos humanos e lembrou o Chamamento para a Ação feito há um ano, quando caracterizou a “A aspiração mais elevada”, inspirando-se nas palavras da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Essa frase é um recordatório de que garantir os direitos humanos é essencial e um trabalho que nunca termina. Os avanços podem desvanecer-se facilmente e que os perigos podem se materializar em um instante.

Vale a pena registrar os principais elementos do seu Informe:

“A Pandemia pôs de manifesto a interconexão da nossa família humana, e de todo o espectro dos direitos humanos: civis, culturais, econômicos, políticos e sociais.

La COVID-19 aprofundou as divisões, vulnerabilidades e desigualdades e fraturas que já existiam e abriu novas fraturas, incluídas certas deficiências em matéria de direitos humanos.

Somos testemunhas de um círculo vicioso de violações.

Os trabalhos desapareceram, as dívidas aumentaram e os ingressos caíram com força.

A doença cobrou um número desproporcional de vítimas entre as mulheres, as minorias as pessoas portadoras de deficiência, os idosos, os refugiados, os migrantes e os povos indígenas.

Retrocedeu-se anos em matéria de igualdade de gênero.

A pobreza extrema aumenta por primeira vez em décadas.

Os jovens sofrem dificuldades, não estão sendo escolarizados e frequentemente tem um acesso limitado a tecnologia.

O último escândalo moral é a incapacidade de garantir a equidade nos esforços de vacinação.

Dez Países administraram mais de 75% das vacinas.

Uma vacinação com critérios equitativos reafirma os direitos humanos. Um nacionalismo da vacinação os nega.

As vacinas devem ser um bem público mundial e ser acessíveis para todas as pessoas.

O vírus também está infectando os direitos políticos e civis e reduzindo ainda mais o espaço cívico.

Utilizando a Pandemia como pretexto, as autoridades de alguns países empreenderam políticas de mão dura em matéria de segurança e medidas de emergência para esmagar a dissidência, criminalizar as liberdades básicas, silenciar a informação independente e restringir as atividades das organizações não governamentais.

Defensores dos direitos humanos, jornalistas, advogados, ativistas políticos e inclusive profissionais médicos estão sendo detidos, perseguidos e submetidos à intimidação e vigilância por criticar as respostas dos Governos à Pandemia - ou a falta de respostas.

As restrições relacionadas com a Pandemia estão sendo utilizadas para subverter os processos eleitorais, debilitar a voz da oposição e suprimir as críticas.

Em muitas ocasiões se impediu o acesso à informação sobre a COVID-19 suscetível de salvar vidas, enquanto que a desinformação — de consequências mortíferas— foi amplificada, inclusive por aqueles que ostenta o poder.

De forma geral, a infodemia da COVID-19 disparou os alarmes sobre o crescente alcance das plataformas digitais e o uso e abuso dos dados.

Sobre cada pessoa se estão recolhendo um amplo arsenal de informações. No entanto realmente não controlamos o acesso a esses dados.

No sabemos cómo se ha reunido tal información, quién lo ha hecho ni con qué fines.

Esses dados são utilizados com propósitos comerciais: para fins publicitários e de mercadotécnica e para que as empresas aumentem seus benefícios.

Os padrões de comportamento estão sendo comercializados e vendidos como contratos de futuros.

Isso criou novos modelos de negócio e setores totalmente novos que contribuíram para uma concentração cada vez maior de riqueza e a desigualdade.

Nossos dados também são utilizados para moldar e manipular nossas percepções sem que nos demos conta.

Os Governos podem explorar esses dados para controlar o comportamento de sua própria cidadania, violando os direitos humanos de pessoas ou grupos.

Elaboramos um Mapa de Rota para a Cooperação Digital com o propósito de encontrar o caminho a seguir.

Exorto a todos os Estados Membros a que façam dos direitos humanos o eixo dos marcos normativos e a legislação em matéria de desenvolvimento e uso das tecnologias digitais.

Necessitamos um futuro digital seguro, equitativo e aberto que não atente contra a privacidade nem contra a dignidade”.

Vale destacar as referências que o Secretário Geral tem feito sobre a necessidade de um novo Pacto Social que permita superar a Pandemia e orientar a reconstrução do Planeta, a esta necessidade de um novo Pacto Social repercute nas Nações Unidas a necessidade de um *New Deal* que, conforme a UNCTAD em seu informe de 2017, permitisse o cancelamento das dívidas externas e a criação de um Fundo Global para o Desenvolvimento semelhante ao processo criado no Pós Segunda Guerra Mundial. Esta proposta ganha mais relevância nestes tempos de trans e pós COVID com a necessidade de construir uma infraestrutura social suficiente para a atual e futuras Pandemias e transformar a Ordem Econômica Mundial, garantindo a constituição de Pisos de Proteção Sociais Universais conforme o lembrado pelo Relator Especial De Schuster.

4. Declaração conjunta do Diretor Geral da OMS e 27 Chefes de Estado em favor de um Tratado para o enfrentamento das Pandemias. “A COVID-19 mostra porque é necessária uma ação conjunta para uma arquitetura sanitária internacional mais sólida”. 30 de março de 2021.

Enlace: <https://www.who.int/es/news-room/commentaries/detail/op-ed---covid-19-shows-why-united-action-is-needed-for-more-robust-international-health-architecture>

Interessante destacar a ausência entre os signatários de China, Índia, Rússia, Irã, México, Argentina e principais lideranças de Não Alinhados. Também estão ausentes os Estados Unidos, Japão e Brasil. Os Chefes de estado que assinam a Declaração, em torno `a liderança do Diretor Geral da OMS, são essencialmente países europeus com alguns representantes de cada um dos outros continentes. Parece que não há, ao menos até agora, acordo suficiente para construir um Tratado, pois este demandaria um caminho bastante longo e complexo. Um acordo via G20 poderia ser mais rápido e efetivo e pode ainda mover os BRICS. Até a Assembleia Geral da OMS em maio veremos os movimentos em torno `a esta proposta.

A Declaração aponta a necessidade do trabalho conjunto para construir um novo tratado internacional de preparação e resposta frente às Pandemias, assumindo que novas Pandemias virão, resta saber quando. O compromisso coletivo renovado por um Tratado supõe colocar esta capacidade de preparação e enfrentamento no mais alto nível político, estaria baseado na Constituição da OMS e incluiria outras organizações-chaves para este esforço para o apoio da Saúde para Todos. Os instrumentos sanitários existentes, notadamente o Código Sanitário Internacional sustentariam o novo Tratado e constituiriam uma base firme e provada para os esforços de construção e melhoria. Ainda segundo a Declaração o objetivo principal do Tratado seria fomentar um enfoque pangovernamental e de toda a sociedade ante futuras pandemias, incluindo um grande aumento da cooperação internacional para melhorar dentre outros os sistemas de alerta, o compartilhamento de dados, a pesquisa, a produção e distribuição mundial de vacinas, medicamentos testes diagnósticos e equipamentos de proteção individual.

Este esforço cooperativo incluiria também o reconhecimento do princípio de “Uma Só Saúde” que conecte a saúde dos seres humanos, os animais e nosso Planeta. A declaração finalmente conclama por uma liderança mundial para alcançar um sistema de saúde mundial idôneo para este Milênio, orientado pela solidariedade, a justiça, a transparência, a inclusão e a equidade.

5. Documento CEPAL / ILPES sobre “Participação Cidadã nos Assuntos Públicos, relevante no marco dos ODS e dos processos em torno ao Trans e Pós – Pandêmico. Un elemento estratégico para la Agenda 2030 y el gobierno abierto. Autores: Alejandra Naser Alicia Williner Carlos Sandoval. Publicado 2021.

Enlace: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46645/1/S2000907_es.pdf

Documento relevante para examinar as modalidades, os potenciais, obstáculos e limites da participação cidadã nos assuntos públicos, justamente em que se destaca a necessidade de envolver as comunidades e populações nos esforços para alcançar os ODS em um contexto dramatizado pelo aumento das fragilidades e desigualdades no contexto trans e pós pandêmico. Tema de grande destaque nos informes da Alta Comissária dos Direitos Humanos na 46ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos, onde destacou a redução do espaço cívico no contexto pandêmico e a repressão seletiva de movimentos e defensores dos direitos humanos no marco de medidas restritivas de circulação de pessoas.

6. Documento da ONG Human Rights Watch sobre as várias dimensões e implicações dos Direitos Humanos no enfrentamento da Pandemia por COVID-19. 31.03.21

Enlace: [Dimensiones de derechos humanos en la respuesta al COVID-19 | Human Rights Watch \(hrw.org\)](https://www.hrw.org) 31.03.21

A Human Rights Watch é uma organização internacional de direitos humanos, não-governamental, sem fins lucrativos, contando com aproximadamente 400 membros que trabalham em diversas localidades ao redor do mundo. Nossa equipe é composta por profissionais de direitos humanos como advogados, jornalistas e especialistas e acadêmicos de diversas origens e nacionalidades. Fundada em 1978, a Human Rights Watch é reconhecida por investigações aprofundadas sobre violações de direitos humanos, elaboração de relatórios imparciais sobre essas investigações e o uso efetivo dos meios de comunicação para informar e sensibilizar diversos públicos sobre suas causas. Contando com o apoio de organizações locais de direitos humanos, publicamos mais de 100 relatórios e artigos sobre direitos humanos em todo o mundo todos os anos. A partir de casos concretos de violações, a HRW se reúne com governos e organizações internacionais para propor políticas públicas e reformas legais necessárias para proteger direitos e garantir a reparação para vítimas de violações passadas.

Este documento proporciona uma perspectiva geral das preocupações sobre direitos humanos provocadas pelo brote do Coronavírus, a partir de exemplos de respostas governamentais adotadas até a presente data e recomenda formas em que os governos e outros atores podem respeitar os direitos humanos nestas respostas.

O documento lembra que o Direito à Saúde estabelece que os estabelecimentos, bens e serviços de saúde deveriam: ser suficientes em quantidade e disponibilidade; ser acessíveis e estar ao alcance de todos, sem discriminação alguma, inclusive aos setores mais vulneráveis e marginalizados da população; e ser apropriados do ponto de vista científico e médico e ser de boa qualidade.

Os Princípios de Siracusa adotados pelo Conselho Econômico e Social da ONU em 1984, e as Observações Gerais do Comitê de Direitos Humanos da ONU sobre os estados de emergência e a liberdade de movimentos brindam diretrizes autorizadas sobre as respostas governamentais que restringem os direitos humanos por razões de saúde pública e que definem que qualquer medida adotada para proteger a população deve ser legal, necessária e proporcional, com aplicação limitada dos estados de emergência e qualquer redução de direitos deve ter em conta o impacto desproporcionado em populações específicas ou grupos marginalizados.

Recomendável a leitura deste documento para entender as dimensões interdependentes dos Direitos Humanos e identificar as violações que podem estar ocorrendo no contexto das restrições impostas em combate à Pandemia.

7. Artigo publicado pelo South Center – Think Tank criado e mantido pelo Movimento de Países Não-Alinhados, versando sobre a possibilidade de descolonizar o Mundo Digital em favor de superar as desigualdades no âmbito tecnológico, ainda mais evidenciadas no contexto Pandêmico atual. *South Views No. 215, 6 April 2021*

Enlace: <https://www.southcentre.int/southviews-no-215-6-april-2021/>

Tecnologia e Desigualdade: Podemos descolonizar o Mundo Digital?

Autora: Padmeshree Gehl Sampath, Fellow and Senior Advisor of the Global Access in Action Program at the Berkman Klein Center for Internet and Society at Harvard University. Ela

e' Adjunct Professor at the University of Aalborg, e Professorial Fellow at the United Nations University-MERIT.

No artigo a autora argumenta que as explicações tecnocêntricas do progresso e da industrialização estão profundamente entrincheiradas em um contexto social mais amplo que nos encoraja a ignorar as raízes históricas das desigualdades atuais – as quais de fato não são solucionáveis apenas por meios tecnológicos. Fazer a economia dos dados funcionar para todos requer uma seria reflexão sobre como queremos instalar a linha deste debate e como nos alinhamos em torno a uma visão comum de progresso social que a tecnologia possa ajudar a alcançar.

O artigo reforça as preocupações expressas pela Alta Comissária Bachelet em seu informe geral e no informe sobre o Combate 'a COVID-19 apresentados na 46ª Sessão do CDH da ONU, sobre as desigualdades no acesso digital e suas consequências em um contexto de acelerada digitalização de processos de trabalho, educação e cuidado no contexto da Pandemia.

ⁱ http://portuguese.xinhuanet.com/2021-04/03/c_139856552.htm?fbclid=IwAR0ralErA7BFzTeEbJ9RgLACY02I4pqJT5qgYgnsDETNx3Jya4a7CyszMQ

ⁱⁱ http://en.nhc.gov.cn/2021-03/18/c_83257.htm

ⁱⁱⁱ http://en.nhc.gov.cn/2021-03/26/c_83313.htm

^{iv} http://en.nhc.gov.cn/2021-03/29/c_83322.htm

^v http://en.nhc.gov.cn/2021-03/30/c_83337.htm

^{vi} https://twitter.com/ArthurLira_/status/1369310617623027721?s=20

^{vii} https://twitter.com/ArthurLira_/status/1369310617623027721?s=20

^{viii} <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/04/06/novo-chanceler-de-bolsonaro-promete-diplomacia-da-saude-e-atuacao-sem-preferencias.ghtml>